

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO**

FERNANDA DE BRITO MOTA ROCHA

A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA: o fenômeno do ativismo digital

SÃO LEOPOLDO

2017

FERNANDA DE BRITO MOTA ROCHA

A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA: o fenômeno do ativismo digital

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e Emancipação.

Professora Orientadora: Dr^a. Marília Veríssimo Veronese.

SÃO LEOPOLDO

2017

R672q

Rocha, Fernanda de Brito Mota.

A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital / Fernanda de Brito Mota Rocha. – 2017.

136 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2017.

“Professora Orientadora: Dr^a. Marília Veríssimo Veronese.”

1. Feminismo. 2. Movimentos sociais. 3. Ativismo digital. I. Título.

CDU 396

FERNANDA DE BRITO MOTA ROCHA

A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA: o fenômeno do ativismo digital

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 31 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Adriane Rubio Roso - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Ao **Deus** da minha vida.

Aos meus amados pais, **Egmar** e **Carlos**, que me deram a vida, doaram-se por mim, acreditaram e acreditam nos meus sonhos e projetos.

Ao meu tão amado esposo, **Luzieldo Rocha**, pelo amor sobrenatural, dotado de toda sorte de força, brilho e encorajamento.

Ao meu filho incondicionalmente amado, **Arthur Rocha**, por todos os momentos de saudade entre nós, eu no Sul e ele em Brasília. Pela distância mesmo quando em casa, na elaboração da presente dissertação.

Agradecimentos

Dois anos de abdições, de árduo trabalho, de viagens para o Rio Grande do Sul e de aperto no peito, tamanha saudade da minha amada família. Filho pequeno. Mas, agora, de muito agradecimento.

Ao Senhor do universo, que o rege por completo e rege, também, a minha existência. A mão que nunca me deixou desistir, que em meu íntimo dizia que tudo daria certo.

À essa família tão linda, especial e incomparável que é a MINHA família. Ar a qual respiro todos os dias. De onde saio e para onde volto encontrando o reconforto. Amor, filho e mamãe que sempre me esperam de braços abertos. Cada um de vocês merece meu agradecimento.

Ao meu amado esposo, Luzieldo Rocha, o qual pacientemente e amorosamente dividiu todas as etapas deste empreendimento. Abraçou meu projeto de vida, meus sonhos, escolhas e os apoiou desde sempre. Amor, obrigada por cada palavra, e foram muitas, por cada afago no corpo e na alma. Te amo.

À minha mamãe, Egmar Brito, exemplo de amor sublime, dedicação e de altruísmo, me auxiliando nas jornadas do dia à dia entre trabalho e estudos para a conquista desse grande sonho. Esse é o meu presente para você, mamãe amada. Te amo.

Ao meu filho, Arthur Rocha, eterno amor da minha vida, por tantos períodos longe. Por tantos períodos de corpo presente e tão distante por conta da dedicação aos estudos e pesquisa. Que cada lágrima de saudade mostre a você a importância dos estudos e de transpor barreiras. Que eu seja um grãozinho de areia de exemplo de vida a você, meu sempre Príncipe! Te amo.

Ao meu amado pai, Carlos Mota, por tantos, tantos ensinamentos mesmo separados fisicamente por exatos 1.148 quilômetros. Peço perdão pela redução dos telefonemas, pelas ausências. Foi por mim, primeiramente, e para dizer-lhe hoje que tudo valeu à pena. Cada investimento nos estudos desde a minha infância, cada busca na escola, cada dificuldade e o vencer de cada uma delas. Cada etapa. Única. Importante. Como

essa que tenho a honra de compartilhar em vida com você, graças à Deus! Obrigada!
Te amo.

À minha tia Vera Brito, obrigada por esta longa partilha de vida... Te amo.

À minha tia Elenice Gonçalves. Ah, tia... Você sabe o meu agradecimento... Desde sempre, por tudo. Olha isso tia, enfim, mestre! Te amo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marília Veronese, mulher inspiradora, de forte posicionamento, agradeço imensamente por cada conversa, por cada orientação, pela paciência no período de reformulação e finalmente encontro do meu objeto de estudo. O resultado está aqui! Obrigada... Foi uma honra ser orientada por você!

À minha doce amiga Polyanna Andrade, aqui juíza desta pesquisa. Na vida, parceira para todos os momentos. Aquela que socorreu nas indecisões, que me acolheu em meio aos desertos da pesquisa. Pesquisadora entende pesquisadora. Amiga entende a alma. Amiga, sua lindaaa, obrigada por tudo! E vamos sambar... (Entendedores, entenderão).

À minha irmãzinha do coração, Ana Cristina, perdão por tamanha ausência da minha parte. A qual me surpreendeu lindamente com um depoimento que dizia estar muito feliz por esta ausência, pois ela sabia o quanto este momento era de introspecção e de grande relevância em minha vida. Obrigada irmã!

À vida, por esta linda oportunidade.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 17 |
| 2.1. Capítulo 1 – Um Sistema Opressor..... | 17 |
| 2.2. Capítulo 2 – A Trajetória Feminista e a Construção da Identidade da Mulher..... | 25 |
| 2.3. Capítulo 3 - Movimentos Sociais Contemporâneos: A esperança na sociedade em Rede..... | 46 |
| 2.4. Capítulo 4 - A Quarta Onda do Movimento Feminista - O Fenômeno do Ativismo Digital..... | 57 |
| 3. MÉTODO..... | 78 |
| 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS..... | 80 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 128 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 131 |

Resumo

A presente pesquisa contemplou o estudo da Quarta Onda do Movimento Social Feminista, justificando-se diante das mudanças sociais provocadas pela tecnologia da informação na promoção e divulgação dos ideais que constituem essa faceta do Movimento. Enfocando a ação do feminismo na internet, especificamente abordou-se a coleta de dados num *blog* feminista. Como objetivo geral, pretendeu-se analisar a configuração do movimento feminista na especificidade do ativismo digital, suas proposições de discussão e pautas oportunizadas via ferramentas tecnológicas, especificamente a internet, no processo de disseminação da luta feminista pela ampliação de direitos. Optou-se por verificar um ano de postagens no *blog* **Escreva Lola Escreva** e selecionar, por mês, os posts com maior número de comentários para, posteriormente, fazer uma análise das temáticas discutidas. Essa escolha metodológica se pauta no fato dos posts mais comentados terem suscitado maior discussão e interesse. Não foi objetivo dessa pesquisa analisar o teor desses comentários. Eles serviram de critério para seleção do *corpus*. Diante dos resultados apontados pela análise de dados realizada no *corpus* documental, o que chama atenção é a interação dos(as) leitores(as) enquanto sujeitos ativos, e eventuais mudanças de opinião e modo de encarar a vida, a partir daquelas interações. Destaca-se como categoria recorrente a crítica ao patriarcado em diversas perspectivas. Isso reforça a ideia da percepção crítica do sistema opressor, centrado no homem. À luz da análise empírica e apoiando-se na literatura pode-se afirmar a existência da Quarta Onda do Movimento Feminista, caracterizado pelo ativismo digital. Por apresentar e oportunizar as discussões e pautas vivenciadas no âmbito social, atesta que os movimentos sociais digitais estão conquistando espaço e representatividade.

Palavras-chave: Ciberativismo. Ciberfeminismo. Quarta Onda do Movimento Social Feminista.

Abstract

The present dissertation contemplated the study of the Fourth Wave of the Feminist Social Movement, justifying itself in the face of the social changes provoked by information technology in promoting and disseminating the ideals that constitute this facet of the Movement. Focusing on the action of feminism on the internet, specifically addressed the collection of data from a feminist blog. As a general objective, the aim was to analyze the configuration of the feminist movement in the specificity of digital activism, its proposals for discussion and timelines opportunized via technological tools, specifically the internet, in the process of dissemination of the feminist struggle for the expansion of rights. It was chosen to check one year of posting of the blog “Escreva Lola Escreva” and select, each month, the posts with the highest number of comments to later make an analysis of the topics discussed. This methodological choice is based on the fact that the most commented posts have generated greater discussion and interest. It was not the purpose of this research to analyze the comments. They served as criteria for corpus selection. Considering the results pointed out by data analysis performed without documentary corpus, what draws attention is an interaction of readers as active subjects and possible changes of opinion and ways of facing life, from those interactions. It is highlighted as a recurrent category the critique of patriarchy in several perspectives. It reinforces the idea of the critical perception of the oppressive system, centered in men. Considering the empirical analysis and based on the literature, one can affirm the existence of the Fourth Wave of the Feminist Movement, characterized by digital activism. By presenting and opportunizing the discussions and guidelines experienced in the social sphere, it testifies that digital social movements are gaining space and representativeness.

Key-words: Ciberativism. Cyberfeminism. Fourth Wave of the Feminist Social Movement.

1. INTRODUÇÃO

À luz da contemporaneidade e das lutas envolvendo os direitos das mulheres, a presente pesquisadora iniciou sua incursão na temática *violência contra mulheres*, em pesquisa realizada através do Mapa da Violência do ano de 2012. Os dados sobre homicídio de mulheres no Brasil retrataram que dentre 1980 e 2010, o número de feminicídios duplicou, representando a morte de mais de 92 mil mulheres.

Os números eram também expressivos no que tange à violência física, psicológica, sexual, econômica, dentre outras; sejam elas doméstica ou extrafamiliar, causadas, segundo dados do Mapa da Violência 2015, pelo cônjuge, representando 34%; seguida por situações autoprovocadas representando 15,8%; por ex-cônjuge representando 11,2%; ocasionadas por desconhecidos com 9,7%; pelo irmão da vítima representando 8,5%; dentre outros pequenos percentuais que somados representam 100% dos dados coletados, como expressos nos casos de agressão executados por filhos, amigos, namorados e ex-namorados, etc.

A luta pela cidadania e igualdade de direitos perpassa marcos históricos instaurando-se desde o século XVII e constituindo-se em Ondas do Movimento Feminista, a serem pormenorizados no corpo da dissertação. Parte-se da sororidade que, em meados do século XIX, as fizeram abraçar-se mutuamente peticionando, em frente à Assembleia da França, a revogação de institutos legais que submetiam o sexo feminino ao domínio masculino ao hodierno grito “Meu corpo me pertence”! (BERNARDES; SARGENTINI, 2014, p. 40).

Discursos, pautas e articulações demandam reconfigurações para adequação às exigências correntes de uma sociedade na qual a tecnologia da informação arregimentou novas formas de articulação dos movimentos sociais.

A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social. (...) Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem. (...) Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência continua tem lugar no espaço livre da internet. (CASTELLS, 2013, p. 127-128).

Da constituição destes novos arranjos de repertório de ação dos movimentos sociais, a diligência inicial a respeito da violência vergou-se ao aprofundamento do

estado da arte concomitantemente à análise empírica da quarta onda do movimento feminista, qual seja o fenômeno do ativismo digital, que tem como pano de fundo o feminismo em sua vertente contemporânea, em um panorama onde a inserção digital social - segundo aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em dados divulgados pelo IBGE (GOMES, 2016), a Internet chegou, em 2014, a mais de 50% das casas no Brasil - encontra-se relativamente difundida na vida de milhares de brasileiros.

Diante desta prerrogativa, as ferramentas tecnológicas têm-se demonstrado um ativo de grande valor na difusão de ideias, manifestos e produção de mudanças culturais; inserindo em seu bojo a defesa e disseminação de movimentos sociais relevantes, como o feminismo. Enquanto problema questiona-se como se configura a utilização das plataformas digitais para divulgar os ideais do movimento social feminista?

O estudo da considerada quarta onda do feminismo justifica-se diante das mudanças sociais provocadas pela tecnologia da informação e do panorama que se estabelece a favor da promoção e divulgação dos ideais que constituem essa faceta do movimento social feminista. Analisando a ação do feminismo na internet, especificamente abordou-se a coleta de dados um *blog* feminista.

Castells (2013, p. 128) reforça que “o espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto”.

O movimento feminista em sua vertente contemporânea admite a visão de espaço supracitada na medida em que seu palco de atuação arregimenta articulações em ambos os campos. A configuração de rede aberta adquire características locais e globais, segundo Castells (2013). Locais enquanto seus contextos específicos, constituindo suas próprias redes, tanto em ocupações de espaços urbanos, quanto em conexões estabelecidas via internet. Tais conexões apresentam, simultaneamente, atributos globais, como sua conectividade com o mundo inteiro, aprendendo com outras experiências e reconfigurando suas próprias formas de mobilização.

“Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica”. (CASTELLS, 2013, p. 129).

Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 144-145) o movimento feminista versa em sua pluralidade de defesas e ações, as quais antagonizam-se, pontualmente, em grupos e designações distintos, constituindo sua própria identidade.

Sobretudo, apesar das diferenças, zelam pelo pleito universal da igualdade de direitos que as unem pela sororidade. (TRAT, 2009, p. 151-152).

Dos novos arranjos de concatenação dos movimentos sociais no século XXI, estritamente o movimento social feminista, a presente dissertação teve como objetivo geral analisar a configuração do movimento feminista na especificidade do ativismo digital, suas proposições de discussão e pautas oportunizadas via ferramentas tecnológicas, especificamente a internet, no processo de disseminação da luta feminista pela ampliação de direitos.

Neste intuito elencou-se quanto ao universo empírico desta pesquisa o estudo do *blog* Escreva Lola Escreva, que dispõe de grande repercussão no feminismo 2.0. Segundo Cunha (2012), o feminismo 2.0 é uma vertente do feminismo delineada pelo ativismo digital; ou seja, utiliza a internet como meio de difusão de ideais e como espaço de mobilização e engajamento à esta causa.

Criado em 2008 e intitulado como um dos maiores *blogues* feministas do Brasil, com uma média de quatrocentas mil visualizações mensais e trinta e cinco milhões de visualizações desde a sua criação, o Escreva Lola Escreva contabiliza mais de quatro mil e duzentos *posts* e duzentos e sessenta mil comentários. Seus textos abordam questões sociopolíticas acerca do universo feminista, além de abranger depoimentos verídicos de mulheres que, de alguma forma, foram abusadas em suas várias maneiras de o serem.

Dolores Aronovich Agüero, automeada Lola, argentina de nascença, brasileira de coração. Ao longo de sua trajetória acadêmica morou em vários estados, e em Detroit no período do doutorado, antes de fixar-se no Ceará, Fortaleza, onde profissionalmente atua como professora universitária da Universidade Federal, ministrando aulas de Literatura em Língua Inglesa.

Declara-se publicamente contra o machismo e, quase que diariamente, coloca-se a escrever em seu *blog* de cunho feminista. Em 2008, ano de início do Escreva Lola Escreva, as narrativas permeavam sua outra paixão: o cinema; que aos poucos foi engendrando opiniões particulares da *blogueira*, autointitulada feminista desde sua mais tenra infância. O *blog* passa a ter cunho predominantemente feminista, de esquerda, emitindo opiniões, respondendo à dúvidas de leitores(as), trazendo consigo

textos que exprimem uma vertente da pluralidade de feminismos e discursos preconizados no espaço virtual.

Em entrevista à revista TPM, no ano de 2011, Lola ao ser questionada se considerava-se uma militante feminista, declarou-se como uma militante virtual.

Sou militante virtual. O meu blog é o maior blog feminista do brasil, pelo menos em número de visitas. Tenho leitores muito jovens, 73 por cento dos meus leitores tem menos de 30 anos, até umas meninas com menos de 12 anos. Fiquei até assustada, pela responsabilidade [risos]. Pra muita gente o primeiro contato com o feminismo é através do meu blog, gente que nunca tinha pensado ou se assumido feminista, tanto homens quanto mulheres. É uma responsabilidade grande. (PAES, 2011).

Além de sua relevante representatividade, apresentando números expressivos para um blog pessoal, este se qualifica pela descomplicada linguagem das temáticas propostas. Termos específicos do feminismo são explicados com clareza e por isso o blog pode ser considerado uma boa opção aos que estão iniciando seus estudos acerca do tema.

Lola, em continuidade à mesma entrevista supracitada, mencionou apreciar os *feedbacks* dos leitores. O presente discurso foi evidenciado na análise do corpus documental referente ao mês de setembro no momento em que a *blogueira* convida os legendes a posicionarem-se à respeito da temática abordada no alusivo mês.

Esta ciberfeminista escreve de um círculo relativamente confortável, não é negra, enquadra-se na normativa social enquanto mulher *cis* gênero, casada, e não menciona qualquer vínculo com o lesbianismo; o construto do padrão conservador.

Contudo, suas ponderações e por vezes críticas ferrenhas ao domínio patriarcal, a fizeram, e ainda fazem, ser alvo de ataques masculinistas¹ - para estes não existe o patriarcado; ou seja, não há a centralidade no homem e muito menos a discriminação às mulheres; a grande vítima é o homem branco e heterossexual, sendo as feministas suas inimigas centrais - tanto no mundo virtual quanto em seu exterior, que originaram boletins de ocorrências, depoimentos à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência devido às ameaças sofridas, inclusive de morte e enquadradas como terrorismo pelo último órgão relacionado.

¹ Os termos masculinistas/ masculinismo ainda não constam como verbetes nos dicionários como Dicionário Aurélio, Michaelis e Houaiss. Para esta definição utilizar-se-á a definição advinda da Profa. Dolores Aronovich, estudiosa e defensora da causa feminista. ARONOVICH, Lola. **O masculinismo como ele é**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/05/o-masculinismo-como-ele-e.html>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

Em onze de janeiro de 2017, vítima de ataques orquestrados pelos masculinistas, o *blog* sofreu tentativa de derrubada por meio de acusações de violação de direitos autorais, pedofilia e difamação que foram encaminhadas às empresas Google, Blogspot e Blogger que, acatando as denúncias, bloquearam as contas da *blogueira* e as imagens presentes no *blog*, que a partir de então apareceram com a imagem de um branco ponto de exclamação.

Figura 1 – Mascus – Ameaça Derrubada Blog

- E aí Dolores, tudo bem? Ontem eu denunciei duas postagens do seu blog, e para a minha surpresa, o Google apagou diversas fotos de MUITOS posts seus cujos eu nem sabia da existência, me ajudando e encurtando em horas o meu hobbie (ao qual me dedico com a avidez de um trabalho). Saiba que nós, Sanctvms da DogolaCorps S.A, não iremos parar. Nós iremos te destruir: 2017 é seu último ano, pelo menos na blogosfera.
- Isso é pra você aprender que se NÓS, HOMENS, não quisermos, NADA vai pra frente, inclusive o direito de opinião de vocês. E se prepara pois estamos aprontando contra seu blog, já derrubamos uma das suas contas e as restantes não passam desse mês.

Fonte: Aronovich (2017)

No mesmo mês, circunstancialmente no dia 14 de janeiro, após receber apoio de milhares de militantes feministas que se prontificaram a escrever e-mails endereçados ao presidente do Google Brasil, assim como manifestações no Twitter com a *hashtag* #GoogleNaoCensureLola que mobilizaram a mídia, a equipe do Google entrou em contato telefônico com a ativista e o *blog* foi restituído. Dolores continua a travar luta para denunciar e combater os efeitos de uma ideologia patriarcal e acredita que estamos vivendo um momento político favorável para manifestações, onde as reações são instantâneas, proporcionando chances de mudanças e revoltas. (PAES, 2011).

Dessa forma, diante dos fenômenos descritos, buscou-se aprofundar os estudos e a compreensão acerca do ciberfeminismo, através de objetivos específicos que pretenderam delimitar as características do feminismo 2.0 e seu campo de atuação; identificar os discursos, proposições e pautas oportunizadas pelas feministas via web, enfocando o *blog* Escreva Lola Escreva; analisar a participação, em termos de maior quantidade de postagens, dos leitores do respectivo *blog*, anteriormente

delimitado, nas discussões acerca do feminismo mediante as ferramentas tecnológicas, sendo este analisado através da participação dos leitores no espaço “comentários” das publicações.

Intencionando a consolidação de novos conhecimentos para o avanço da ciência, e não sua aplicação prática, o presente trabalho caracteriza-se quanto à natureza como pesquisa básica. Como objetivo de pesquisa insere-se, primeiramente, o caráter exploratório pois perpassar-se-á as familiaridades do problema proposto através de levantamentos bibliográficos. Em um segundo momento, assumiu caráter descritivo por esta pesquisa descrever as características de um fenômeno: o ciberativismo feminista. O desenho da pesquisa é o Estudo de Caso, sendo analisado o *blog* Escreva Lola Escreva, conforme previamente definido o caráter de escolha e sua inserção contextual.

O método de estudo de caso aplicado à esta pesquisa corroborou para a elucidação do fenômeno que conecta o movimento social feminista e sua “nova” plataforma de atuação: o ciberespaço. Tal análise faz-se relevante para o desenvolvimento científico, sendo o estudo de caso método propício para a investigação, oportunizando maior compreensão, deste fenômeno empírico contemporâneo.

Para consolidar o primeiro e segundo objetivos específicos que se referem ao campo de atuação do feminismo 2.0 e a identificação dos discursos, proposições e pautas oportunizadas pelas feministas via web, preliminarmente seria utilizada a técnica de entrevista com a ativista digital Dolores Aronovich Agüero - professora da Universidade Federal do Ceará, doutora em Literatura em Língua Inglesa, feminista e autora do *blog* Escreva Lola Escreva. Por morar no Ceará, pretender-se-ia realizar uma entrevista online com a ativista; caso fosse inviável, a coleta de dados dar-se-ia por meio de questionário. Contudo, como limite desta pesquisa destaca-se, em um de seus pontos, a não concessão da entrevista supracitada pela idealizadora do *blog* analisado, apesar de um posicionamento inicial favorável, evidenciado em trocas de e-mail entre a pesquisadora e a autora do *blog*.

Destarte, analisou-se o *corpus* documental coletado pela pesquisadora junto ao *blog* que constitui-se de publicações realizadas pela ciberativista. O período concernente à construção do *corpus* perfaz as publicações realizadas durante todo o ano de dois mil e dezesseis, que totalizam 1.629 (um mil seiscentas e vinte e nove) páginas, das quais da inviabilidade de aprofundamento analítico perante à expressiva

dimensão deste, realizar-se-á um recorte do corpus, elencando-se categorias nativas as quais engendram o perfil do *blog*, pautando-se concomitantemente em postagens mais comentadas pelos(as) leitores(as).

Para o procedimento analítico do *corpus* documental advindo ao *blog*, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2008) no que tange ao conteúdo dos textos publicados.

Esta técnica analítica visa produzir inferências dos textos a serem analisados acerca do contexto social e a identificação das características das mensagens, suas inferências subliminares, constituindo-se fonte propícia e alinhada aos objetivos e problemática referenciadas nesta pesquisa.

Conduzindo o(a) leitor(a) pelo fio que o(a) levará às práticas contemporâneas dos movimentos sociais feministas, resolveu-se percorrer inicialmente a origem do sistema patriarcal opressor trazendo autoras como Alves e Pitanguy (1981), Saffioti (2015) e Butler (2003); constituindo este o primeiro capítulo do referencial teórico analítico da dissertação.

Abarcando a trajetória feminista e a construção da identidade da mulher, o segundo capítulo retrata as ondas do movimento feminista e a construção da identidade, filia-se à autores como Alves e Pitanguy (1981), Fougeyrollas-Schwebel (2009), Descarries (2000), Mello (2011), Butler (2003), Trat (2009), dentre outros.

No terceiro capítulo, A esperança da sociedade em rede, Castells (2013) apresenta preponderância na temática; abarcando conjuntamente sociólogas brasileiras clássicas no tema como Scherer-Warren (2013), Gohn (1997) e teorias norte-americanas de ação coletiva e dos movimentos sociais como Charles Tilly, os quais subsidiarão o estudo de uma sociedade em rede enfocando os movimentos sociais na era digital.

Por fim, o quarto e último capítulo teórico intitulado A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital, apurou o recorte ao ciberfeminismo, ou feminismo 2.0, angariando produções bibliográficas acerca do tema a fim de elucidar indícios referentes à construção conceitual de uma “nova onda” do Movimento Social Feminista.

À luz das construções teórico-analíticas, assim como do debruçar à análise do objeto empírico, elucidou-se a articulação do movimento social feminista frente ao cenário digital, no que tange à conscientização dos direitos, ao engajamento e à luta propriamente dita contra a opressão que, ainda hoje, encontra maneiras de se

sobrepajar às mulheres sob todas as formas de dominação, exclusão e práticas abusivas; constituindo-se este um trabalho de relevância para as realidades sociais e científica que envolvem tal aprofundamento.

Militante da causa, mas acima de tudo pesquisadora em constante construção, comprometi-me a estabelecer um distanciamento ideológico, ou pelo menos uma busca de imparcialidade acerca da temática estudada, a fim de que pudesse produzir uma análise qualificada, que viesse a contribuir com a compreensão do fenômeno.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção da dissertação aborda-se a perspectiva de alguns autores e autoras (e conceitos) centrais ao marco teórico escolhido – teorias do feminismo e do patriarcado como sistema opressor; assim como a sociedade em rede enfocando os movimentos sociais na era digital; apurando o recorte para o ciberfeminismo, ou feminismo 2.0, angariando produções bibliográficas acerca do tema a fim de elucidar indícios referentes à construção conceitual de uma “nova onda” do Movimento Social Feminista.

2.1 Um Sistema Opressor

A sororidade² que une mulheres por detrás das telas advindas da tecnologia da informação transpassa a modernidade e tem seu início em um tempo marcado por fortes opressões.

Um sistema opressor que, segundo Alves e Pitanguy (1981), data à Grécia antiga onde a mulher ocupava posição equivalente à do escravo que somente exercia trabalhos manuais e desvalorizados. A principal função da mulher era a reprodução da espécie e a criação dos filhos; além de trabalhos relativos à fiação, tecelagem e alimentação. O pensamento, tão valorizado pela civilização grega, era destinado aos homens livres.

² “SORORIDADE”. Def. 1. Relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs; 2. União de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista. In: DICIO - DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/sororidade/>>. Acesso em 07 de agosto de 2016.

Da exclusão da concessão de uso de transportes públicos na sociedade romana no ano de 195 D.C por parte das mulheres, aos pequenos direitos gozados por estas como a participação das mulheres na esfera extra doméstica por motivo de afastamento do homem em decorrência das guerras, - o que não lhes conferia prestígio social - na Idade Média “(...) o poder, monopólio da nobreza e do clero, baseava-se na posse da terra e na ascendência espiritual”. (ALVES; PITANGUY, 1983, p. 15).

A mulher além de não possuir *status* da nobreza e muito aquém a considerada ascendência espiritual, sofreu forte perseguição em meados do século XIV, período marcado pela “Santa Inquisição”, onde eram considerados hereges aqueles que se opunham ou manifestavam práticas não condizentes às práticas católicas e às aspirações da alta burguesia da época.

Aos hereges eram destinadas consequências obscuras, sendo permanentemente vigiados, e caso pegos em desacordo com as leis vigentes, sofriam graves torturas até a confissão de suas heresias, com punições que chegavam à morte na fogueira, sendo muitas vezes queimados vivos.

Neste período de forte apelo teológico, a mulher, ora Santa como Maria – quando obediente aos princípios da época, ora pecadora como Eva, quando da luta pela outorga de seus direitos e demonstração de seus conhecimentos, sofreu forte perseguição advinda e defendida pela própria Igreja.

Eva é responsável pela queda do homem, e é considerada, portanto, a instigadora do mal. Esse estigma, que se propaga por todo o sexo feminino, vem a se traduzir na perseguição implacável ao corpo da mulher, tido como fonte de malefícios. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 20).

As autoras reforçam a inferioridade da mulher retratada em Eva com a citação de *Jaques Sprenger*, também inquisidor, que publica no século XV:

A mulher é mais carnal que o homem; vemos isto por suas múltiplas torpezas... Existe um defeito na formação da primeira mulher, pois ela foi feita de uma costela curva, torta, colocada em oposição ao homem. Ela é, assim, um ser vivo imperfeito, sempre enganador. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 24).

Embasando-se a criação da mulher sob o enfoque teológico, atribuíram a esta sua “má formação”, corroborando desta forma para a consolidação opressora de que a mulher é um ser imperfeito, criado de uma costela e está em oposição ao homem.

Nitidamente o pensamento da Igreja e da burguesia encontrava-se em comunhão, a mulher não possuía status de nobreza e muito menos ascendência espiritual, não ornando o considerado prestígio social do século XIV.

Ademais incorporou-se a estes a ciência, através do atestado da medicina que menosprezava a mulher, pela sua genitália e sua menstruação, sendo por esta última acusada de bruxaria.

O próprio discurso científico está impregnado deste estigma. Ambroise Paré, médico e cientista ilustre do século XVI, vê no organismo feminino a prova da inferioridade da mulher: “Porque o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza quanto por sua imbecilidade, que não pode expelir e por para fora estas partes”. Acrescenta que os órgãos sexuais femininos tornam as mulheres “disformes e vergonhosas quando nuas” e, em relação à menstruação, afirma: “Porque as mulheres são de temperatura fria, em relação aos homens, a sua alimentação não se transforma num sangue bom, tanto que a maior parte se torna indigesta e se transforma em menstruações, das quais a mulher sadia se purga e se limpa”. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 21).

No que tange à bruxaria, Alves e Pitanguy (1981, p. 23) relatam a transcrição de Leonard de Vair, inquisidor, que em 1583 descreve a menstruação em seu livro *Trois Livres des Charme, des Sorcelages et Enchantements*: “Mensalmente elas se enchem de elementos supérfluos e o sangue faz exalar vapores que se elevam e passam pela boca, pelas narinas e outros condutos do corpo, lançando feitiços sobre tudo que elas encontram”.

A representação da mulher como impura, imperfeita, insignificante, feiticeira, disforme, bruxa – quando do uso de seus conhecimentos e rebeldia em favor de seus interesses – foi sendo construída ao longo dos séculos sob crenças que somente se justificavam à luz de interesses próprios e anseios de uma sociedade burguesa e de valores predominantemente masculinos.

Interesses da própria medicina que

(...) passa a instaurar-se como uma instituição masculina que advoga o monopólio do saber e do poder e da cura. E o advoga sobretudo pela perseguição à prática feminina do trato com ervas e do atendimento aos partos. Era a mulher, curandeira e parteira, secularmente encarregada da saúde da população, o principal concorrente a ser eliminado para o estabelecimento da hegemonia da medicina. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 22).

Estas arbitrárias representações que se constituíam equivocadamente no decurso do tempo, e contribuíram para o enraizamento de uma ideologia de opressão ao sexo feminino.

Exemplifica-se a questão supracitada pautando-se em Heleieth Saffioti (2015) a qual analisa o pensamento dominante do século XX, no qual Freud conjuntamente inseria-se, bem como Marx e outros autores relevantes.

Segundo a autora, socióloga e feminista, Freud contribuiu para a perda da credibilidade e inserção da culpabilidade à mulher na medida em que afirmou que

(...) os relatos das mulheres, que frequentavam seu consultório, sobre abusos sexuais contra elas perpetrados por seus pais, eram fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles, destronando, assim, suas mães. Na pesquisa realizada entre 1988 e 1992 (SAFFIOTI, 1992), não se encontrou um só caso de fantasia. A criança pode, e o faz, enfeitar o sucedido, mas sua base é real, isto é: foi, de fato, molestada por seu pai. Contudo, o escrito de Freud transformou-se em bíblia e a criança perdeu credibilidade. Trata-se, em sua maioria esmagadora, de mulheres, que representam cerca de 90% do universo de vítimas. Logo, os homens comparecem como vítimas em apenas 10% do total. (SAFFIOTI, 2015, p. 19).

Tal afirmação do criador da psicanálise instaurou-se como verídica e, em mais um aspecto, a mulher assumiu socialmente papel de menor credibilidade nas relações familiares e sociais. Ressalta-se, especificamente neste caso, a manifestação da incredibilidade desde a infância feminina, estigmatizando em seus corpos as marcas de uma sociedade patriarcal.

Discordando do discurso produzido por Freud, Saffioti, em todos os casos por ela estudados, concluiu que as vítimas, incluindo meninos, não tiveram outra escapatória se não ceder ao estupro praticado por seus pais e, em bem menor proporção, por seus padrastos; contraponto à afirmação de Freud de que os relatos de abusos sexuais perpetrados contra as crianças constituíam-se fantasias derivadas do desejo de serem possuídas pelos pais.

Marcas sociais e marcas da violência incestuosa acompanharão estes indivíduos – 90% mulheres e 10% homens do universo de vítimas pesquisados por Saffioti -, por toda sua vida, e ainda são flagelados por acusações concernentes à uma sociedade machista.

Num país tão machista quanto o Brasil, este é um segredo muito bem guardado. Se a vizinhança souber, dirá que o destino daquele garoto está selado: será homossexual, na medida em que foi penetrado, fenômeno específico de mulher. (...) O machismo, numa de suas facetas altamente

negativas para os homens – e há muitas -, oculta estas ocorrências, em vez de fazer face a elas e implementar políticas que visem, no mínimo, a sua drástica redução. (SAFFIOTI, 2015, p. 19).

O machismo corrói a dignidade da mulher, retirando-lhe o status da importância do seu ser e a consciência do próprio valor feminino, sujeitando-a às concepções patriarcais de dominação.

Os males desta dominação também circundam o sexo masculino, ao instituir o condicionamento do segredo do menino, vítima de incesto, para longe da consciência social. Caso descoberto, a sociedade lhe apontará o dedo à face, imputando rótulos à sua sexualidade.

O sistema configura-se enquanto opressor à medida que agrega ainda mais características para além da dominação e incredibilidade atrelada ao gênero feminino, conforme retratado.

Segundo Saffioti (2015, p. 23) “As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa, para usar a linguagem de Ruth Benedict (1988)”.

Além da culpabilidade,

(...) os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina. Como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas, quer para tomar a dianteira do namoro, quer para provocar o homem na cama. (...) A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador. (SAFFIOTI, 2015, p. 27).

O sistema sempre aceitou piadas machistas que atestaram e atribuíram ao homem a sexualidade plena e incontrolável, cabendo às mulheres se protegerem desta condição viril e desregrada.

Figura 2 – Piada Machista



Fonte: Casa da mãe Joanna (2016).

O estereótipo que atribui tal comportamento à biologia masculina, subjetivamente, pode conduzir a crimes sexuais, uma vez que se faz lícito culturalmente ao homem extravasar toda sua sexualidade no meio ao qual integra.

Logicamente as leis vigentes visam disciplinar as condutas sociais; contudo, “as regras sociais são passíveis de transgressão e são efetivamente violadas”. (Saffioti, 2015, p. 27).

A criação da Lei Maria da Penha certamente contribuiu para a diminuição da violência doméstica, dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2015 relatara, uma queda de 10% nos números de homicídios domésticos contra as mulheres.

Contudo esses dados demonstram-se discretos se contrastados aos dados do Mapa da Violência 2015, Homicídio de Mulheres no Brasil, no qual revela que a taxa de feminicídio no Brasil em 2013, o colocou em quinta posição mundial no ranking de homicídios às mulheres entre oitenta e três países do mundo.

O feminicídio representa a veia fatal da violência doméstica pela qual inúmeras mulheres sofrem abusos. Ressalta-se, à título de uma compreensão mais apurada, que os termos **violência doméstica** e **violência de gênero** não expressam por si só uma condição representativa ao sexo feminino. A violência doméstica pode acometer tanto homens quanto mulheres. E mais além, a violência de gênero, para além da compreensão social da binaridade homem/mulher, ampliaria esta violência à heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais, transexuais, etc.

Pois o conceito de gênero é aberto e relaciona-se à uma percepção cultural e não à uma determinação biológica. “O gênero é culturalmente construído,

consequentemente não é nem o resultado casual do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo como sexo”. (BUTLER, 2003, p. 24).

A autora defende a desconstrução da binaridade de gênero construída em uma sociedade patriarcal, sendo o gênero construído ao longo da vivência do ser humano – Beauvoir também compartilha desta percepção – podendo ser reconstruído quantas vezes se fizer necessário.

À título de desmistificação do termo violência doméstica e violência de gênero abre-se este largo parêntese, porém o cunho gênero integra o capítulo “A Trajetória Feminista e a Construção da Identidade da Mulher” nesta dissertação.

Por detrás de toda esta crueldade por parte de alguns homens - não podemos generalizar, obviamente – Saffioti julga a ação desses homens como uma demonstração de suposta superioridade.

No fundo, os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas. Não ignoram a capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de ordem psicológica, de modo invejável. Talvez por estas razões tenham necessidade de mostrar sua “superioridade”, denotando, assim, sua inferioridade. (SAFFIOTI, 2015, p. 33).

A violência deferida contra a mulher denota traços de uma sociedade marcada pela dominação masculina, inclusive cultural, e pela naturalização deste domínio dos homens sobre as mulheres. Saffioti (2015, p. 54) menciona: “Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios”.

Com suas mulheres eles pretendem requerer todos os cuidados necessários e perpetrados em nossa sociedade como obrigações femininas. Roupas limpas e passadas, casa impecável – mesmo com crianças - comida fresquinha. Porém o grande triunfo para o macho alfa é ter sexo quando “bem entender”. A sua casa, e não mais de seus pais, atesta-lhe o direito e privacidade necessários para explorar sua sexualidade com sua parceira. Na casa dos pais, possivelmente teriam que esperar o momento oportuno, sendo este agora desnecessário. O que muitos não entendem é que a integridade física e sexual da mulher lhe é assegurada por lei, não sendo esta “obrigada” a manter relações sexuais quando não desejar. Desta forma, quando estes não entendem, ocasiona-se o estupro conjugal caracterizando-se o domínio do masculino sobre o feminino.

Em sua vertente contemporânea, **Patriarcado** “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens”. (DELPHY, 2009, p. 173).

A terminologia é absorvida e rapidamente adotada pelos movimentos sociais feministas dos anos 70, “como o termo que designa o conjunto do sistema a ser combatido”. (DELPHY, 2009, p. 175).

Compreendendo sistema como holístico, global e amplo; não correlacionando-o simplesmente à opressões individualizadas. O sistema configurar-se-ia à pretensão de generalização e à denotação de organização que estaria configurada por um corpo histórico onde o homem configura-se enquanto chefe de sua família e descendência. Segundo Delphy (2009, p. 174) o primeiro sentido atribuído ao termo estaria correlacionado à autoridade do pai, ressignificando-se à hodierna visão sistêmica, objeto de luta das causas feministas.

Para Saffioti (2015) a dominação-exploração das mulheres pelos homens constitui-se a definição de **Patriarcado**. Vivemos em uma sociedade patriarcal, onde as relações de domínio são explícitas, seja na esfera doméstica, seja na pública; na qual, como exemplo, ainda há forte presença a divisão sexual do trabalho.

Weber assim define Dominação (2014, p. 33)

Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis. (...) A situação de dominação está ligada à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros.

O senso comum perdurante em nossa sociedade faz alusão a uma similaridade entre a relação de dominação e poder, insinuando que uma torna-se consequência da outra. Porém, analisando minuciosamente as considerações de Weber, percebe-se que não há necessariamente uma correlação entre ambas as circunstâncias. “Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. (WEBER, 2014, p. 33).

Assim, dada interpretação à fala do sociólogo, afere-se que em determinado momento, todos nós, seres humanos, assumimos o controle em certas situações e colocamo-nos no patamar de execução de poder e nem por isso exercemos a

dominação sobre alguém; pois este deve estar desguarnecido e predisposto a assumir ordens com obediência. Reitero tal condição ainda com Weber (2014, p. 33):

“O conceito de poder” é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades inimagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa situação dada. Por isso, o conceito sociológico de “dominação” deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem. O conceito de “disciplina” inclui o “treino” na obediência em massa, sem crítica nem resistência.

A partir deste argumento, trazendo-o ao universo das mulheres, poderíamos pressupor que estas seriam dotadas de uma predisposição à obediência. Ou, como contraponto, o poder exercido por seus parceiros sobrepujava os limites descritos por Weber e faziam-se passíveis de qualquer forma de contestação, estabelecendo, desta maneira, uma real situação de obediência mesmo que contrária aos princípios, valores e vontades dessas mulheres. O medo constrói uma relação de submissão, e, conseqüentemente, de dominação. Esta última e a conseqüente submissão permeiam laços históricos e estabelecem-se como condutas mais ou menos enraizadas no decurso do tempo.

Perante tal magnitude androcêntrica, seria possível lutar contra um sistema fechado, demarcado, excludente e opressor? Seria possível lutar contra a supremacia masculina?

Em pleno século XVII, mulheres conscientes de sua importância enquanto cidadãs e da necessidade de serem ouvidas, e cansadas dos abusos desse sistema, iniciaram a busca pelos direitos à cidadania; ainda que “a ideia de igualdade de direitos para a mulher, mesmo que tão somente em nível religioso, era ainda intolerável”. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 30).

2.2 A Trajetória Feminista e a Construção da Identidade da Mulher

“Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise”. (PINTO, 2010, p. 15).

Procuraremos elucidar os aspectos centrais ao campo de ação do movimento social feminista, pois sua história é marcada pela multiplicidade de contextos.

Compreende-se também a forte influência da produção teórica feminista como difusora de narrativas que questionam a sociedade patriarcal.

Inferimos, após estudos teóricos e análise de conteúdo empírica, que essa baseia-se nos pilares do Ser homem, branco, heterossexual e de classe média. Não há uma citação comprobatória tão clara quanto à afirmação, mas a concatenação dos abarques teóricos e análises empíricas do *corpus* selecionado corroboraram significativamente à essa percepção elencada.

Não é tarefa fácil descortinar os caminhos do movimento feminista, posto que este foi se desenvolvendo em diferentes territórios com diferentes características, em cada um deles com demandas próprias. Esta seção implica numa exploração de campo tão complexo, sem pretensões de esgotá-lo.

Por exemplo, a retratação de Collins (2016) a respeito da mulher negra em sociedade americana, expressa não somente a vertente de ser mulher em uma sociedade machista, mas em Ser Mulher e Negra em uma sociedade machista e racista.

Inúmeras mulheres negras iam de ônibus para a casa de suas “famílias” brancas, onde elas não apenas cozinhavam, limpavam e desempenhavam outras tarefas domésticas, mas também cuidavam de suas “outras crianças”, ofereciam importantes conselhos aos seus empregadores e, frequentemente, tornavam-se membros honorários de suas “famílias” brancas. (COLLINS, 2016, p. 1).

A presente retratação demonstra em perspectiva clara uma outra nuance, representada por determinada classe social, estigmatizada por laços históricos da escravidão, a qual, sob perspectivas diferentes, almejavam conquistas sociais diferenciadas ao feminismo branco, pois suas necessidades não apresentavam plenas similitudes com ele.

Pelo fato das mulheres negras em grande parte estarem dentro de famílias brancas, a seu serviço, sabendo que jamais pertenceriam às suas famílias brancas, estas eram consideradas *outsiders* (Collins, 2016). Desta forma, o campo de visão entre mulheres brancas e negras instituía-se de maneira desconforme, proporcionando “às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao *self*, à família e à sociedade”. (COLLINS, 2016, p. 1).

A pluralidade contextual abarcada pela trajetória feminista traz consigo realidades distintas e, por vezes, antagônicas. O discurso dominante, apresentado

nesta dissertação, não é único. O movimento feminista branco, elitizado, da classe média intelectualizada, contrasta com os anseios do movimento feminista negro e constitui-se ainda diverso das prerrogativas do movimento popular de mulheres.

A historiadora feminista negra E. Frances White (1984) sugere que as ideias das mulheres negras têm sido aprimoradas na junção com movimentos pela igualdade racial e sexual. Segundo a autora, mulheres afro-americanas têm sido empurradas por “sua marginalização em ambas as arenas” para criar o feminismo negro. (COLLINS, 2016, p. 2).

Enquanto as primeiras reivindicações do movimento feminista branco pleitearam os direitos perante a discrepância entre a difusão dos princípios universais de igualdade e a realidade da desigual divisão de poderes entre homens e mulheres, perpassando o direito ao voto, como sua primeira onda; o movimento feminista negro teve como principais lutas questões referentes à igualdade racial e sexual.

Mulheres que passaram ao longo da história e ainda passam, diariamente, por questões relacionadas às desigualdades de gênero e raça. Somente uma mulher para entender a dor de uma outra mulher; e, somente uma mulher negra para entender a dor de uma outra mulher negra, pois são realidades distintas construídas no decurso do tempo e de contextos sociais segregados por questões de classe social e raça. “O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras”. (COLLINS, 2016, p. 3).

Transportando-nos ao Brasil da década de oitenta, a luta pelo direito das mulheres que clamavam pelo direito ao trabalho, à posse de terra, à igualdade no casamento, à sexualidade e distintas preferências sexuais; caminhava ao lado dos “(...) movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica”. (PINTO, 2010, p. 17).

Salienta-se ainda no Brasil, em meados da Primeira Onda do Movimento Feminista, a participação do

(...) movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Em manifesto de 1917, proclamam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes”. (PINTO, 2010, p. 16).

Essas tantas mulheres, de classes sociais diferentes, anseios, perspectivas e necessidades distintas empenharam e empenham-se ainda hoje para dar um basta à todas as formas de abuso, opressão e demais situações que lhes roubam a dignidade.

2.2.1 A Primeira Onda do Movimento Feminista

A trajetória de luta pelos direitos das mulheres inicia-se nos Estados Unidos,

(...) a luta pela libertação fez do princípio básico da igualdade a expressão primeira de sua Declaração de Independência: “Todos os homens foram criados iguais”. Temendo que o conceito de “homem” contido na Declaração abarcasse tão somente o sexo masculino, Abigail Adams escreve a seu marido, John Quincy Adams, líder da Guerra da Independência, uma carta em que reivindica sejam estendidos a seu sexo aqueles direitos:

“(...) Espero que no novo Código de Leis... vocês se lembrem das mulheres e sejam mais generosos que seus antepassados. (...) Se não for dada especial atenção às mulheres, estamos resolvidas a nos rebelar e não nos consideraremos obrigadas a cumprir leis, diante das quais não temos nem voz, nem representação”. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 30-31).

E na França,

(...) neste mesmo século marcado por revoluções, a mulher, que participa ativamente ao lado do homem do processo revolucionário, não vê também as conquistas políticas estenderem-se ao seu sexo. É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista, na França assume discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher.

As mulheres revolucionárias francesas dirigem-se à Assembleia, peticionando a revogação de institutos legais que submetem o sexo feminino ao domínio masculino. Reivindicam, assim, a mudança da legislação sobre o casamento que, outorgando ao marido direitos absolutos sobre o corpo e os bens da mulher, aparece-lhes como uma forma de despotismo incompatível com os princípios da Revolução Francesa. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 32).

A reivindicação dos direitos emergiu na discrepância entre a difusão dos princípios universais de igualdade e a realidade da desigual divisão de poderes entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais; ele se baseia nas teorias dos direitos da pessoa, cujas formulações resultam das revoluções norte-americana e depois a francesa. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144).

O Feminismo em seu início,

(...) procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim, o movimento feminista não se organiza de forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. Os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um “monopólio da verdade”, mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 08-09).

O sentimento de solidariedade em meio à dor sofrida por estas mulheres as fazem abraçar-se mutuamente em jus a uma causa maior. À princípio estas reuniam-se às escondidas, em congregações ditas religiosas, sob a liderança de Ann Hutchinson, uma das primeiras vozes do feminismo, por exemplo.

Posteriormente, relata-se a luta das mulheres em frente à Assembleia da França peticionando a revogação de institutos legais que submetem o sexo feminino ao domínio masculino.

Em todo século XIX acompanha-se o discurso das mulheres clamando pela sua inserção na vida política e civil em situação de igualdade aos homens, tanto em deveres quanto em direitos, inicia-se nesta fase a luta pelo sufrágio.

Figura 3 – *Women's suffrage in the United Kingdom*



Fonte: Wikipedia (2016).

(...) É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista,

na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 32)

Através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 41)

O Sufragismo abrangeu mulheres de todas as classes sociais, e segundo Alves e Pitanguy (1981, p. 44) demandou uma “enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. (...) Mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX”.

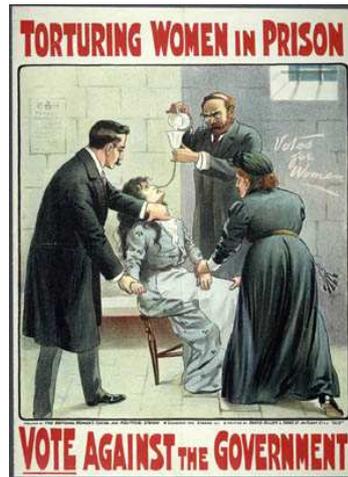
Surge em 1848, nos Estados Unidos em uma época onde o direito à cidadania expande-se aos homens negros e aos homens destituídos de renda, que eram, em épocas anteriores, desprovidos do reconhecimento dos direitos como cidadãos.

O esforço para a organização das diversas atividades era imenso: campanhas de mobilização da opinião pública, busca de apoio de parlamentares e partidos, passeatas, atos públicos, abaixo-assinados. Todo este trabalho esbarrava frequentemente na indiferença e galhofa da maioria dos legisladores, obrigando a um eterno recomeçar da luta a cada nova legislatura. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 46).

(...) O movimento, que abrangeu 3 gerações numa luta incansavelmente retomada, adquiriu, nos últimos anos da campanha, uma feição violenta, tendo as sufragistas sofrido inúmeras prisões. Somente em setembro de 1920 foi ratificada a 19ª Emenda Constitucional, concedendo o voto às mulheres, terminando assim uma luta iniciada 72 anos antes. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 45).

A luta pelo sufrágio exigiu das mulheres um grande empenho em termos de articulação, mobilização, engajamento, coragem, desprendimento e, além da exaustão da força mental, a aplicação da força física para lutar corporalmente contra seus opressores, contra agressores que queriam calar o movimento feminista e coloca-las na prisão, por diversas vezes inclusive, e relutaram na prisão realizando greves de fome em protesto, sendo alimentadas forçadamente por tubos emborrachados que perpassavam suas narinas até o estômago, a fim de levar o alimento que as manteriam obrigatoriamente vivas; não as queriam mártir de uma causa.

Figura 4 – “Torturing Women in Prison. Vote Against the Government”.³



Fonte: Wordpress (2011).

No Brasil, a luta pelo sufrágio

(...) não teve as características de movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra. Iniciou-se bem mais tarde, em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembleia Constituinte de 1891.

Em 1919, Bertha Lutz funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. (...) As principais táticas utilizadas pela Federação são a do *lobbying* (pressão sobre os membros do Congresso) e a divulgação de suas atividades pela Imprensa, para a mobilização da opinião pública. (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 47).

O direito ao voto pelas mulheres neste país é conquistado quando em 1932, Getúlio Vargas promulga-o em projeto de lei. A **luta pelo sufrágio** caracteriza a **Primeira Onda do Movimento Feminista**, adquirindo novas vertentes e ampliação na divulgação de seus propósitos em anos posteriores.

A exemplo da luta pelo sufrágio pondera-se a pluralidade de ações na consecução do objetivo especificado. Observa-se que na França e nos Estados Unidos as mulheres articulavam-se na perspectiva dos movimentos sociais; enquanto no Brasil o meio de articulação para a promoção e conquista deste direito deu-se por meio de *lobby*, não transparecendo características de movimento de massas. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146-147).

³ “Torturando mulheres na prisão. Vote contra o governo”.

Ressalta-se que o sufrágio por parte das mulheres data-se distintamente nos países ao redor do mundo. A primeira conquista ao sufrágio estabeleceu-se no estado de Wyoming, primeiro estado dos Estados Unidos a outorgar o direito do voto feminino; sendo o último direito ao sufrágio outorgado na Arábia Saudita, em 2015.

2.2.2 A Segunda Onda do Movimento Feminista

Da conquista do direito ao voto à discussão do direito da mulher à vida pública, criticando o espaço privado e o trabalho doméstico, advêm-se a **Segunda Onda do Movimento Feminista**, compreendida no período entre 1960 e 1990.

Nascido da revolta das mulheres face às normas e condições que presidiam seu destino pessoal e seu confinamento à esfera privada, o movimento feminista contemporâneo tornou-se rapidamente, no decorrer dos anos 60, um projeto intelectual e político para pensar e agir o “Nós Mulheres”, anunciado pelo aparecimento do Segundo Sexo de Simone de Beauvoir em 1949 e tornado viável graças às grandes mobilizações coletivas desta época. (DESCARRIES, 2000, p. 10).

O movimento feminista nesta segunda vertente procurou

(...) opor-se aos pressupostos androcêntricos dos saberes dominantes e assim escapar à rigidez das proposições normativas e ao fechamento do pensamento binário e estático do feminino e do masculino. (...) tendo em vista conter os efeitos perversos de uma organização social, na qual os lugares e as atividades dos indivíduos são naturalizadas e hierarquizadas segundo o pertencimento a um sexo ou outro. (DESCARRIES, 2000, p. 10).

Instaurou-se a não anuência ao pré-determinismo e a crescente necessidade de interpelação aos padrões fixados por uma sociedade patriarcal que vigorou, por um longo período, suas leis, padrões e rotulações inspiradas às experiências e representações predominantemente masculinas.

Segundo Descarries (2000) a Segunda Onda perpassa por três correntes distintas do Feminismo, as quais, em suas concepções, lançam estratégias para a liberação⁴ feminina. São elas: Corrente do Feminismo Igualitário, Corrente do Feminismo Radical e Corrente do Feminismo da Femitude.

A Corrente do Feminismo Igualitário estabeleceu-se em 1960 como “Herdeiro da tradição das *suffragettes* e dos movimentos antirracistas americanos, reivindicava a

⁴ Termo usado pela autora Descarries (2000).

igualdade de direito e de fato para todas as mulheres, em nome do direito inalienável de cada indivíduo à igualdade e à autodeterminação”. Descarries (2000, p. 15).

O objeto de reivindicação das feministas igualitárias estabelece-se em torno da igualdade de direitos políticos, educacionais e na esfera do trabalho, onde a divisão sexual do trabalho acarretaria e corroboraria para um sistema de discriminação entre os sexos.

“Nesta perspectiva, a palavra de ordem era modificar a socialização e a educação das meninas, reformular as tarefas domésticas na família e favorecer o acesso das mulheres aos locais de saber e de poder econômico ou político”. Descarries (2000, p. 15).

A chave da luta destas feministas era a mudança de mentalidade e das práticas sociais tanto na esfera pública quanto privada.

Em perspectiva divergente, a Corrente do Feminismo Radical surge em 1970 com proposições mais radicais em relação à primeira corrente. Lutavam contra os determinismos biológicos e seu enfoque transpassou a execução dos papéis sociais, como as feministas igualitárias, em luta ferrenha contra todo um sistema patriarcal e opressor.

(...) as radicais viam uma ordem patriarcal sexista e a manifestação de uma relação de poder alimentada pelos conflitos entre as classes de sexo. Enfim, enquanto as Igualitárias criticavam os papéis em vez das estruturas, as Radicais reivindicavam a abolição das instituições patriarcais para acabar com o determinismo biológico e concretizar seus objetivos libertadores. (DESCARRIES, 2000, p. 17).

A exemplo do determinismo biológico cita-se a libertação da mulher da obrigatoriedade do papel e deveres biológicos da maternidade, sendo esta, segundo as feministas radicais da época, uma forma de opressão individual e coletiva.

Outro questionamento realizado por esta corrente refere-se ao trabalho doméstico; configurando-se em sua gratuidade, obrigatoriedade e inter-relação às mulheres, uma expressão da opressão intrínseca na instituição familiar. Para estas, a configuração da opressão iniciava-se no ambiente familiar, em sua forma privada. Debates pertinentes à esta temática instauraram-se nesta Segunda Onda, especificamente dentro da Corrente do Feminismo Radical.

Figura 5 – Trabalho doméstico: coisa de mulher?



Fonte: Multifoco (2014).

A instituída naturalidade destas atribuições construída histórica, cultural e socialmente confronta-se à percepção das mulheres à época como representação do domínio patriarcal. Desta forma, o objetivo destas mulheres era “denunciar o lar como espaço de clausura para as mulheres, que as afastava das esferas públicas de poder político e econômico”. (MELLO, 2011, p. 213).

Ao adentrarmos em maior profundidade neste pensamento, far-se-á perceptível que ao longo dos séculos houve uma intensa fomentação na construção de uma organização social hierarquizada pelo sexismo. As crianças, nesta época, cresceram visualizando em suas famílias o pai como o provedor do lar, que cedo saía para trabalhar, enquanto a mãe deveria ficar em casa, devendo esta estar sempre muito limpa e em ordem. Além, de claro, saber cozinhar muito bem e cuidar com zelo de sua inúmera prole.

De acordo com Mello (2011), em citação infracitada, infere-se que todo um arcabouço social da mulher do lar foi construído a fim de impedir que esta acessasse a vida pública e que a decisão da mulher de não mais ser dona de casa seria tão revolucionária que destruiria a organização social à época, o que denotaria ser amedrontador para a sociedade a possibilidade dessa revolta.

(...) a decisão da mulher de não ser dona de casa seria tão revolucionária que destruiria a organização social que agora conhecemos. Para reforçar a situação, para manter as coisas tal como estão e afastar a ameaça de uma revolta, criou-se a doutrina da posição natural da mulher na família como dona de casa. (...) A ocupação da dona de casa não é natural, mas histórica. No atual estágio da técnica só a maternidade é função naturalmente feminina, mas entre a gestação e o parto e as duzentas mil horas de trabalho doméstico que executa uma dona de casa ao longo de sua vida, não há nenhuma correspondência necessária, mas apenas circunstancial. Mello (2011, p. 210).

Pautadas por esta analogia, as feministas radicais propuseram uma discussão relacionada ao trabalho doméstico feminino e à função, decretada como biológica, da maternidade. Há uma crítica ferrenha em relação à repetição dos processos ditos naturalizados, sendo estes esquemas opressores. Descarries (2000) explica que o termo radical é atribuído às raízes, ou seja, essas feministas buscavam lutar contra os *mecanismos produtores* das desigualdades.

Críticas se levantaram ao pensamento radical, sendo uma delas à visão opressora da institucionalização familiar. Não era unânime a concordância com a ideia que o ambiente familiar era gerador de opressão e apropriação de seus corpos e trabalho; a família poderia representar sim uma escolha do papel social feminino, sendo este não imposto, mas escolhido.

Representando a última Corrente do Feminismo à luz de sua Segunda Onda, afigura-se o Feminismo da Femitude. Este tem por seu surgimento a década de 1980 e representa a reconciliação com o feminino e o maternal.

(...) encorajadas pelos ganhos substanciais realizados na esfera pública, muitas mulheres ocidentais revelaram seu desejo de evitar novos sobressaltos que pudessem desestabilizar sua maneira de ser a dois e de viver sua maternidade: seu sonho de harmonia e estabilidade na “era do efêmero” coabitava dificilmente com a oposição radical. (DESCARRIES, 2000, p. 21).

Nesta Corrente há um retorno às discussões pautados no Feminismo Igualitário, questões de identidade, maternidade – anteriormente negadas pelo Feminismo Radical – voltam à tona. Não poderiam negar suas experiências enquanto mulher e mãe; porém agora estas estabelecem-se à óptica de forma mais coerente e conexas com a realidade.

Do basta à “Super Mulher”, ao convite para que outras mulheres tomassem consciência do seu poder e o utilizassem na esfera pública e privada, inclusive na

política; não se esquecendo em denunciar a discrepância nas formas de igualdade, idealizada e realista, principalmente nas esferas do trabalho e políticas.

Segundo Descarries estas feministas

Interessam-se mais aos problemas de ética e de identidade do sujeito feminino que à dimensão sexuada das relações sociais. (...) propõe uma reflexão epistemológica sobre a diferença, o gênero, a feminilidade e o feminino. (...) invadem o espaço teórico com discussões sobre o sujeito feminino, o corpo, a gestação, a procriação e o prazer materno, vistos como espaços distintos e lugares primeiros de diferença e de relação ao Outro. As teóricas desta corrente que chamo de Feminismo da Femitude propõe como solução uma teoria do feminino-materno que privilegiaria a reapropriação do território e dos imaginários femininos, próprios à experiência do corpos sexuado e da procriação”. (DESCARRIES, 2000, p. 22).

Por isso acreditam que a negação à natureza da mulher e o destino natural a qual está predestinada, assim como a busca pela emancipação através do trabalho assalariado repercute à mulher a perda de suas habilidades naturais, inerentes ao seu gênero e conseqüentemente à perda de sua identidade.

Acreditava-se que mulher deveria trazer à vida pública aspectos os quais somente elas eram detentoras e os quais as difeririam do gênero masculino, constituindo-se a ética feminina. Valores como altruísmo, escuta do outro, generosidade, amor, afetividade; desqualificados no plano social e em grandes proporções vivenciados na esfera privada, deveriam vir à tona e instituir um papel de mudança à realidade imperiosa do androcentrismo social.

Afinal a luta pela liberdade era considerada uma armadilha, pois representava o universo masculino em si. Segundo esta corrente os valores masculinos são construídos de forma abstrata, sem conexão com o mundo e com o outro. Ao contrário, a Corrente da Femitude exaltava como ação política a exploração dos valores femininos. Uma vez que estes se constroem em relação com si própria e na relação e cuidado com o Outro.

Sobre o julgamento moral das mulheres

Unindo “coração e espírito”, o julgamento moral das mulheres provém de uma ética mais nobre que a dos homens, pois é fundada na “solicitude” e nas relações concretas com os outros, mais do que sobre o reconhecimento abstrato e racional de direito, característica da ética masculina. (DESCARRIES, 2000, p. 24).

Acreditavam ser necessário o reconhecimento da ética feminina presente sob o domínio da privacidade e conferir-lhe um caráter pragmático. Pois estas carregam fortemente valores da equidade, da não violência e da responsabilidade com os outros.

Há uma supervalorização da consciência feminina e da maternidade. Descarries (2000, p. 25) “(...) o feminino e o espaço materno como lugares da diferença e do **Ser mulher**. A maternidade torna-se assim um ato de criação e a ênfase posta sobre o potencial criador das mulheres, uma fonte de poder e identidade”.

Assim, a Corrente do Feminismo da Femitude pretende

levar as mulheres a se definir por si próprias, sem espelho deformante das normas e das referências investidas pelo sujeito masculino. O projeto é sedutor. Seu discurso valoriza as qualidades e as aptidões do feminino, ordinariamente desqualificadas. (DESCARRIES, 2000, p. 26).

Porém,

(...) a dificuldade que apresenta esta corrente *fémelléiste* é séria, pois exalta, ou mesmo sacraliza um feminino-materno imutável, essencialmente inscrito no corpo, como *locus* e metáfora da alteridade e de contra poder, sem precisar os contextos sociais das representações simbólicas invocadas”. (DESCARRIES, 2000, p. 27).

2.2.3 A Terceira Onda do Movimento Feminista

A **Terceira Onda do Movimento Feminista** tem seu início em torno de 1990 e tem como uma das suas principais vozes a autora, feminista e filósofa Judith Butler, que discute os paradigmas abordados pelas ondas dos feminismos antecessores.

Segundo ela, as demais ondas ativeram-se à uma identidade definida, compreendida por uma categoria de mulheres, esquecendo-se que as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, sendo necessário um recorte de classe e raça. O discurso universal seria excludente uma vez que nas primeira e segunda ondas, nem todas as mulheres clamaram por determinada ação. O sufrágio foi o clamor de mulheres brancas e burguesas (e também de operárias), por exemplo.

Como prerrogativa esta onda fundamenta-se na desconstrução de alguns fatores enraizados em nossa sociedade, como a questão identitária e de gênero. “O poder parecia ser mais do que uma permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão

constante entre um sujeito e um Outro; na verdade, o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero”. (BUTLER, 2003, p. 08).

Para tanto, Butler questiona a binaridade dos gêneros masculino e feminino, sendo este fruto do patriarcalismo e da necessidade de dominação do sexo masculino sobre o feminino, pois o patriarcado teria criado uma matriz heterossexual normativa a qual os sujeitos deveriam ser “encaixados.” Encaixe este por vezes violento e autoritário.

A distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. (BUTLER, 2003, p. 24).

O corpo sexuado assumiria, através de uma construção cultural, determinado gênero, não sendo viável qualifica-lo previamente. O termo corpo sexuado refere-se ao sexo, enquanto gênero se correlaciona ao sentido da construção e significação cultural.

O corpo sexuado masculino não poderia assumir um gênero feminino? Para Butler essa prerrogativa faz-se verídica. E exemplifica-se a presente afirmação ao tratarmos dos transgêneros (travestis/ transexuais). Para estes há uma dor latente por um sentimento de não pertencimento ao corpo que a natureza lhe deu. Seria como nascer em corpo de homem – ou denominado como masculino -, com “alma” de mulher, ou sentimento de ser mulher; o contrário também seria factível.

Desta maneira, a Terceira Onda do Movimento Feminista amplia o conceito de gênero, resgatando-o da binaridade anteriormente imposta pelo sistema.

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2003, p. 24).

Assim sendo, transportando a presente citação para nossa sociedade contemporânea, este constitui-se ainda um ponto delicado, sensível, inclusive entre as feministas. Em de sua pluralidade de identidades grupais, encontra-se mais uma abordagem que lhes causa certas divergências. Fala-se hoje em feministas

interseccionais, transfeministas e feministas radicais, tentando lançar clareza sobre um campo plural e complexo.

O fato de um ser humano do sexo masculino, porém gênero feminino, utilizar-se do *toilette* feminino pode causar muito desconforto, inclusive por parte de grupos feministas. Exemplifica-se com o recente caso de Carlota Miranda, sexo masculino, considera-se sem gênero e recentemente causou estranheza, no universo trans* inclusive, por utilizar o *toilette* feminino. Ela, com corpo masculino, utiliza saias, glitter, batom e salto alto; contudo utiliza também uma volumosa barba negra em sua face. Tal construção visual e o uso do banheiro feminino foi causa de ampla polêmica e debates. Porém em análise à entrevista de Carlota ao site www.nlucon.com (com publicações de fotos), vê-se que ela se considera neutra no quesito gênero, não se enquadrando nem como homem e nem como mulher e sua luta pauta-se pelo não engendramento normativo social. Objetiva uma liberdade para além dos rótulos e das convenções tão rígidas das normas.

As vivências das feminilidades em sua amplitude constituem-se a bandeira das feministas interseccionais, que compreendem as aspirações de Judith Butler e as questões de gênero por ela estruturadas. Estas chamam tanto a mulheres cisgênero⁵ quanto as mulheres transexuais a lutarem contra o patriarcado, sendo este o objeto central da luta feminista.

Nesta Onda questiona-se o discurso das feministas e sugere-se a ampliação ao transfeminismo, uma vez que a redução da identidade à uma genitália remeteria às mesmas concepções pelas quais as feministas vem a lutar por décadas à fio, contra os discursos que desqualificam a mulher devido ao seu sexo. Sendo assim, essa corrente critica ferrenhamente a busca de uma identidade para o sujeito do feminismo.

As diversas Ondas do Movimento Feminista corroboraram ao longo dos séculos para uma profunda análise social, fomentando a desconstrução e reconstrução do papel social da mulher e questionando-lhe direitos. Não os reduzindo a direitos específicos como o direito ao voto – o sufrágio iniciou o processo emancipatório – mas ampliando para além dos direitos humanos, questionando o direito à sua liberdade identitária, de ser quem e como ela desejar ser. Convém, então, refletir um pouco sobre o que seria a emancipação ou libertação de amarras sociais, políticas, econômicas e culturais.

⁵ Pessoa cujo gênero é o mesmo designado em seu nascimento.

Para pensar o conceito de emancipação social, recorreremos ao autor Antônio David Cattani, que o descreve como verbete de um dicionário crítico de economia:

O conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais. Emancipar remete à liberdade concedida, adquirida ou conquistada. Durante séculos, o termo foi usado para se referir a situações individuais ou de pequenos grupos. Foi somente a partir do Século das Luzes e da Revolução Francesa que o conceito adquiriu o sentido amplo e dinâmico que vigora até o século XXI. (CATTANI, 2009, p. 175).

A emancipação social ascende para uma conscientização e formação crítica em relação a fatores anteriormente apresentados como naturais, colocando em xeque as formas de dominação. Esta remete à uma liberdade concedida, adquirida ou conquistada. Especificamente no caso das mulheres, a emancipação social perpetrou-se por meio dos movimentos sociais e a partir deles, estabeleceu-se a construção da identidade da mulher.

Para Touraine o Princípio de identidade:

(...) é a definição do ator por ele mesmo. (...) é o conflito que constitui e organiza o ator. (...) O ator do movimento social nunca é dado pela observação imediata. (...) A consciência de identidade faz parte da definição de uma classe ou de uma força social de classe, pois as classes só podem ser definidas em termos de relações sociais, portanto das orientações de cada um dos adversários sociais. (1977, p. 345).

Do surgimento das classes e da causa que as rege, surge o Princípio da oposição: “Um movimento só se organiza se ele pode identificar seu adversário. (...) O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores presentes”. (TOURAINÉ, 1977, p. 346).

Porém, Touraine ressalta que um movimento social não é definido unicamente pelo conflito. A presente compreensão pode ser atribuída à definição do Princípio de Totalidade, o qual exemplifica-se a seguir:

O movimento operário só existiu porque ele não considerou a industrialização somente como um instrumento do lucro capitalista, mas quis construir uma sociedade industrial não capitalista, anticapitalista, livre da apropriação

privada dos meios de produção e capaz de um desenvolvimento superior. O princípio de totalidade nada mais é que o sistema de ação histórica cujos adversários, situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação. (TOURAINÉ, 1977, p. 347).

Faz-se a compreensão da importância e dimensão dos movimentos sociais, assim como das lutas estabelecidas por seus atores e agentes sociais. Contudo, ressalta-se que o movimento feminista não idealiza uma dominação feminina, mas, a conquista e apropriação de direitos pelas mulheres, enquanto sujeitos sociais.

O surgimento do sujeito como forma e vontade de “escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções e as interações de todos”. (TOURAINÉ, 2011, p. 119).

Desta forma

os movimentos sociais se definem “(...) pelo confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade. (...) E surgem na transformação do conflito social em luta contra o poder estabelecido”. (TOURAINÉ, 1977, p. 335).

Viola (2008, p. 20) salienta que “antes desses movimentos, as ações coletivas estavam ligadas a instituições religiosas ou governamentais que, em sua maioria, mantinham-se restritas a espaços locais de influência política limitada”.

Os movimentos sociais constituem-se como voz daqueles que são, por vezes, afônicos em sociedade, encorajando-os na luta pelos seus ideais, transformando-os em sujeitos políticos, agentes de mudança.

Em uma sociedade considerada complexa e em constante transformação, como a que integramos, Viola nos remete ao “novo” nos movimentos sociais.

(...) para o século XIX, “o novo”, em termos de movimento social, estava representado pela capacidade da luta da classe operária, organizada em sindicatos e partidos. Já para a segunda metade do século passado, o “novo” relaciona-se à emergência de atores sociais que revitalizam as ações sociais e políticas, construindo novas categorias, ampliando os espaços de conflito e criando dimensões culturais e identidades plurais.

A designação de “novo” compreende muito mais que a observação supracitada sobre os movimentos sociais. Corresponde ao tipo de análise teórica feita sobre os modelos de sociedade no qual eles se situaram.

“Novos” ou não, os movimentos sociais respondem às condições específicas do espaço e do tempo em que atuam. (VIOLA 2008, p. 23-25).

Corroborando a citação acima, ao retornarmos a análise para o movimento feminista, faz-se perceptível o discurso de Viola no que tange às novas dimensões culturais e identidades plurais, contextualizadas no espaço e tempo contemporâneos.

Falar de “movimentos feministas” permite designar sobre uma mesma denominação as diversas formas de movimentos de mulheres, o feminismo liberal ou “burguês”, o feminismo radical, as mulheres marxistas ou socialistas, as mulheres lésbicas, as mulheres negras e todas as dimensões categoriais dos movimentos atuais. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144-145).

A pluralidade do movimento feminista concebe-se na diversidade de frentes as quais subdividem-no na atualidade, desde as que defendem a maternidade, às que clamam a descriminalização do aborto; às questões de gênero; a luta contra a violência e o feminicídio, dentre outras.

Este movimento fundamentado no espírito da irmandade entre mulheres, onde se pressupõem valores da confraternidade e sororidade, confronta-se devido as particularidades de cada grupo identitário, o que acaba, por vezes, por transfigurar-se em discórdia entre as militantes.

O movimento feminista participa dos movimentos antiautoritários e privilegia as formas mais espontâneas de manifestação, recusando toda organização hierárquica. Pertencer ao movimento representa a realização de uma nova ideologia (...) a essa nova ideologia denominou-se "sororidade" (*Sisterhood is powerful* - A sororidade é poderosa). Mas as questões da identidade racial ou nacional dividem o movimento, e a solidariedade comum das mulheres é rapidamente questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário. (TRAT, 2009, p. 151-152).

A despeito da delação na citação anterior de Dominique Fougeyrollas-Schwebel, engrandece-se o movimento feminista com a reflexão de Josette Trat, a qual ressalta a beleza da mobilização e articulação entre as mulheres.

Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar *coletivamente* desde a Revolução Francesa. Ademais, esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão social e sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome de suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

A articulação para a promoção dos seus direitos e de sua identidade e a luta pela sua emancipação estabelecem-se por dois meios de atuação; os movimentos de massa, descritos anteriormente; assim como por meio de *Lobby*.

Para Said Farhat, considerado o pioneiro na prática de *lobby* no Brasil, *Lobby*, em sua concepção,

É toda atividade organizada, exercida dentro da lei e da ética, por um grupo de interesses definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público para informá-lo e dele obter determinadas medidas, decisões, atitudes. (...) designa a prática de influenciar as decisões governamentais, por meio de agentes que servem àqueles interesses, com o objetivo de levar as autoridades a fazer – ou deixar de fazer – alguma coisa a bem daqueles interesses. (FARHAT, 2007, p. 49).

Evidencia-se a esfera pública significativa na tratativa das questões sociais e na conquista de direitos.

A despeito de seu caráter extraparlamentar, o movimento de liberação das mulheres tem a capacidade de suscitar amplas mobilizações entre as mulheres sindicalizadas, mulheres dos partidos de esquerda e de direita ou das associações que lutam pelos direitos das mulheres, como o organismo Planejamento Familiar. Inicialmente as campanhas pela liberdade de abortar constituem os eventos mais importantes e mais marcantes. Aparecem igualmente mobilizações contra a violência que vitimiza mulheres - estupro, assédio sexual - e a transformação do direito: o reconhecimento do estupro conjugal. A conquista de novos direitos para as mulheres na esfera privada é acompanhada por exigências renovadas na esfera pública, pela reivindicação de medidas em favor de uma verdadeira igualdade no trabalho, mas tal reivindicação só consegue algum resultado quando se estabelece uma relação com as organizações sindicais e políticas. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146-147).

Também Santos (2003) menciona duas grandes estratégias para a criação da moderna transformação social: “reformismo jurídico e a revolução”.

Na organização política emergente, cumpre ao Estado coordenar os diferentes interesses, organizações e redes que resultam da desestatização da regulação social. (...) Nas novas condições ora vigentes, a redistribuição social tem por premissa a democracia participativa e acarreta o empreendimento de ações tanto por parte do Estado como por parte de agentes privados – empresas, ONGs, movimentos sociais, etc. – de cujos interesses e desempenhos o Estado assegura a coordenação. (SANTOS, 2003, p. 65).

Estado e sociedade caminham juntos devendo ao Estado assegurar os interesses da população. Faz-se perceptível a relevância da revolução, citada por Santos como estratégia para a moderna transformação social, nos processos

emancipatórios, e, inclusive, na defesa identitária dos atores sociais envolvidos, neste caso mulheres, que além da expressão contrária à violência ou à descriminalização do aborto, resistem aos padrões opressores da sociedade e da mídia, exprimindo em seus corpos suas decisões a respeito deles.

Touraine define esta relação entre a mulher e a mídia.

As mulheres, querendo embora preservar (transformando-as) as relações de sedução com os homens, rejeitam vigorosamente as imagens delas próprias que os meios de comunicação – e sobretudo a publicidade – lançam sobre elas. Esta rejeição foi muito bem formulada por um dos grupos de mulheres com quem trabalhamos: as mulheres que a publicidade exhibe, disseram-nos elas, não são reais. Nossas pernas e nossas mãos não são como as delas. A publicidade inventou uma imagem da mulher e nós, por nossa vez, somos privadas de nossa imagem. Se nos olhamos num espelho, não vemos senão o rosto e a imagem que a publicidade colou em nós, fazendo desaparecer nosso corpo real. (TOURAINÉ, 2011, p. 232)

O movimento das mulheres procura extirpar a imagem de objeto sexual que os meios de comunicação impregnam nelas.

O movimento das mulheres leva esta evolução a seu termo: as mulheres se definem, para além da pertença nacional, social ou cultural, por seu gênero, enquanto seres sexuados e, mais importante ainda, como seres submetidos a uma dominação exercida sobre todo seu ser – e particularmente sobre seu corpo. (...) passou-se a uma luta das mulheres na qual está em jogo o controle de si mesmas e a defesa de direitos relacionados com todos os domínios de suas condutas. (TOURAINÉ, 2011, p. 232)

Figura 6 – *Roxie Hunt* exhibe as axilas Pink.



Fonte: Caparica (2015).

A desejada liberdade de direitos referente aos domínios das próprias condutas femininas, assim como, o controle de si mesmas, perpassam os caminhos da revolução a fim de uma reforma jurídica a qual esteja atenta às mudanças e clamores sociais. Porém, por si só, o direito – apesar de sua dimensão - não se define emancipatório.

(...) o direito não pode ser nem emancipatório, nem não-emancipatório, porque emancipatórios e não-emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar as suas lutas por diante. (SANTOS, 2003, p. 71)

Defronta-se, mais uma vez, com a magnitude pertencente aos movimentos sociais; sendo estes capazes de promover a emancipação e a conscientização social de seus sujeitos, bem como na atuação junto à esfera pública, na proposição de pautas na agenda. Dado que é por intermédio destas que o cenário descrito pelos números e estatísticas pode ser transmutado.

A beleza do Movimento Feminista está na proposição da renovação dos saberes, das práticas instituídas e na perspectiva “(...) ao menos no Ocidente, que os Estudos Feministas fizeram ser aceita a ideia de que não era mais possível pensar e agir no mundo como antes”. (Descarries, 2000, p. 11).

E evidencia que “apenas no presente século e em um reduzido número de sociedades começaram a cair as barreiras, sanções institucionais e estruturais presentes em ordens sociais, profundamente androcêntricas”. (Descarries, 2000, p. 10).

Todas as conquistas auferidas até o presente momento certamente contribuíram para a formação do sujeito social mulher, que está em constante revisita e reconstrução, afinal, segundo Butler, a identidade pode ser mudada se assim o quiser. Portanto, não cabe uma representação da mulher ideal, sendo este conceito único e particular, e conseqüentemente expressão do patriarcado dominador.

Existe uma convergência evidente entre esta evocação do novo papel criativo das mulheres e o desejo das feministas radicais de acabar com toda imagem “ideal” da mulher, desejo que leva em consideração aquilo que o feminismo afirma há muito tempo, a saber, que tudo aquilo que define a mulher diz respeito a uma dominação. Com efeito, só é possível pensar esta nova figura da mulher se renunciarmos a toda representação real da “mulher ideal”. Vemos assim, pelo contrário, as mulheres afastando-se das definições que delas são dadas e procurando construir um **sujeito-mulher** ao qual elas nunca correspondem, como tampouco os homens reais não correspondem ao ideal masculino de uma sociedade. (TOURAINÉ, 2011, p. 223).

Campanhas midiáticas, aos poucos, têm-se apropriado desta perspectiva e têm apresentado peças publicitárias que valorizam a pluralidade da beleza feminina, o que representa um olhar particular sobre suas essências e particularidades. A “mulher ideal” é aquela à qual esta escolha ser, independentemente dos padrões e normativas sociais vigentes.

2.3 Movimentos Sociais Contemporâneos: A esperança na sociedade em Rede

À título de contextualização, se pautará este prelúdio com o discurso que inaugura o corpo textual da Constituição da República Federativa do Brasil.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988).

A presente visa assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça ao povo brasileiro.

Povo este filho de um processo colonizador e explorador, que à luz da contemporaneidade, em roupagem moderna, institui-se sob outras formas de articulação do poder; do “escambo” à opressão do capitalismo e conseqüente busca pela produtividade organizacional, exaurindo as forças do trabalhador e exigindo-lhe, cada vez mais, maior número de competências.

Quijano (2005) define o processo histórico como colonialidade do poder, em que a construção do Estado-nação foi conceitualizada contra a maioria da população (índios, negros e mestiços) e cujo poder ainda exerce seu domínio, contra a democracia, a cidadania a nação... e cuja perspectiva de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete, como foi a imposição de uma ideologia de "democracia racial" que mascarou a verdadeira discriminação e a dominação colonial sobre os negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 201).

Os movimentos sociais configuram-se pela participação popular nas decisões que interferem na vida em sociedade, erguendo-se contra a referida colonialidade

histórica do poder, questionando instituições públicas e privadas, denunciando contradições econômicas e sociais e propondo alternativas para o desenvolvimento social.

No passado o movimento esteve baseado em categorias como etnicidade e identidade, quase sempre exclusivistas, masculinas e localizadas territorialmente, no momento atual, aponta para formas de organização pautadas em identificações híbridas e em formas discursivas múltiplas, muito mais simbólicas e dispersas em rede. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 205, apud REIS, 2011, p. 124).

As novas configurações dos movimentos sociais visam a desconstrução de *epistemes* hegemônicas baseadas em normativas pautadas em categorias de etnicidade e identidade, excludentes e dominadas por seus próprios interesses. Por vezes dirigidas por uma sistemática patriarcal de supressão às mulheres.

(...) em nossa pesquisa, constatou-se que as mulheres indígenas e negras inicialmente desenvolveram uma crítica ao sistema em relação às suas singularidades na opressão, porém, a partir do encontro nas redes de movimentos, perceberam equivalências em torno de suas origens identitárias coloniais e dos respectivos mecanismos de exclusão social, passando assim a formar uma cadeia de significados políticos, que denominaram de “aliança de parentesco” entre mulheres negras e indígenas, em outras palavras, um pacto histórico referente a um mesmo legado colonial ou, conforme Grosfoguel (2008), uma “cumplicidade subversiva”. Essa aliança ou cumplicidade após se estendeu a uma rede mais ampla, a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB). (SCHERER-WARREN, 2013, p. 209).

Constata-se no caso referenciado a poderosa e influente ação integradora proveniente dos rearranjos dos movimentos sociais. As novas percepções angariadas pela configuração em redes, permitiram à essas mulheres enxergarem umas às outras e perceberem similitudes referente ao processo de origens identitárias coloniais e similares mecanismos de exclusão social.

O estudo dos movimentos sociais numa perspectiva ou metodologia de análise de redes, na sociologia e/ou nas ciências sociais brasileira, começou a ter algum destaque na literatura apenas nas últimas décadas do século XX, ocasião em que passa também a ser utilizada no discurso político de atores dos próprios movimentos sociais.

É nessa direção que trabalhamos na elaboração do primeiro livro nesse assunto no Brasil (SCHERER-WARREN, 1993)⁶, que buscou retratar novas formas de organização da sociedade civil. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 188).

⁶ Em 2011 foi publicada a 5a. edição do livro *Redes de Movimentos Sociais*, pela Edições Loyola.

Ilse Scherer-Warren publicou importante livro a respeito dos movimentos sociais em redes, no Brasil, abraçando novos desafios analíticos na proposição de retratar as novas formas de organização na sociedade civil. Vários autores, com ampla produção na área dos movimentos sociais, debruçaram-se sobre o estudo dos movimentos sociais sob o aspecto de redes e mobilização social.

Nas ciências sociais, o uso de redes sociais também é antigo, embora tenha sido revigorado nos últimos tempos como instrumento de análise e articulação de políticas sociais (Fontes, 2006; Lavallo et al., 2006; Marques, 2003, 2007) ou redes de mobilizações e movimentos sociais na sociologia, tais como em Villasante (2002) e Scherer-Warren, (1993, 1999, 2007). (GOHN, 2010, p. 33).

De volta à perspectiva das mulheres indígenas e negras citadas anteriormente, observa-se que "(...) a análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo". (SCHERER-WARREN, 1993, p. 10).

Historicamente, vivenciou-se um passado de subalternidade, construído por um sistema-mundo, sob uma única ótica política, econômica e cultural, corroborando para a construção de um 'universalismo único', que à luz de Wallerstein (2007) deveria estabelecer-se "(...) numa troca dialética que permite universalizar valores particulares e particularizar valores universais numa espécie de 'rede de universalismo universais'". (SCHERER-WARREN, 2013, p. 200).

À luz da configuração em redes, os movimentos sociais intentam romper com a colonização e com o passado estigmatizador e propulsor da subalternidade, arraigado de princípios monopolizadores do saber e construtores de um universalismo único.

As interações dialéticas necessitam transpor o âmbito particular do movimento propondo-se a irromper seus limites organizacionais, articulando-se para a promoção e universalização das pautas regentes e das razões que o constituem enquanto movimento.

Do mesmo modo que há a premência de particularizar para dentro dos movimentos sociais aspectos de caráter universal dos movimentos afins; não excetuando-se a primordialidade de atenção à retórica de outros movimentos de causas divergentes, porém que lutam igualmente por projetos libertadores.

Os movimentos sociais, ao atuarem na forma de redes interorganizacionais através da troca de saberes, vão formando relações de equivalência discursiva, os quais, mesmo face à sua diversidade e diferenças, elaboram pontos de encontro para seus projetos de mudança social. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 208).

As experiências vivenciadas pelos atores sociais interligados às redes de movimentos sociais e suas percepções acerca das condições simbólicas por estes vivenciadas, como discriminação e desvalorização, corroboram para o processo de formulação de novos ideais emancipatórios e luta política.

Por mais que cada vivência tenha sua particularidade e seja enraizada de significados e símbolos próprios e inerentes à cada ser humano, as diversidades são abraçadas e as diferenças mitigadas, enquanto as equivalências discursivas sobrepujam as possíveis barreiras iniciais, transportando-se para projetos coletivos de mudança social.

Este projeto coletivo de mudança social pode relacionar-se às opressões de classe, raça e gênero, estabelecidas em um sistema discriminatório, opressor e de exclusão dos menos favorecidos, dos negros e das mulheres. Durante parte da nossa história, esses atores foram socialmente marginalizados.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, a organização em redes permite a reafirmação de formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-identitárias - por exemplo, articulando discursivamente as opressões de classe, raça e gênero e outras - para a construção de utopias emancipatórias, na cultura e na política. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 192).

Desta forma, concebe-se redes em uma conceituação que pressupõe a transposição de limites geográficos e territoriais, assim como, as retóricas discursivas são transpostas para uma articulação transnacional e de caráter global, reconfigurando e ressignificando os processos articulatórios inerentes aos movimentos para atender as novas configurações sociais.

O que é "ser" um movimento em rede? Define-se hoje por seu caráter multi-identitário, incluindo frequentemente sujeitos de subredes ou, pelo menos, o reconhecimento das demandas e/ou simbologias de organizações feministas, grupos étnicos e antirracistas, classistas, geracionais, pacifistas, ecologistas, da economia solidária etc e de redes pluriorganizacionais, incluindo as organizações populares de base, como associações civis e movimentos locais; as entidades mediadoras, como os fóruns da sociedade civil, ONGs, centros de atuação popular; e práticas mobilizatórias públicas mais amplas, como os protestos, passeatas, manifestações, e as novas formas de mobilizações através das redes virtuais etc. É a articulação discursivas dessas subredes numa proposta emancipatória mais ampla e minimamente

integrada em torno de ideários comuns para a mudança o que vem a constituir uma rede de movimento social propriamente dito, no mundo contemporâneo. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 210).

Destarte uma rede de movimento social perpassaria os limites que institucionalizam individualmente enquanto movimentos, para clamores de natureza mais ampla como processos políticos e culturais emancipatórios.

(...) através das redes podemos reconhecer três níveis que articulam o global, o regional e o local. São eles: o nível mundial; o território, país ou Estado; e o lugar – ‘onde fragmentos de rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta’. (ACIOLI, 2007, p. 06, apud SANTOS, 1996, p.215).

Para Acioli, o conceito de redes está “(...) relacionado à imagem de fios, malhas, teias que formam um tecido comum. (...) O termo rede sugere ainda fluxo, movimento, indicando uma aproximação com as mais variadas áreas de conhecimento”. (ACIOLI, 2007, p. 02).

Em Ciências Sociais, rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações. (ACIOLI, 2007, p. 02, apud COLONMOS, 1995).

Nesta perspectiva, faz-se observável a não demarcação de uma fronteira de discussão e ação, contrariamente, pondera-se a expansão e a reinterpretação destes por parte dos indivíduos e grupos pertencentes ao conjunto de relações sociais.

As relações sociais constituem-se, à princípio, por elos de conexões entre os atores sociais, interagindo em áreas de interesse comuns, tendo potencial, inclusive, de desempenhar relações recíprocas de afetividade.

As redes temáticas ou de conexão se constroem de forma bastante espontânea, ainda que geralmente estimuladas por uma pessoa ou um grupo. Loiola e Moura (1997) ressaltam que essas redes são estruturas informais que articulam indivíduos que passam a interagir por áreas de interesse, como também podem desenvolver relações afetivas. (ACIOLI, 2007, p. 08).

À luz de pautas institucionalizadas e de caráter próprio de determinado movimento social, os atores articularão e pautarão suas propostas em prol dos anseios e problemáticas diagnosticados pelo movimento.

Enquanto o movimento social em rede caracteriza-se pela pluralidade, universalizando e dialogando com outros diversos atores sociais, de natureza e

pautas distintas, os quais constroem, coletivamente, pautas de ação coletiva que visam o bem-estar comum.

“Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. (GOHN, 2011, p. 336). As ações coletivas das redes ganham força na medida em que são articuladas com a sociedade, com o Estado e importantes instituições.

“As redes nascem num espaço informal de relações sociais, mas seus efeitos são visíveis para além desse espaço através das relações com o Estado, a sociedade e de outras instituições representativas”. (ACIOLI, 2007, p. 09). As articulações são provenientes de influentes processos de interação no âmbito particular das redes, que definem as pautas de ações coletivas, para posteriormente ampliá-las junto à sociedade e agentes políticos.

(...) as ações coletivas surgem de redes - que interagem e influenciam-se mutuamente. Nesse sentido, o reconhecimento dessas redes seria um agente facilitador da compreensão dos processos de mobilização, de formação das redes, como também dos "caminhos" percorridos pela informação nesses movimentos. (ACIOLI, 2007, p. 07).

Um estudo pormenorizado das redes angariaria maior compreensão à respeito dos processos de mobilização de informações em âmbito interno, assim como, das mobilizações extrínsecas ao movimento, caracterizando o campo de ação e suas formas de articulação. Contudo, autores estudiosos do assunto inclinaram-se na hermenêutica da correlação entre as redes e os movimentos sociais.

Castells (2013) aborda o tema e busca demonstra o campo micro dos movimentos sociais, aprisionados inicialmente em seus contextos específicos, construindo seu espaço público e suas próprias redes. A especificidade delimitadora do conceito de rede, denotada por sua amplitude global, é intensificada quando da incorporação de um novo entrante: a Internet; transacionando da atuação em redes para as redes sociais.

Os movimentos (...) começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolverem em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e

simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. (CASTELLS, 2013, p. 130).

A internet possibilita a conexão e interação com redes do mundo inteiro, permitindo que os movimentos sociais locais promovam reflexões acerca das dialéticas transacionadas, aprendendo e importando novas formas de articulação.

Outro aspecto relevante é que a internet transporta determinado movimento social local à nível global, inserindo-o no bojo de discussões, oportunizando sua visibilidade e a construção de novas teias de relacionamento.

Traduzem as ações globais ancoradas em suas identidades específicas, proporcionando ações coletivas locais à nível global; além de interagirem com grupos de identidades plurais, exprimindo uma abordagem cosmopolita ao se solidarizarem com problemas da humanidade em geral. Portanto, há uma transposição da modalidade micro, à nível local, para a modalidade macro, ultrapassando fronteiras e conectando-se com redes de movimentos sociais distribuídos ao redor do mundo inteiro.

Na primeira década desse século, ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais (...) que atuam através de redes conectadas por meios tecnológicos da sociedade da informação. (GOHN, 2011, p. 338). Promovendo o fluxo de informações e conteúdos culturais variados, são também causadoras de impactos nas interações sociais, globalmente e localmente.

Por certo que os processos de interação das redes via plataformas digitais também esbarram em oposições e divergências, semelhantes aos processos de interação humana em qualquer relacionamento interpessoal e social, permeados por questões políticas várias.

A redes teriam um movimento dialético de oposições, confrontos e alianças - incluindo os sistemas de poder - que interferem em todos os níveis. As redes são virtuais, mas também reais, são técnicas, mas também sociais, portanto são por vezes estáveis, mas também dinâmicas. Elas incluem em si mesmas um movimento social de dinâmicas ao mesmo tempo locais e globais, o que indicaria uma tensão entre forças de globalização e de localização. (ACIOLI, 2007, p. 07).

Afere-se conflitos dialéticos causados pela dualidade de dinâmicas oportunizadas com o advento tecnológico. Até que ponto o movimento social deve ser local e quanto absorver ou universalizar princípios?

Este paradoxo conceitual reflete um contexto advindo das mudanças sociais e tecnológicas que, de certa forma, impactaram a configuração dos movimentos sociais.

Scherer-Warren (2013) acredita que as redes sociais arregimentam novas formas de mobilização de intenso potencial político, contribuindo para um novo modelo de ativismo: o *ciberativismo*.

A apropriação das novas tecnologias, como a Internet, por essas organizações em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o Ciberativismo. As possibilidades que surgem com essa emergência do ativismo digital são inúmeras. A partir da atuação de indivíduos e grupos em rede e na Rede, é possível ampliar as reivindicações; difundindo informações e discussões em busca de apoio para uma causa; organizando e mobilizando para ações on-line e off-line; invadindo páginas de "inimigos" e congestionando servidores. (...) É possível identificar que a Internet se constituiu uma peça-chave para o novo ativismo. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 194, apud RIGITANO, 2003, p. 08).

Por tamanha dimensão, expressividade e capacidade de articulação de suas pautas em rede e na Rede, os movimentos sociais do século XXI são considerados Redes de Solidariedade.

O uso analítico de rede ou ainda a metodologia de análise de redes tem sido utilizada especialmente na análise das chamadas redes de movimentos, redes de solidariedade, que são expressões vinculadas à estudos do campo dos movimentos sociais. (ACIOLI, 2007, p. 07).

Castells (2013) utiliza a terminologia Redes de Indignação e Esperança para designar o fenômeno das redes nos movimentos sociais.

Mas os movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet. (CASTELLS, 2013, p. 128).

A internet conotaria uma ferramenta propulsora da esperança, levando aos povos uma mensagem de fé na transformação de situações de indignação e injustiça. Desta forma, o ciberespaço constitui-se, na modernidade, como uma ferramenta de aporte para os movimentos na difusão de seus princípios, lutas e valores.

“Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet”. (GOHN, 2011, p. 336).

Por detrás desta conectividade usufruída pelos movimentos sociais em rede, surge a necessidade de coordenação interna das ações de representação de interesses do grupo, seja no ambiente físico como, principalmente, nas hodiernas plataformas digitais.

Na busca dos movimentos, a pesquisa deparou-se com outro tipo de ator de recente criação, também caracterizado por sua notável centralidade e capacidade de interlocução no campo dos atores da sociedade civil: as articuladoras... Por certo, se trata de inovação institucional das mais relevantes, pois mostra a capacidade da sociedade civil para orientar o processo da sua diferenciação interna de modo a incrementar os alcances da coordenação de ações de representação de interesses no seu seio. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 189, apud LAVALLE et al., 2004, p. 53).

“Uma questão importante na análise de redes é a identificação de cliques⁷ e o estudo de sua organização em grupos, como também a possibilidade de que sejam elos importantes na troca de determinado tipo de informações”. (ACIOLI, 2007, p. 05).

Através dos papéis desempenhados pelas articuladoras digitais, o movimento ganha espaço, interagindo, influenciando e sendo influenciado por outras redes que também se configuram em Rede.

As articuladoras digitais detêm o poderio influenciador e que conduz as ações coletivas de determinado grupo, difundindo ideais e criando um posicionamento em novos indivíduos, sendo estes passíveis de tornarem-se membros ou simpatizantes àquele movimento.

“(…) nas relações sociais mediadas por computadores, os conflitos e processos de mudança reverberam e se difundem nas redes telemáticas até alcançar o cotidiano das pessoas e 'conquistar' suas mentes”. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 191, apud MACHADO, 2007, p. 279).

“Isso permite não apenas a visibilidade mediática dos atores coletivos, mas a construção de ideários e propostas políticas trans-organizacionais e trans-locais”. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 191).

⁷ Cliques são entendidas como grupos de atores direta e fortemente ligados à todos os outros.

Aliando um maior número de seguidores, o movimento cresce em proporção, fomentando a construção de ideários e propostas que rompem com as categorias locais e intraorganizacionais, sobrepunando suas ações para outros níveis de estruturação.

A rede mundial de computadores dispõe de uma vasta tipologia de “cenários virtuais” os quais os movimentos sociais podem utilizar-se para a propagação de seus propósitos e pautas. Dentre eles: sites, *Vlogs*, canais no YouTube e *blogs*, compõe este universo cujo atores darão vida com informações, questionamentos, experiências, esclarecimentos e convocações.

(...) Com o aumento do uso das tecnologias de informação e comunicação, tais repertórios são cada vez maiores. Experiências, modelos sociais, valores e signos são cada vez mais difundidos, confrontados e compartilhados, criando um amplo horizonte de transformação simbólica e social. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 193, apud MACHADO, 2007, p. 278-9).

Por se tratar de uma nova composição social envolta pelas tecnologias da informação, as interações sociedade versus Rede estabelecem-se como objeto de análise das ciências e da academia.

A ênfase na análise do uso instrumental das novas tecnologias pela sociedade em geral e, em particular, pelos movimentos sociais é uma das que mais tem se destacado na literatura científica no campo das humanidades. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 193).

Desta forma, o estudo do empoderamento através das redes virtuais também foi alvo de análise.

Como se constrói o 'empoderamento' através das redes? (...) Articular discursivamente as redes presenciais (organizações e movimentos territorializados) com as redes virtuais (Facebook, Twitter, e-mails etc), o que permite potencializar a visibilidade de suas demandas; articular indivíduos (simpatizantes) e o coletivo (militantes), ampliando a base de apoio ao movimento; enredar o local, o nacional e o global, podendo produzir um efeito bumerangue, que é a possibilidade de organizações locais acionarem redes transnacionais, se fortalecendo para após negociar com os poderes nacionais; aproximar sujeitos (militantes e intelectuais) do Sul e do Norte globais, que visam articular e promover saberes e projetos para um futuro emancipatório e descolonizado, enfim, dando visibilidade aos sujeitos invisíveis. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 211).

Apreende-se que o empoderamento faz-se tangível na medida em que interage entre os polos das redes presenciais e virtuais, transitando por movimentos

territorializados e ciberespaços, potencializando a visibilidade de suas demandas, por este último, e ampliando a base de apoio ao movimento nas duas esferas: rua concomitantemente digital.

Castells (2013, p. 128) reforça que “o espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto”.

O autor perfaz sua análise ao atribuir a tecnologia às novas formas de sistematização dos movimentos sociais, ampliando sua analogia para as novas formas de arranjos sociais, corroborando para uma mudança social.

A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social. (...) Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem. (...) Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet. (CASTELLS, 2013, p. 127-128).

O espaço da internet faz permissível aos movimentos sociais a continuidade de suas ações coletivas para além das ruas, proporcionando perenidade e amplitude de divulgação de seus ideais.

Contudo uma observação faz-se contundente. O movimento social necessita pautar-se em abordagens teóricas livres dos ordenamentos do sistema pelos quais este contrariamente luta. À título de elucidação: caberia ao movimento social feminista embasar-se em um corpo teórico, cultural e político opositor ao sistema patriarcal instituído.

Para que a noção de redes possa ser usada de modo coerente quando os objetos de estudos forem movimentos sociais de contestação à reprodução dos ordenamentos do sistema do capital é preciso que ela própria seja liberta das amarras das abordagens teóricas produzidas por esses mesmos ordenamentos e para sua perpetuação. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 190, apud MISOCZKY, 2009, p. 1175).

Desta maneira as redes portarão de subsídio ajustado às concepções, metodologias e práticas imbricados ao movimento.

Por fim, poderíamos perguntar se não será na aposta em uma articulação e diálogo de diversos saberes, entre redes sociais que se complementam - as

quais vão de sujeitos e movimentos sociais de lutas emancipatórias à contribuição de mediadores e intérpretes desses saberes, dentre os quais poderemos incluir o sociológico-, que um futuro quiçá mais igualitário, com o maior respeito às diferenças e com mais justiça social, poderá ser construído. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 211).

No decurso da concatenação das *epistemes* apresentadas por autores pesquisadores da área, alastrou-se o campo de mobilização e ação das redes, demonstrando a amplitude e pluralidade pelas quais são regidas.

A universalização e a construção de pautas coletivas que enlaçam não somente pleitos e conveniências dignos de sua realidade, mas que avistam a imprescindibilidade de lutar por outras lutas.

O clamor pela justiça social, por mais igualdade e mitigação da intolerância às diferenças.

2.4 A Quarta Onda do Movimento Feminista: O Fenômeno do Ativismo Digital

Dispondo previamente do alicerce no tocante ao arcabouço teórico referente ao construto e trajetória do movimento social feminista, assim como da configuração da sociedade em rede como prospecto de esperança, o presente capítulo, desde seu prelúdio, abordará a ação do movimento feminista na vertente do ativismo digital.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) representam, na atualidade, alternativas ao conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa tradicionais, possibilitando novas formas de ativismo através da rede, comumente denominadas ativismo digital ou ciberativismo. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 25).

Essa modalidade de ativismo

(...) surgiu no início da década de 1990 junto com o aparecimento das primeiras redes de computadores. O movimento teve origens pontuais em diferentes partes do mundo, em especial, em alguns países da Europa, América do Norte, e principalmente na Austrália. (LEMOS, 2009, p. 12).

O termo Ciberfeminismo possui origens diferentes, características fragmentadas e a apropriação de redes eletrônicas, tornando possível, assim, a sua organização de forma reticular. (LEMOS, 2009, p. 12).

Compreendendo reticular como algo que tem forma de rede, afere-se direta correlação às definições apresentadas no capítulo três desta dissertação que elucidou

as novas arregimentações dos movimentos sociais, constituindo-se em rede e na Rede.

Lemos (2009, p. 15) menciona que “tem-se tornado difícil nomear os feminismos atuais por um único adjetivo ou até mesmo insistir na utilização desse nome”. A presente dificuldade de definição deve-se à pluralidade de pautas e discussões oportunizadas pelas diversas vertentes de ideologias dos movimentos feministas.

Dentre essas, podem surgir divergências como no caso de grupos identitários pró aborto, Corrente do Feminismo Radical, e aqueles que defendem a vida desde sua concepção, Corrente do Feminismo da Femitude; grupos que lutam pelos direitos das mulheres, entendendo como “mulher” as *cis* gênero – aquelas nascidas com o sexo feminino e autointituladas do gênero feminino e outros que consideram as mulheres *trans* como parte da sua luta, Transfeminismo; enquanto na complexidade das identidades sociais, grupos lutam pelo “enquadramento no rol mulher” das mulheres transgêneros e transexuais, no entendimento de serem mulheres em sua essência e não por determinações biológicas.

Aliás, questões que dizem respeito à naturalização de determinações sociais são discutidas pela filósofa e bióloga Donna Haraway, autora do Manifesto Ciborgue (1984), e também inspiradora do movimento Ciberfeminista.

Desde o seu aparecimento, há duas décadas, são inúmeras as definições para o termo Ciberfeminismo, que foi cunhado pela primeira vez, no ano de 1991, pelo grupo australiano VNS Matrix. O grupo composto, por mulheres, se autoproclamou “ciberfeministas” a partir de um manifesto por elas composto, o Manifesto Ciberfeminista (1991). O manifesto era uma homenagem a Donna Haraway, teórica que foi responsável, durante a década de 1980, por uma nova releitura dos movimentos feministas. Apesar de nunca ter usado diretamente o termo Ciberfeminismo, Haraway, teve suas ideias eleitas por diferentes grupos como base teórica ao sugerir uma análise do feminismo sob a ótica das novas tecnologias, incluindo os meios de comunicação, propondo a organização em rede e apropriação dessas tecnologias como forma de ativismo político. (LEMOS, 2009, p. 41).

Em Manifesto Ciborgue a autora faz uma analogia entre onde termina o humano e onde termina a máquina.

Em suma, Haraway propõe uma revolução ciborgue através das mulheres que, ao se apropriarem estrategicamente do conceito ciborgue e das tecnologias de comunicação, poderiam assim promover uma nova articulação dos espaços físicos e discursivos. Tomar consciência da natureza essencialmente ciborgue da cibercultura é, pois, um imperativo para as

feministas atuantes após o movimento de 1960-1970. Haraway sugere que as tecnologias são potencialmente repreensivas e ao mesmo tempo libertadoras dependendo de quem as usa e para que finalidade o uso seja destinado. Para salvaguardar o controle do corpo (questão preeminente feminista, independente de suas correntes) e de suas vidas, as mulheres devem abandonar as oposições binárias (natureza/tecnologia) que demonizam a ciência e a tecnologia e deificam a natureza. Como afirma Haraway o conceito do ciborgue significa “tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, narrativas espaciais. Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusa.” (HARAWAY, 1984 p. 09). (LEMOS, 2009, p. 47).

A “deusa” estaria correlacionada às normativas e estereótipos de uma sociedade opressora onde, pela naturalização, o sexismo imperaria. Discursos que se perpetram por gerações, arraigando-se socialmente e constituindo-se objeto de lutas do movimento.

Em contrapartida a ciborgue simbolizaria a apropriação das tecnologias da informação por parte das mulheres, promovendo-as a articuladoras de espaços físicos e discursivos.

O ciberfeminismo

(...) pode ser definido como um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital. (Boix e Miguel, 2013; Bañón, 2013; Bosch, s/a; Haché, Cruells e Bosch, 2013). Essa noção foi bastante influenciada pela obra de Donna Haraway, do ciberpunk, e pelos contextos artísticos e ativistas em torno da internet. (...) A relação entre feminismo e tecnologia não aparece exatamente nesse momento. (FERREIRA, 2015, p. 3).

Decorrendo adiante no discurso de Ferreira compreende-se a existência de vertentes distintas no sentido da terminologia tecnologia, que não está necessariamente interligada à ideia de informatização. A aliança entre mulheres e o desenvolvimento das “tecnologias reprodutivas” representou nos anos 70 uma importante ferramenta para mitigação de desigualdade entre homens e mulheres na medida em “que essas tecnologias liberariam as mulheres da atividade reprodutiva”. (FERREIRA, 2015, p. 4).

Neste contexto faz-se perceptível a presença da tecnologia interligada à ciência, os avanços tecnológicos e científicos para a promoção da “liberdade de escolha” da mulher sobre o seu corpo, no momento em que esta decide a maternidade e quando esta deverá ou não ocorrer.

A autora evidencia ainda que nos anos 80 o enfoque tecnológico do ativismo pautou-se na convocação de mulheres à participarem dos espaços tecnológicos com o viés de combater a imagem masculinizada e estereotipada inerentes a esse contexto.

O cenário tecnológico construía-se sob a arregimentação de pessoas do gênero masculino, constituindo-se este um ambiente altamente masculinizado. Contudo, nesta fase, as tendências do feminismo consideravam as tecnologias como neutras, apesar de incitarem a inserção das mulheres neste meio. Não se sabia ao certo o poderio que estas seriam capazes de lograr ao movimento, porém, a incorporação das mulheres no contexto tecnológico seria como uma ‘afrota’ à estigmatizada imagem relacional entre o homem, no sentido do gênero masculino, e a máquina.

No cenário euro-americano, a partir dos anos 90, principalmente com a popularização da internet, há uma renovação prática e teórica no debate sobre feminismos e tecnologias que se carregou de otimismo (às vezes exagerado) favorável à participação das mulheres nas tecnologias (em especial internet), informadas pelas possibilidades que essas ofereciam para as transformações de gênero, mas, na maioria das vezes, mantendo uma visão crítica da relação gênero e tecnologia. (FERREIRA, 2015, p. 4).

As tecnologias, principalmente a internet, alongaram um viés de discussão, disseminação e até mesmo um certo tom de ‘rebeldia’ contra os padrões taxativos de normatização da mulher em sociedade que estaria ligada à feminilidade, à expressão feminina da natureza humana, à naturalização de certas características relacionadas ao gênero feminino. Há um profundo questionamento à questão da naturalização dos estereótipos sociais.

“Essa natureza feminina nada mais é do que fruto de uma construção social patriarcal, e é a partir daí que entendemos a necessidade do feminismo para desconstruir esses discursos naturalizantes, mas também os biologizantes”. (MALAQUIAS, 2016).

Entre os anos de 1991 e 1997 o VNS Matriz, um coletivo artístico australiano, produziu um dos mais famosos manifestos feministas distribuídos na internet, intitulado *Cyberfeminist Manifest for the 21st Century*.

Elas são creditadas como as primeiras artistas a usarem o termo ciberfeminismo em sua prática. O ponto de partida do grupo foi produzir relações sexualizadas e socialmente provocantes entre mulheres e

tecnologia a partir de cenários de ficção científica. As obras questionaram discursos de dominação e controle no espaço cibernético em expansão, como as personagens DNA Sluts, do jogo de computador All New Gen, que lutavam pela “libertação de dados” com o G-Slime, uma espécie de disparo de raio laser a partir do clitóris, e que tinham como objetivo semear uma “nova desordem mundial” questionadora de uma lógica falocêntrica. (FERREIRA, 2015, p. 5).

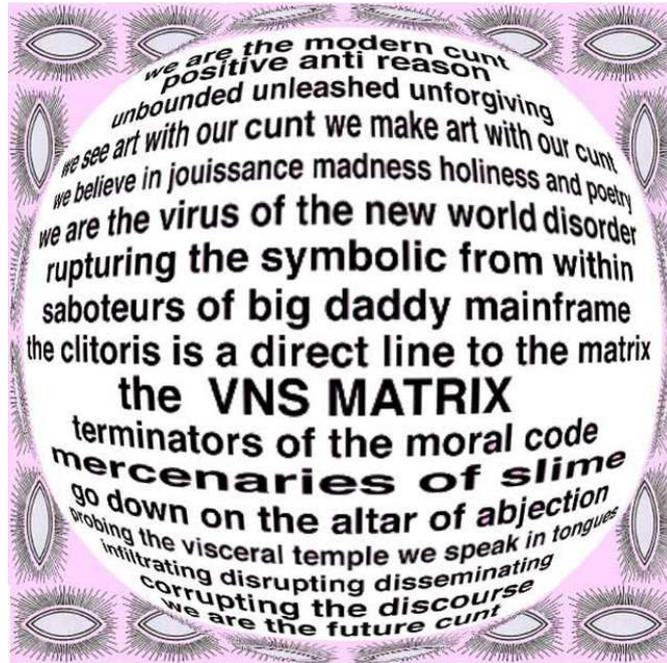
Figura 7 – DNA Sluts (DNA Vadias)



Fonte: VNS Matrix (1991).

O *Cyberfeminist Manifest for the 21st Century* possuía como teor do seu manifesto.

Figura 8 – *Cyberfeminist Manifest for the 21st Century*



Fonte: VNS Matrix (1991).

‘Nós somos vadias modernas, a anti-razão positiva ilimitada, frenética e implacável. Nós vemos e fazemos arte com nossa buceta. Acreditamos em gozo, loucura, santidade e poesia. Nós somos o vírus da nova desordem mundial, rompendo o simbólico desde dentro, sabotando a estrutura patriarcal. O clitóris é uma linha direta com a matriz. VNS matrix – exterminadoras dos códigos morais, mercenárias do lodo abaixo do altar da abjeção que sondam o templo visceral, infiltrando, interrompendo, disseminando e corrompendo o discurso. Nós somos o futuro-vadia’. (Tradução livre). (FERREIRA, 2015, p. 4-5).

O VNS Matrix aborda a questão estético-artístico-política, sendo que “as primeiras atuações feministas na internet valeram-se muito de ações de repetição como estratégias recursivas que pretendiam esgotar identidades simbólicas”. (FERREIRA, 2015, p. 5).

Havia o ensejo de romper com os rótulos de uma sociedade centrada na supremacia masculina, com a caracterização criada por padrões midiáticos; e a internet estabelecer-se-ia como ferramenta de contestação de condutas normativas sociais, exalando o poderio feminino em provocar uma “nova desordem mundial”, “sabotando a estrutura patriarcal”.

“Ao considerar o conjunto de imagens que circulavam pela web neste momento, parece haver uma preponderância de temas oriundos das sex-wars, com destaque para o feminismo pró-sexo”. (FERREIRA, 2015, p. 6).

Com as figuras 7 e 8 nota-se a presença da “guerra dos sexos” tanto no discurso “abaixo o patriarcado” quanto na exaltação do poder da mulher e do seu

corpo feminino tecnológico. Sua sexualidade, – com o controle da natalidade em suas mãos, sua evocação ao prazer – seu clitóris, demonstram o feminismo pró-sexo referenciado.

Na relação entre feminismos, tecnologia e internet esses grupos apostaram no potencial transformador dessa articulação, no que diz respeito à apropriação de novas tecnologias, nos seus processos mais horizontais de funcionamento, nos novos espaços a serem ocupados (a internet entendida como um desses lócus por excelência) e na desconstrução de categorias pré-fixadas e unitárias do binarismo de gênero.

Esse campo, que articula interesses teóricos e práticas políticas, tem crescido muito nos últimos vinte anos, extrapolando a noção de ciberfeminismo. A partir dos anos 2000, as análises incorporaram uma visão interseccional sobre o tema e passaram a abranger diversas temáticas, como o papel e a presença das mulheres na história da informática e da tecnologia, de inclusão e exclusão digitais e os usos das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) em relação ao que se tem entendido como empoderamento das mulheres e suas organizações. (FERREIRA, 2015, p. 7).

O questionamento quanto à inserção feminina no ciberespaço constituiu-se pertinente uma vez que, conforme relacionado anteriormente, as tecnologias e suas vertentes eram privilégios do universo masculino. O empoderamento das mulheres poderia ser conquistado via internet.

Ferreira (2015) demonstra que além da 'fratura tecnológica de gênero', resultado de um hábitus tecnológico binário, hierárquico e desfavorável às mulheres, dever-se-ia atentar aos marcadores sociais de diferença.

(...) para "medir" o "grau" de tal fratura há que estar atento à articulação de marcadores sociais de diferença (gênero, classe, raça, idade e nacionalidade) quando relacionados a alfabetização (formal, digital e domínio de inglês – por ser a língua franca no ambiente web), à capacidade e oportunidade de acesso à rede, aos usos das tecnologias pelas pessoas, e ao posicionamento na produção, desenho e governança da tecnologia digital. (FERREIRA, 2015, p. 8).

Há de se ponderar que a apropriação das tecnologias da informação entre as próprias mulheres estabeleceu-se de maneira desigual devido às diferenças sociais, étnico-raciais, territoriais e outras vivenciadas entre elas. Além da opressão de gênero, muitas sofriam, e ainda sofrem, de outras mazelas sociais, como a extrema pobreza, a falta de escolaridade, a analfabetização digital, a ausência de computadores e/ou internet disponíveis. Fatos sociais que excluem mulheres de se engajarem na luta pelos seus direitos; absortas em suas próprias vidas, distantes da

inserção tecnológica, muitas delas configuram-se como propulsoras de suas histórias, batalhadoras que criam inúmeros filhos, que trabalham pesado no roçado tal qual qualquer homem, que mesmo sem saber dos seus direitos, lutam por uma vida melhor para si e para os seus.

Para longe dessas fraturas sociais, em uma esfera privilegiada que tem acesso às tecnologias da informação e à internet, referencia-se que

(...) o número de brasileiras usuárias da rede cresce mais que o dos homens e quanto maior a idade, maior são as diferenças em favor das mulheres. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) de 2013, mostrou que a proporção de internautas no país passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013, do total da população, no qual as mulheres representam 51,9% deste número. (IBGE, 2013). (FERREIRA, 2015, p. 8).

Diante dos dados percebe-se o crescimento do número de internautas no nosso país e, sobretudo, o avanço no número de mulheres que navegam no ambiente virtual, demonstrando o potencial de possíveis leitoras de *sites* e *blogs* de cunho ativista.

(...) o uso da internet se dá como forma de tradução de termos, ideias e lutas, apostando na eficácia dessa atuação sem considerar os feminismos como consequência de uma consciência prévia e com a finalidade de atrair mais jovens ou ainda deixar mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou “palavras de ordem”. (FERREIRA, 2015, p. 13).

O ciberfeminismo compreende-se tanto pela inserção/participação de ativistas do movimento social feminista, quanto por pessoas que não detêm conhecimento prévio acerca da temática. E segundo Ferreira (2015) os ciberespaços feministas objetivariam atrair mais jovens e desconhecedores de causa, esclarecendo temas, conceitos e ‘palavras de ordem’ do movimento.

À título de elucidação da narrativa acima, apresenta-se o depoimento de uma mulher a qual escreveu ao blog *Escreva Lola Escreva* - objeto de análise desta dissertação. No caso a ser apresentado a “vítima”, leitora do blog há certo tempo e reflexiva no que tange o feminismo, percebeu uma situação que a fez sentir-se violentada; porém, para outras mulheres leigas no assunto, o ato poderia ser considerado como intrínseco ao casamento e à sexualidade do casal.

"Meu marido fez sexo comigo enquanto eu estava dormindo."

A L. me mandou este e-mail. Já aviso que é polêmico:

Lola, eu acompanho seu blog faz muito tempo, ele me ajuda a refletir, apoiar e muitas vezes rir, porque não é possível que tenha tanto absurdo assim nesse mundo.

Tenho 24 anos, sou feminista desde que me conheço por gente, me casei faz pouco tempo e é daí que eu conto minha história. Minha história é confusa, cheia de detalhes e muito complicada. Meu marido sempre foi o meu porto seguro desde que ficamos juntos e sempre pude contar com ele pra tudo. Além disso, ele é mega consciente em múltiplos aspectos, e sedento por informações. Isto é, ele era/é o cara que eu sempre quis como companheiro. Assim como o relacionamento evoluía, os fetiches sexuais também. Eu sempre gostei de BDSM e ele nunca tinha experimentado e foi meio estranho no começo. Passamos por várias fases, até que ele mesmo começou a gostar, tínhamos códigos de segurança e ele sempre respeitou tudo sem hesitar.

Um dia eu comentei que sempre tive curiosidade de acordar com alguém fazendo sexo comigo, curiosidade fruto de um ex-namorado meu que pedia para eu acordá-lo com sexo oral. Bom, meu marido hesitou, mas um dia fez e foi sensacional. De vez em quando eu era acordada dessa maneira, sendo às vezes penetrada e outras vezes só sexo oral. Pirava mesmo. Até que: um dia, em um sono muito pesado, não acordei.

Ele me contou o que tinha acontecido, eu fiquei super mal, mas foi algo visto como acidente.

Foi a partir desse momento que minha mente começou a ficar confusa e sempre a pergunta martelava: fui estuprada? Na minha mente não, porque o consentimento tinha vindo quando estava acordada. E ainda assim, estava contribuindo com o abuso de mulheres, se eu dava um consentimento pra um homem fazer sexo comigo enquanto dormia? Minha cabeça dava giros tentando achar uma resposta.

A partir daí toda vez que ele fazia sexo comigo, no momento que eu estava ainda dormindo, eu sonhava com o ocorrido, e era realmente agradável. E segundo ele, ele fazia um esforço "a mais "pra me acordar, então o que aconteceu no passado não ocorreria mais.

Até que: um dia, estávamos viajando, cansadíssimos.

Conseguimos um hotel numa cidadezinha e eu estava me sentindo um pouco estranha, minha vagina ardia às vezes e parecia que eu ficaria com uma infecção. Antes de dormir eu ainda falei "X, não me acorde fazendo sexo, porque hoje eu não estou me sentindo legal", e ele ainda brincou, falando "Não é meio estranho que a gente tenha a necessidade de falar isso? Às vezes parece meio doente". E bom, pra mim estava claro que ele não tinha o meu consentimento.

Porém, de manhã, tive um sonho nebuloso, de alguém me tocando, mas era algo meio real, meio sonho. Tive um sonho erótico, mas depois logo caí no sono de novo. Acordei com minha vagina doendo, molhada, e me senti um lixo. Entendi o que tinha acontecido. Fui pro banheiro e não conseguia olhar pro meu marido. Ele falou que ia tomar café da manhã e foi, como se nada tivesse acontecido. E eu fiquei lá, chorando, e achando que a culpa era minha, já que eu tinha começado aquilo tudo.

Eu que tinha a curiosidade, eu que falei que queria tentar, e ele sempre achou que era meio estranho. Quando ele voltou do café eu não conseguia olhar pra ele e ele negou uma vez, e depois falou "Seu corpo estava se movendo de uma forma sexual, e isso eu achei que já era consentimento".

Ele disse que eu queria pintar ele como um estuprador sendo que ele não era. Me deixou confusa por alguns momentos, mas o sentimento de ter sido abusada estava sempre lá. O sentimento de ter sido estuprada pelo próprio marido era muito maior do que a culpa que eu sentia, e foi com isso que eu constatei que a culpa não era minha. Não importa como meu corpo se moveu,

não importa o que eu tinha como fetiche, o que importa é o sentimento que ficou em mim, e é com esse sentimento que eu tirei a culpa de mim. Demorou algum tempo, e olhar pra pessoa que você ama e fazer ele entender que ele é sim um estuprador dói, e ninguém escreveu manual sobre como lidar com isso. Eu me sinto anulada como feminista se eu deixar algo assim em branco, mas ao mesmo tempo já choramos juntos pelo ocorrido e eu não tenho certeza de como seguir em frente. (ARONOVICH, 2014).

O objetivo da apresentação do relato não é o julgamento da ação - que segundo a feminista Lola Aronovich, o ato sexual ocorrido após o não consentimento por parte da mulher poderia sim ser considerado um estupro – mas a análise da perceptibilidade angariada à muitas mulheres e principalmente o papel conscientizador dos seus direitos enquanto cidadãs, e mais além, dos seus direitos enquanto seres humanos, independente de gênero, que estes sites e blogs poderiam proporcionar e, por vezes, provocar através de artigos, depoimentos, debates.⁸

As estratégias de comunicação a partir de blogs estão ligadas a sua apropriação como diários pessoais, espaços de expressão pessoal, plataformas para publicação de relatos, de experiências ou pensamentos dos autores. Nesse sentido, blogueiras feministas pode ser pensado como um artefato cultural (Shah, 2005) que revela apropriações de recursos tecnológicos a partir de experiências sociais concretas de sujeitos que produzem o repertório de tais artefatos, caracterizados por serem mutáveis e gerarem auto referências e narrativas que se definem mutuamente, mais do que criam uma narrativa mestra linear (Shah, 2005) na produção e propagação de ideários e convenções feministas produzidos nessas redes digitais. (FERREIRA, 2015, p. 16).

A internet constitui-se como espaço democrático para divulgação, por intermédio de *blogs*, de ideais e convenções feministas, onde blogueiras ativistas utilizam-se deste ciberespaço para propagação do movimento empregando em seus discursos pautas decorrentes de suas experiências sociais intrínsecas à sua história, expressão de opiniões e pensamentos, estabelecendo-se como um diário pessoal.

À luz da citação supracitada questionar-se-ia a efetividade dos *blogs* em relação à disseminação mestra linear do movimento social feminista, uma vez que esses são imbricados da percepção social e política inerentes à cada *blogueira* e suas singularidades. Sendo o ser humano passível de angariação de novas percepções,

⁸ Ressalta-se que a pedagogia dos direitos acima retratada não caracteriza-se enquanto particularidade da articulação na Rede. Carmem da Silva, segundo Vida: apresentação*, uma das mais notáveis feministas brasileiras do século XX, escritora e colunista da Revista Cláudia desde 1963 respondia, através da coluna “Carmem da Silva Responde”, às mulheres as quais lhe escreviam dúvidas, pedidos de clemência, em tons de desespero e apelo. Em suas respostas a colunista “procurava levar suas consulentes a rever suas posições e a buscar os próprios caminhos. (...) Escolheu incentivar as mulheres a trabalhar, encorajando-as a se assumirem enquanto pessoas, a defenderem sua autonomia”. Vida: biografia*.

caracterizar-se-iam mutáveis suas narrativas e auto referências acerca da sociedade que as rodeia.

Contudo, percebe-se que discursos múltiplos e descentralizados seriam característicos de manifestação no ambiente virtual.

O Ciberfeminismo se apropriou da Internet e outras redes tecnológicas (como BBS, listas de e-mail), seguindo a afirmação de diferentes teóricas do movimento, de que a Internet seria um sistema de comunicação alternativo que favoreceria a manifestação de discursos múltiplos e descentralizados. (HARAWAY, 19985, PLANT 1997, STONE 1997) A Internet, então recém-surgida, seria um meio no qual, aparentemente, seria possível a dissolução dos papéis designados aos gêneros, às identidades e corpos. (LEMOS, 2009, p. 36).

Cambiando a multiplicidade de discursos abarcando desde questões sociais locais, regionais, nacionais e inclusive globais, permitindo que os movimentos sociais locais promovam reflexões acerca das dialéticas transacionadas, aprendendo e importando novas formas de articulação globais. Outro aspecto relevante é o de transportar determinado movimento social local à nível global, inserindo-o no bojo de discussões, oportunizando sua visibilidade e a construção de novas teias de relacionamento.

As teias político-comunicativas nas quais está inserida blogueiras feministas revela um emaranhado de interlocuções estabelecido a partir de grupos e de sujeitos que denominam-se “interseccionais” e que afirmam atuar a partir do “feminismo interseccional. Ao mapear parte dessas redes é possível entender que além de serem influenciadas pelo debate teórico mencionado por Piscitelli (2008), a noção de interseccional neste contexto produz seus sentidos por meio da articulação entre feminismos, outras pautas de lutas (por exemplo de pessoas trans, do movimento negro, de pessoas com deficiência) e a experiência de sujeitos que ganham corpos e materialidades nesses cenários”. (FERREIRA, 2015, p. 19).

A interseccionalidade de discursos feministas permeia e caracteriza a configuração de um movimento social em rede, onde pautas plurais universalizam-se em caráter de luta coletiva, angariando a disseminação de problemáticas sociais plurais.

“Somos todas mulheres e sofremos com a opressão de uma sociedade paternalista e machista; contudo, há mulheres que sofrem com o machismo e com o racismo, pelo fato de serem mulheres negras. Há opressão entre as próprias mulheres; a mulher branca que precisa ir trabalhar e que oprime a empregada

doméstica, mulher, e por vezes negra, que trabalha em sua casa. A mulher *cis* que não reconhece a mulher *trans* enquanto mulher, dentre outras situações de abuso”.

Apropriando-se da interseccionalidade, o ciberfeminismo visa discutir e oportunizar pautas de lutas a fim de mitigar essas vulnerabilidades sociais vivenciadas por todas as mulheres em suas peculiaridades.

A rede permite uma forte interação, e porque não também integração, entre as mulheres referenciadas que, através da mesma, podem trocar vivências que, segundo Ferreira (2015) “ganham corpos e materialidades nesses cenários”.

Embora essas teias articulem-se com força por meio de redes digitais, elas não se resumem necessariamente a este âmbito. No espaço relacional entre on e off-line no qual elas operam criam-se presenças e vem se consolidando uma rede estável de ativismo. Por exemplo, a atuação ativa e a atualização quase diária do blog fez com que blogueiras também passassem a atuar em encontros de blogs e eventos promovidos por instituições governamentais. (FERREIRA, 2015, p. 20).

A frequência ativa de postagens e a proximidade ocasionada pelas redes digitais entre *blogueiras* e leitores(as)/ativistas criam teias relacionais que irrompem a dimensão tecnológica para estabelecer-se no espaço físico de ação do movimento social, uma vez que os campos de ação dos novos movimentos sociais arregimentam-se nessas duas vertentes mencionadas.

Contudo, apesar da relevância das ações físicas, a plataforma virtual constituiu-se, no cenário contemporâneo, como ferramenta primordial de ampliação e difusão das ideologias de um movimento.

Os novos movimentos sociais se apropriaram vastamente das tecnologias da comunicação para ampliarem sua voz e sua visibilidade e ainda o fazem. A manifestação feminista foi deslocada, expandida e fragmentada pelas tecnologias da comunicação. (LEMOS, 2009, p. 20).

Podemos compreender a citação de tal expansão remetendo-nos à ideia da universalização das pautas locais e/ou regionais de um movimento. Assim como da apropriação global de pautas deste mesmo movimento, redimensionando-o às realidades específicas locais, corroborando para a universalização de pleitos do feminismo.

“Além dos blogs, também há bastante interação do movimento feminista com o público virtual através das redes sociais, como o Facebook e o Twitter”. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 21). Uma vez que o contexto das ciberfeministas incorpora “uma tentativa de nova narrativa, a construção de ‘novos

mitos', através do estabelecimento de redes de afinidade tendo como suporte para tal o uso de redes tecnológicas." (HARAWAY, 1984, p. 70 apud LEMOS, 2009, p. 40).

Essas redes tecnológicas angariariam novas teias de afinidades, constituir-se-iam oportunidade de divulgação do movimento e de articulação para a promoção de ação em prol das causas defendidas.

Para Langner, Zuliani e Mendonça (2015, p. 13) a plataforma digital não seria somente utilizada pelas feministas como forma de disseminação, mas também de atuação; possibilitando "a expansão dos movimentos feministas, com maior visibilidade, disseminação de ideias, aderência de novos adeptos, além de possibilitar uma contra resposta às vinculações considera das machistas, acarretando, por fim, em conquistas concretas aos movimentos".

Contudo,

(...) quem detém o poder na sociedade em rede? Os *programadores* com a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de Ciência e Tecnologia etc.). E os *comutadores* que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas etc.).

Se o poder é exercido programando-se e alterando-se redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem. (CASTELLS, 2013, p. 11).

Desta forma, compreende-se que as articulações dos movimentos sociais em e na rede, constituíram-se na tentativa deliberada de alterar as relações de poder, reprogramando interesses e fomentando a mudança social.

O movimento feminista na internet, imbuído de valores próprios de caráter antagônico aos imbricados no processo de evolução da sociedade patriarcal,

manifestar-se-ia como ator da mudança, na medida em que, utilizando-se das plataformas digitais para divulgação dos ideais do movimento, angariaria decisivo poder de influência nos meios de comunicação em massa.

O universo virtual seria como um espaço de troca e compartilhamento de experiências, lágrimas, sonhos e esperanças; além de conscientização dos problemas sociais vivenciados e proposições de luta contra os poderes instituídos.

Luta “(...) contra um poder opressor, que somente pode ser ganha a partir do uso da palavra, da abertura do discurso, para que outras pessoas, oprimidas ou não, passem a entender a injusta situação dos oprimidos e com isso buscar a mudança”. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 16).

Destarte encaminha-se para a percepção da concebível amplitude de discurso que o meio virtual possibilitaria aos movimentos sociais. Atores societais, intituladas feministas e ativistas levantam a bandeira do movimento social feminista em nosso país, expressando-se, concomitantemente no espaço físico, no ciberespaço através de *blogs* e *sites* a fim de amplificar questões relacionadas ao movimento e oportunizar discursos que, segundo as autoras supracitadas, resultaria na busca pela mudança.

“Os movimentos de mulheres utilizam blogs e sites como fóruns de discussão sobre os direitos e desafios da mulher, pelo que se percebe o visível auxílio da internet na mobilização feminista”. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 28).

Desta forma, “a internet pode ser entendida como meio fundamental para a divulgação das causas, reivindicações e organização de mobilizações”. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 16).

Para evidenciar a organização de mobilizações no ciberespaço e o aporte que a Rede proporcionaria aos movimentos, será demonstrada uma intervenção de um grupo específico do feminismo o qual, utilizando-se de uma publicação datada em vinte e seis de setembro de dois mil e treze o *blog* Marcha Mundial das Mulheres – Rio Grande do Sul, realizou-se um “chamamento” à participação em um *Tuitaço* pela Legalização do Aborto no Brasil em prol da vida das mulheres, que aconteceria no dia vinte e oito de setembro de dois mil e treze.

Não há uma correlação explícita entre o ato empreendido pela Marcha Mundial das Mulheres e o *blog* analisado por esta dissertação, a presente demonstração justifica-se para ilustrar o repertório de convocação viabilizado pelas “teias virtuais”.

Figura 9 – *Tuitaço* pela legalização do aborto no Brasil I

Fonte: Marcha (2013).

Figura 10 – *Tuitaço* pela legalização do aborto no Brasil II

Fonte: Marcha (2013).

Para além da divulgação das pautas, causas e abertura de discurso, o movimento feminista utiliza a plataforma virtual como forma de mobilização, conforme constatado, no próprio ambiente cibernético.

Como comprovação de que esta ação de mobilização virtual surte um resultado positivo,

(...) uma recente e importante vitória do movimento, que teve grande apoio da “logística virtual” foi a sanção do Projeto de Lei 03/2013, dando origem à lei 12.845/13, que dispõe acerca do atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Os movimentos realizaram uma campanha virtual em prol do esclarecimento acerca do objetivo da lei e da sanção integral pela Presidente da República, com o apelo #SancionaTudoDilma no Twitter e petição pública online. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 22).

A sanção da Lei 12.845/13 representa uma vitória e um avanço para a sociedade. E esse triunfo foi obtido através do valoroso apoio advindo do movimento social feminista nas redes sociais, comprovando a influência e prestígio que o ciberativismo, aos poucos, passa a lograr.

O ano de 2015 foi de protagonismo das mulheres que

(...) foram para as ruas lutar por seus direitos. Mas foi na internet que suas vozes ecoaram mais forte. Algumas hashtags como #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉqueSãoElas viralizaram na rede e contribuíram para um debate que gira em torno de feminismo, preconceito, igualdade de direitos e salários, entre outros. (CAZARRÉ, 2016).

Desta forma,

(...) a internet pode ser visualizada como um oxigênio em relação aos meios tradicionais, sendo o canal por onde, na atualidade, o movimento feminista tem conseguido propagar suas pautas e mobilizar ações na busca pela mudança cultural, desconstruindo os estereótipos sexistas e machistas ainda tão presentes na sociedade. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 25).

As vitórias conquistadas pelo movimento, contemplando seu início, foram de grande magnitude, contudo a sociedade ainda, traz arraigados aos seus princípios, laços de submissão e fragilidade feminina que, aos poucos, vêm sendo desconfigurados e constituindo-se como relativas mudanças culturais.

Para que essas mudanças culturais decorressem, “(...) os movimentos feministas foram basais para a criação de um novo pensamento e de uma nova forma de reconhecimento. (...) Junto às demais minorias sociais, as feministas utilizaram diferentes meios e suportes para manifestar seus discursos”. (LE MOS, 2009, p. 15).

Os discursos amoldam-se às necessidades e existências de problemáticas sociais que, à luz do tempo, perpassam por densas modificações, como no caso do direito ao voto, já conquistado em grande parte do corpo social mundial, não se constituindo mais em objeto de luta.

(...) os primeiros feminismos demonstraram que a conquista do trabalho assalariado desestabilizou profundamente velhos mitos de feminilidade, o ciberfeminismo propõe essas aspirações, mas incluindo aí uma reconfiguração dos espaços de gênero na Internet. (LEMOS, 2009, p. 48).

Destarte questões relacionadas ao gênero e patriarcado⁹ continuam desenrolando-se como propósito de enfrentamento.

Muitos dos grupos ciberfeministas utilizam as tecnologias de comunicação, como a Internet, não só para se organizarem em rede, mas também para construir novos discursos que problematizam as questões de gênero através de trabalhos que vão desde a produção audiovisual e experiências com mídia até as experimentações artístico-ativistas na Internet. (LEMOS, 2009, p. 09).

Conforme demonstrado anteriormente, o ciberfeminismo utilizou-se, principalmente no início desta modalidade de ativismo, de enunciações pautadas em experimentações artísticas e mídia como forma de “quebrar as regras do jogo”, impactando e revolucionando aspectos do conservadorismo das instituições sociais.

No presente contexto, os *blogs*, além de conteúdos de discurso, inserem em seu bojo um denso corpo de imagens que integram harmoniosamente o discurso apresentado em determinado *post* (postagem), tornando-o atrativo e “real”, como no caso de exposição de *prints* de comentários no Twitter e fóruns de ataques ao feminismo articulado por masculinistas.

A LEI nº 12.965, de 23 de abril de 2014, intitulada Marco Civil da Internet, estabelece princípios, garantias e deveres para o uso da internet no Brasil.

Fomenta a liberdade de expressão digital, aparando a pluralidade e diversidade, pautada pelo respeito aos direitos humanos, a presente lei visa garantir a liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento nos termos da Constituição; além de visar a proteção da privacidade e de dados pessoais.

Propõe a neutralidade de rede, permitindo ao usuário escolher o conteúdo que deseja acessar, sem distinção do provedor de internet em beneficiar fluxo de tráfego de site ou um serviço em detrimento de outro.

A preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas também foi contemplada pela referida lei, que também zela pelo direito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização

⁹ Para Saffioti (2015) a dominação-exploração das mulheres pelos homens constitui-se a definição de Patriarcado.

pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014).

A retirada de conteúdo do ar somente se dará mediante ordem judicial, exceto em casos de violação de intimidade. A sanção da lei demonstra entendimento a respeito do papel da internet para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país, cujo clamor da sociedade civil que se sentia em risco “por conta da atuação gananciosa dos grupos econômicos envolvidos com as telecomunicações e com a comercialização de conteúdos”. (GUIMARÃES, 2013).

Apesar da contemplação social da sanção da referida lei, os ciberespaços utilizados pelas ativistas feministas são alvos constantes de ataques orquestrados que visam calar o movimento e propagar a “força do macho”, que também se utiliza das ferramentas comunicacionais da internet para disseminação da cultura machista e de incitação de violência à mulher, fortalecendo os princípios da sociedade patriarcal opressora.

No que tange ao movimento feminista, a busca pela construção de significado no ambiente virtual não é diferente. Ativistas feministas têm, na internet uma difusora de ideias: “A internet desenvolve-se, no contexto da comunicação, como um oxigênio para os meios tradicionais e, para nós feministas, vem sendo o canal por onde conseguimos propagar nossas pautas e mobilizar para nossas ações” (CUNHA, 2013). Porém, o espaço virtual também representa alguns perigos, como explica Cunha (2013), ativista feminista: “contudo, é fundamental ressaltar que da mesma forma como o machismo está presente nos estereótipos da mídia tradicional, ele também atinge a internet”.

Desse modo, a internet pode representar uma libertação do discurso feminista, mas também pode ser utilizada para o fortalecimento do machismo na sociedade. No entanto, o benefício maior da internet, de acordo com Cunha (2013), é que ela concede ao movimento feminista uma oportunidade de combate ao machismo, permitindo que as ativistas tornem-se também criadoras e difusoras de conteúdo, participando da criação de significado na mente das pessoas. “Por isso, é cada vez mais importante que tenhamos um circuito de comunicadoras feministas, blogueiras e ativistas que coloquem na mídia uma nova mídia” (CUNHA, 2013 apud RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 16).

Castells (2013) ressalta que a organização no ambiente virtual dificultaria o combate ou censura às ideias das ativistas digitais, por meio da dificuldade de identificação dos centros de comando e lideranças.

O alto nível de organização do movimento feminista fica evidente quando é feita uma análise da sua atuação na internet, pois aproveita ao máximo as mais diversas plataformas para difusão de conteúdo e para disseminar suas

reivindicações. A organização no ambiente virtual também é ressaltada por Castells (2013, p. 160) como um ponto positivo ao movimento, pois dificulta o combate ou a censura de suas ideias, uma vez que os movimentos sociais com suporte organizacional da rede, como o feminista, dificultam a identificação dos centros de comando e lideranças. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 22).

Não é exatamente o caso do *blog* analisado por esta pesquisadora; contudo tais informações serão tratadas no capítulo de análise de dados.

Apesar dessa *cyber war* (guerra virtual), a instauração de ativistas feministas no espaço tecnológico virtual contrapõe as concepções preambulares de angariação exclusivista do gênero masculino no universo tecnológico, evidenciando a relevância da inserção feminina nesse contexto, representando então mais uma conquista para o movimento feminista.

O ciberfeminismo “foi de suma importância para o feminismo e possibilitou mudanças no padrão cultural da mulher de uma maneira libertadora dentro das novas tecnologias, permitindo uma troca infinita de informações”. (MALAQUIAS, 2016).

O poderio advindo dessa forma de ativismo relacionar-se-ia à “(...) ideia de que a conjunção com a tecnologia reconstrói as sexualidades, as subjetividades a partir da heterogeneidade que as redes eletrônicas possibilitam”. (LEMOS, 2009, p. 42).

Por conseguinte, mulheres que fazem uso da internet, em suas identidades e pluralidades, se sentem representadas no meio eletrônico devido à configuração heterogênea proporcionada pelas redes eletrônicas.

Para Castells (2013, p. 167-171) os movimentos sociais em rede comungam da assim denominada *cultura da autonomia*, ao encarnarem o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar a capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses.

Em nossa sociedade, que conceptualizei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana. (...) Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder. (CASTELLS, 2013, p. 10).

O ciberfeminismo seria também uma fonte para o empoderamento feminino, oportunizando às mulheres, tanto leitoras quanto ativistas, se auto estabelecerem

como agentes de mudança de suas próprias vidas, construindo seu próprio poder de ação, segundo seus princípios e conveniências.

A representatividade desses espaços de dinâmica demonstra-se expressiva uma vez que (...) “o movimento feminista tem grande atuação no ambiente virtual”. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 19).

Somos um grupo de mulheres que resolveram formar um Coletivo Feminista. Nosso intuito é agregar pessoas com interesse em aprofundar os estudos sobre o feminismo, compartilhar ideias, histórias e também promover ações que busquem a luta por direitos das mulheres e a efetivação dos direitos já conquistados. Primeiramente, criamos uma página no Facebook. Em apenas 8 meses, nossa página angariou quase 150 mil seguidoras! Nossa atuação nas redes sociais continua firme, forte e crescendo. Esse ano ultrapassamos 700 mil seguidores no Facebook e 36 mil no Twitter. Também estamos em outras redes, como Instagram, Tumblr e Youtube. Resolvemos expandir ainda mais nossas ações com a criação deste blog, na esperança de poder influenciar mulheres a aprender mais sobre o feminismo e também a compartilhar suas histórias. Estamos muito satisfeitas com nossas conquistas: nosso site tem mais de 100 mil visualizações! (NÃO ME KAHLO, 2017).

À esta altura de discussão torna-se perceptível que o ciberfeminismo arregimentou novas formas de articulação, proporcionando e ampliando as possibilidades de discussão de temáticas correlacionadas às pautas do movimento.

Nessa perspectiva, a questão do feminismo não se dará somente pela ótica das múltiplas identidades, mas também, pelas variadas formas e maneiras de poder e discursos subjetivos mediados pelos meios de comunicação. O espaço e a forma como essas lutas são travadas foram e são ampliados pela mídia e pelos meios tecnológicos. (LEMOS, 2009, p. 15).

Constituir-se-ia essa a Quarta Onda do movimento feminista? Segundo Cazarré (2016) “com a grande visibilidade das demandas das mulheres na sociedade, cada vez mais se ouve falar em ‘novo feminismo’ ou ‘quarta onda do feminismo’”. (...) os termos são usados para se referir ao feminismo após o advento da internet”.

Estudos acerca da temática referenciam que

(...) teóricos chamam essa nova leva de feministas conectadas de “quarta onda”, uma onda marcada pela popularização e democratização do feminismo na rede ou através dela. As bandeiras são diversas, como vimos, e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo.

No Brasil, costuma-se considerar como ponto de partida da quarta onda a primeira Marcha das Vadias, que aconteceu em junho de 2011 em São Paulo. Havia começado em abril no Canadá (esse feminismo é, sem dúvida, um movimento essencialmente global). E é tudo muito recente: foi só em 2014 que o movimento ganhou repercussão para valer, em grandes campanhas

virtuais antiassédio e contra a cultura do estupro, como a Chega de Fiu Fiu e a #NãoMereçoSerEstuprada. Fortaleceu-se em 2015 e início de 2016 com discussões em torno do #PrimeiroAssédio e a popularização de youtubers feministas como Jout Jout e o Canal das Bee. Houve também a organização do que pode ser o primeiro partido feminista do Brasil, a PartidA. (CAZARRÉ, 2016).

Fomentar a massificação do feminismo esta é a essência da quarta onda do movimento feminista, que serve-se da configuração de e na rede para propagação e popularização do movimento.

Consoante às abordagens teóricas previamente delimitadas no preâmbulo e decorrer do presente capítulo, constata-se duas conjunturas distintas no tocante ao ciberfeminismo e à quarta onda do movimento feminista, que se entrelaçam mais à frente.

Tem-se a intenção de correlacionar o surgimento do ciberfeminismo à década de 90, com as tecnologias da informação e a deliberação do uso da internet. É neste exato momento que vertentes do movimento feminista se apropriam da rede em uma espécie de “chamamento” de novas mulheres a irromperem as amarras sociais e adentrarem no espectro das tecnologias da comunicação para a militância feminista.

Percebe-se, à luz da teoria, que não neste exato momento classifica-se esta nova arregimentação como quarta onda do movimento feminista. Essa surge após o advento da internet e emprega o uso maciço da mesma, porém o emprego da terminologia advém após o ganho de notoriedade do ciberfeminismo no campo cibernético que, promovendo profundas discussões e campanhas virtuais no século XXI, fortalece-se ampliando o debate e da troca de ideias, trazendo reflexos da sua estruturação na rede e permitindo que o movimento realize sua mais importante função: a disseminação do discurso feminista. É então neste contexto que se institui a Quarta Onda do Movimento Feminista.

“Sabe-se que a internet tem o condão de reduzir fronteiras, possibilitando que indivíduos, adeptos ou curiosos, busquem e emitam informações, permitindo um salto quantitativo e também qualitativo ao discurso”. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 16).

Conquanto, apesar de todas as conquistas angariadas pelo movimento, consideráveis fronteiras necessitam ser transpostas. Há muitas lutas e um longo caminho a ser percorrido.

Segundo Nana Queiroz¹⁰, as mulheres ainda têm muito pelo que lutar nos próximos anos. “Meu desejo para 2016 seria que finalmente a gente discutisse um projeto de lei, que foi sugerido pelo deputado Romário, que discute o *revenge porn* [ou pornografia da vingança]. Mulheres estão sendo vitimizadas e tem até casos de meninas que chegaram a se suicidar porque a sua relação sexual com ex parceiro, com quem elas contaram, foi exposta”, disse. (CAZARRÉ, 2016).

Novas pautas angariam novas discussões e proposições. Novas soluções. Mas o desejo ardente da mudança, esse deve ser o mesmo.

O colonialismo refere-se "à 'não existência' do sujeito subalternizado, em outras palavras, (...) negar ao outro todos os atributos de humanidade, e obrigar as pessoas que ele domina a perguntar-se: em realidade quem eu sou?" (FANON apud WALSH, 2005, p. 22).

“A questão não seria agora quem é o sujeito, mas queremos ainda ser o sujeito?” (LEMOS, 2009, p. 14).

E à essa questão o movimento Ciberfeminista, embasando-se nas retóricas apontadas e cenários de lutas travadas, responderia com um sonoro SIM! Sujeito de si mesmas, de suas próprias histórias e convicções; sujeito como atores da mudança social; como já o são e, perceptivelmente, continuarão a ser...

3. MÉTODO

Esta dissertação possui caráter exploratório, pois perpassou-se as familiaridades do problema proposto através de levantamentos bibliográficos, para ampliar mais o conhecimento acerca do fenômeno relativamente novo que envolve a articulação de movimento social e tecnologia. Em um segundo momento, assumiu caráter descritivo, por esta pesquisa visar descrever as características do ciberativismo feminista. O método qualitativo é utilizado e o Estudo de Caso é seu desenho ou *design*, sendo analisado o *blog* logo abaixo mencionado.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos. (Gomes, 2008, p. 2)

¹⁰ Diretora executiva da revista virtual AzMina, site de jornalismo que se dedica a tratar de temas feministas.

O método de estudo de caso aplicado à esta pesquisa corroborará para a elucidação do fenômeno que conecta o movimento social feminista e sua “nova” plataforma de atuação: o ciberespaço. Tal análise faz-se relevante para o desenvolvimento científico, sendo o estudo de caso método oportuno para a investigação deste fenômeno empírico contemporâneo.

Para consolidar o primeiro e segundo objetivos específicos que se referem ao campo de atuação do feminismo 2.0 e a identificação dos discursos, proposições e pautas oportunizadas pelas feministas via web, optou-se por verificar um ano de postagens no blog Escreva Lola Escreva e selecionar por mês os *posts* com maior número de comentários para, posteriormente, fazer uma análise das temáticas discutidas. Essa escolha metodológica se pauta no fato dos *posts* mais comentados terem suscitado maior discussão e interesse. Não foi objetivo dessa pesquisa analisar o teor desses comentários. Eles serviram de critério para seleção do *corpus*, que deve ser composto por material relevante (Bauer e Aarts, 2002). Dessa forma, o ano de 2016 foi o selecionado e o *corpus* de análise é composto por doze *posts*.

Para o procedimento analítico dos *posts*, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2008) no que tange aos conteúdos dos textos publicados. Todos os preceitos metodológicos foram respeitados, os dados foram submetidos à análise para a definição dos temas e das categorias. As categorias atenderam aos critérios de fidedignidade e validade: exaustividade, exclusividade, representatividade, pertinência e homogeneidade (Bardin, 2008).

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. (Silva; Fossá, 2013, p. 2).

De caráter social, ela visa produzir inferências dos textos analisados acerca do contexto social e a identificação das características das mensagens, suas inferências subliminares, constituindo-se fonte propícia e alinhada aos objetivos e problemática referenciadas nesta pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As Características do Contexto de Trabalho

Apresentam-se, a seguir, as categorias empíricas decorrentes da análise de conteúdo dos *posts*¹¹ mensais mais comentados pelos(as) leitores(as) do *blog* Escreva Lola Escreva postadas no ano de 2016, com suas respectivas definições dos temas, bem como suas frequências e exemplos de verbalizações. As categorias são apresentadas de acordo com a quantidade de verbalizações de cada tema. Dessa forma, inicia-se com a categoria que teve maior frequência na contagem dos temas para a de menor frequência. Entende-se que esta escolha permite ao leitor(a) uma melhor compreensão da representatividade de cada conteúdo descrito mês a mês pela blogueira à luz do ciberfeminismo e mais comentado pelos(as) leitores(as) do *blog*.

Para angariar amplitude acerca do corpus analisado retrata-se, a seguir, em tabelas, relacionado por mês, a identificação do corpus e do *post*, o número de comentários, categorias, temas, frequência e o total de frequências.

| Corpus Documental - Blog Escreva Lola Escreva | | | | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------------|--|---------------------|----------------------|
| Identificação do Corpus | Identificação do Post | Número de Comentários | Categorias | Temas | Frequência | Total de Frequências |
| Janeiro | Sobre o Ex-feminismo de Sara Winter | 257 | Grupo Midiático/ Mídia | Busca de bope | 8 | 16 |
| | | | | Filiação à Grupos Extremistas | 4 | |
| | | | | Filiação à Política de Extrema Direita | 3 | |
| | | | | Tentativa de Exposição em Reality Show | 1 | |
| | | | Patriarcado | Visão da Maternidade | 5 | 11 |
| | | | | Padrão de Beleza | 4 | |
| Encontrar um "macho" | 2 | | | | | |
| Ex-feminismo | Não aceitação pelo Movimento Feminista | 5 | 5 | | | |
| Fevereiro | Microcefalia, Aborto e a Ideia da "Mãe Guerreira" | 249 | Ressignificação do Aborto | Descriminização | 9 | 16 |
| | | | | Religiosidade | 4 | |
| | | | | Egoísmo | 3 | |
| | | | Patriarcado | Romantização do "Ser Mãe" | 7 | 10 |
| | | | | Responsabilização da Mulher pela Maternidade | 3 | |
| | | | Aborto | Casos Permitidos em Lei | 2 | 4 |
| Criminalização do Aborto | 2 | | | | | |
| Março | Pornografia Existiria num Mundo Sem Estupro | 346 | Estupro | Universalidade do Estupro | 5 | 5 |
| | | | | Patriarcado | Hegemonia Masculina | 3 |
| | | | Cumplicidade Masculina | | 1 | |
| | | | Mídia | Exposição do Corpo Feminino | 1 | 2 |
| | | | | A Estereotipação do Homem e Mulher Negros | 1 | |

¹¹ Compreende-se *posts* como postagens.

| Identificação do Corpus | Identificação do Post | Número de Comentários | Categorias | Temas | Frequência | Total de Frequências |
|-------------------------|---|-----------------------|------------------------------|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Abril | Marcela, a Mulher Ideal da Veja | 265 | Patriarcado | Bela, Recatada e do Lar | 2 | 6 |
| | | | | Primeira Dama | 2 | |
| | | | | O reforço da Mídia | 2 | |
| Maio | Vamos Desprincesar nossas Meninas | 173 | Patriarcado | O Ser Princesa | 5 | 5 |
| | | | O Mercado das Princesas | Força Comercial | 2 | 5 |
| | | | | O papel da Mídia | 3 | |
| | | | Empoderamento | O "Desprincesamento" | 1 | 1 |
| Junho | Pelo Fim da Transfobia em Todos os Feminismos | 168 | Transfobia | Opressão | 4 | 7 |
| | | | | Invisibilidade | 3 | |
| | | | Feminismos | O Feminismo Radical | 2 | 4 |
| | | | | Transfeminismo | 2 | |
| Julho | Não Importa o que Te Fizeram, Mas o que Você Fez Daquilo que Te Fizeram | 189 | Violência Doméstica | Psicológica | 4 | 13 |
| | | | | Física | 3 | |
| | | | | Sexual | 3 | |
| | | | | Banalização | 3 | |
| | | | Patriarcado | Responsabilização da Maternidade | 3 | 6 |
| | | | | Culpabilização | 3 | |
| | | | Feminismo | Compreensão | 3 | 5 |
| Perdão | 2 | | | | | |
| Agosto | As Muitas Mentiras do Caso Feliciano | 185 | Jogo Político | Alianças | 4 | 10 |
| | | | | A Compra do Silêncio | 4 | |
| | | | | Coerção | 2 | |
| | | | Abuso Sexual | Denúncia de Tentativa de Estupro | 3 | 3 |
| Setembro | Devemos Ficar com Homem Comprometido? | 379 | Ficar com Homem Comprometido | Sororidade | 5 | 5 |
| | | | | "Ninguém é Dono de Ninguém" | 2 | 2 |
| Outubro | Feminismo, Romantismo, Cavalheirismo | 161 | Patriarcado | O Cavalheirismo | 6 | 6 |
| | | | | Feminismo | Igualdade de Gêneros | 4 |
| | | | O Romantismo | | 1 | |
| Novembro | Quem são essas Pessoas que Votaram em Trump? | 171 | Política | Eleitores de Trump | 6 | 6 |
| Dezembro | Assassinos a Serviço do Ódio e um Herói | 143 | Violência | Transfobia | 3 | 6 |
| | | | | Homofobia | 3 | |
| | | | Patriarcado | Culpabilidade sobre a Mulher | 1 | 1 |

JANEIRO

O mês de janeiro contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 257 comentários, o “**Sobre o ex-feminismo de Sara Winter**”, do qual se elencou três principais categorias, sendo estas: Grupo midiático/Mídia; Patriarcado; e Ex-feminismo.

Tabela 1.

Categoria A: Grupo Midiático/ Mídia

Grupo Midiático/ Mídia

Definição

Grupo midiático/mídia no contexto do *corpus* do mês referenciado correlaciona-se à exposição midiática da autointitulada ex-feminista Sara Winter, que se utilizando de espaços e ferramentas de visibilidade, procurou primeiramente construir seu nome junto ao “movimento feminista”, no coletivo internacional Femen¹²; posteriormente rejeitando-o, ou sendo rejeitada por ele. Sara concebeu novo grupo feminista – o Bastardxs -, a fim de atrair a atenção midiática. Por fim, ocorreu sua auto definição como ex-feminista e o seu estreitamento de laços com a política de extrema direita, vislumbrando a construção de uma carreira política. Tornou-se personagem polêmica.

| Temas | N de Verbalizações |
|--|--------------------|
| • Busca de “Ibope” | 8 |
| • Filiação a Grupos Extremistas | 4 |
| • Filiação à Política de Extrema Direita | 3 |
| • Tentativa de Exposição em Reality Show | 1 |
| Total de verbalizações | 16 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“O **Femen** é um **grupo midiático**, ou seja, o que mais interessa para essas ativistas é a **repercussão** que a manifestação terá na **grande mídia**”.

“(...) passou a fazer protestos com seios de fora, justamente em **busca de ibope**”.

“Sara precisava tirar cada vez mais roupa para **atrair a mídia** e, mesmo assim, não conseguia repetir o sucesso do Femen”.

“(...) Algumas poucas coisas que chegaram até mim (...) outro vídeo fazendo campanha pra que ela entrasse no **BBB**”.

¹² Mais informação disponível no blog oficial do Femen: <https://femen.org/> .

“Conversei com o mito¹³ hoje, um fofo. **Novos projetos e parcerias virão em 2016.**”
(fala da própria Sara).

“(...) Sara foi **pedir a benção** do guru da **extrema-direita** Olavo de Carvalho e de Bolsonaro, já que **ela pensa em se candidatar a vereadora por São Carlos.**”

“**Sara precisa viver de alguma coisa**, e descobriu que no feminismo não tinha futuro. Agora, **aliada com a extrema direita** pode quem sabe **cobrar por palestras antifeministas** (feminista não pode cobrar por palestra, mas antifeminista, pode), **vender livro, descolar uma candidatura à vereadora**”.

Os resultados apresentados na categoria “A” demonstram o interesse de Sara Winter em sua exposição midiática, primeiramente através da importação do movimento Femen Ucrânia para o Brasil, cuja fala representativa demonstra que o interesse deste grupo é atrair a atenção da grande mídia. O texto elucidada que o movimento em questão não é considerado propriamente um movimento feminista, já que intitula-se *sextremism*, ou seja um movimento extremista que busca visibilidade.

A busca incansável pela visibilidade midiática configurou-se como estratégia de Winter, que, ao romper com o feminismo, tenta participar de um *reality show* e filia-se à um partido de direita para novas parceiras e projetos, inclusive de candidatura à vereadora. Infere-se que concatenada à direita, a mesma acreditaria obter a possibilidade de ministrar palestras, vender livros e inserir-se em carreira política.

A busca por “exposição” midiática retratada no *corpus* revela as primeiras contradições encontradas no uso da internet como plataforma para busca de conscientização e emancipação no campo do feminismo. Ali também se apresentam conflitos, desacertos, modos distintos de entender as ferramentas, objetivos díspares que envolvem relações de poder. Portanto, as práticas do movimento social feminista no uso das mídias como forma de divulgação do movimento não estão livres de tensões e contradições. A “busca de ibope” rivaliza com intenções de libertação feminina e provoca os mais acalorados debates. Também o espectro político esquerda-direita tensiona o campo com diferentes perspectivas. Isso pode significar um afastamento das intenções do movimento social, ou uma característica de sua diversidade e divergências.

¹³ Jair Bolsonaro.

Tabela 2.

Categoria B: Patriarcado

Patriarcado

Definição

O emprego do patriarcado no âmbito contextual da análise, referencia-se ao relacionamento amoroso entre homem e mulher; sua visão acerca da maternidade; assim como os padrões de beleza instituídos por este sistema opressor.

As estereotípias que afirmam ser grande parte das feministas desprovidas de beleza confrontam a defesa da perspectiva que as mulheres aceitem seus corpos como são; existe a visão de que isso incentivaria mulheres gordas a continuarem gordas. Por outro lado, o patriarcado estaria fomentado mulheres a se enquadrarem em padrões inatingíveis de beleza; as demandas feministas são sempre recebidas com polêmica e debates acalorados. O espaço é de divergências e dissidências.

Para o patriarcado, nesse contexto, o relacionamento amoroso entre homem e mulher e a maternidade se constituiriam no auge do “ser mulher”, sendo capaz de “curar feministas”.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Visão da Maternidade | 5 |
| • Padrão de Beleza | 4 |
| • Encontrar um “macho” | 2 |
| Total de verbalizações | 11 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“(...) por conta do **nascimento de seu filho**, há cinco meses, Sara passou a se **arrepender** de muitas coisas”.

“(...) **feminista** é assim até **achar um belo de um macho** por quem se apaixonou”.

“(...) Quando ela tiver um **bebê nos braços**, saberá o que é **ser mulher**”.

“Sou prova viva de que **feminista é mal amada**. Quando **encontrei um homem** que me amou de verdade e **tive um filho lindo não quis mais saber do feminismo**”.
(Sara Winter).

“(…) É **feminista por falta de rola**”.

“Parece que **maternidade e pênis** curam todos os males do mundo”.

“(…) as feministas ficaram com inveja dela porque ela é **bonita**, a **‘maior parte das feministas é feiosa’**. E Sara é **‘loira, novinha e fala bem’**”.

“(…) o feminismo, ao defender que as mulheres aceitem o seu corpo, sem cair nas neuras de **tentar se enquadrar a um padrão inatingível de beleza**, incentiva a mulheres gordas a continuarem gordas, o que seria terrível pra saúde”.

Os resultados apresentados na categoria “B” demonstram a visão predominantemente patriarcal acerca dos relacionamentos amorosos entre homens e mulheres; não se admite outras possibilidades, configurando a paixão como elemento primordial e essencial às mulheres.

As feministas existiriam pelo fato de serem mal-amadas e não terem intimidade sexual, pois o pênis e a maternidade parecem ser capazes de curar todos os males do mundo, nessa cosmovisão. A maternidade faria com que a mulher se arrependesse de todas as “atrocidades” que porventura tenha cometido no passado (dentre elas ser feminista!) e isso, no universo patriarcal, já seria o bastante.

Assim aconteceu com Sara Winter. A jovem que foi simpatizante do nazismo, cujo nome foi inspirado da alemã nazista Sarah Winter, ganhou apoio dos conservadores logo após declarar-se ex-feminista”. O sistema patriarcal parece esconder-se atrás do rótulo “busca da saúde”, para impor às mulheres o cuidado excessivo com o corpo e a alimentação, procurando enquadrá-las em um padrão inatingível de beleza. Magreza é equiparada à saúde, no imaginário que se apresenta nos comentários. Porém, pelo contrário, a busca obsessiva da magreza pode trazer enorme malefícios às mulheres ao submeterem-se a cirurgias estéticas desnecessárias ou alimentarem-se muito aquém das necessidades do seu corpo e sua idade.

Vale salientar que há também a questão da invisibilidade das mulheres mais velhas, que “deixam de ser mulher”; retratado no mês de fevereiro no *blog de post*

intitulado Mulheres e velhice: o que isso tem a ver com feminismo? A fala representativa “A Sara é loira, novinha e fala bem” demonstra que as mulheres novinhas são valorizadas pelo sistema, alimentando as indústrias milionárias de cosméticos e beleza nas quais as mulheres investem à procura do rejuvenescimento.

Sara utiliza-se do discurso patriarcal para justificar e embasar sua mudança de ideologia. Conforme mencionado na categoria acima, não logrando sucesso em suas empreitadas junto ao “feminismo” mudou o discurso, alinhando-se à concepção oposta, procurando apoio e visibilidade aos seus projetos pessoais, inclusive financeiros. Mas para tanto, cria uma nova imagem de mulher “feminina”, “mãe e esposa” que teria sido “curada” da “doença” feminismo.

Para Butler (2003), principal autora da terceira onda do Movimento Feminista, a binaridade dos gêneros masculino e feminino representaria o patriarcado e a necessidade de dominação do gênero masculino sobre o feminino; pois o patriarcado teria criado uma matriz heterossexual normativa a qual os sujeitos deveriam ser “encaixados”. E, à mulher, cabe o papel “natural” de mãe e esposa.

Nesta prerrogativa a revisão bibliográfica (Saffioti, 2015; Descarries, 2000; Butler, 2003; Touraine, 2011) aponta convergência às questões empíricas antepostas. A binaridade homem e mulher, a fim de dominação, onde a mulher estaria sob a missão de ser amparo e complemento ao seu “superior”, o homem, que com se pênis poderia satisfazê-la e completá-la, tanto sexualmente como maternalmente, já que lhe “daria” o “presente” da concepção. A matriz normativa heterossexual não aceitaria qualquer desvio em relação a gênero e sexualidade. Por isso os homens seriam capazes de “curar” as mulheres ao fazê-las apaixonar-se por eles e submetê-las, uma vez que seriam superiores a elas.

Touraine (2011) ressalta as articulações das feministas radicais a fim de acabar com a imagem ideal imposta às mulheres, sendo esta uma representação de dominação típica do patriarcado. As feministas diligenciarão com a finalidade de constituir as mulheres como sujeito-mulher, donas de suas escolhas e livre dos padrões opressores, tão característicos do patriarcado.

Tabela 3.

Categoria C: Ex-Feminismo

Ex-Feminismo

Definição

Empregou-se a terminologia ex-feminismo no *corpus* analisado sob a ótica da não aceitação de Sara Winter pelo Movimento Feminista.

| Temas | N de Verbalizações |
|--|--------------------|
| • Não aceitação pelo Movimento Feminista | 5 |
| Total de verbalizações | 5 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“O Femen Ucrânia é um grupo duvidoso que **nunca teve apoio das feministas**. Primeiro que **nem o próprio Femen se assume como feminista**, e sim ‘neofeminista’ ou ‘sextremista”.

“Ela também afirmou que o que **partia seu coração era ser esculachada e/ou ignorada pelas feministas nas redes sociais**”.

“Ainda que **Sara nunca tenha sido aceita por qualquer grupo feminista (...)**.”

“É tudo contraditório: **Sara diz que nunca foi aceita pelas feministas e por grupos feministas** - o que é verdade -, mas, ao mesmo tempo, quer falar sobre feminismo, como se o conhecesse, como se tivesse feito parte dele. **Não conheceu, não fez parte. E esta é a sua dor**, a sua busca: ser aceita. Se ela caprichar nas calúnias antifeministas, talvez os reações a aceitem”.

Os resultados apresentados na categoria “C” confirmam as inferências sobre a categoria “A”, a qual demonstrou que Sara Winter sempre buscou a visibilidade e o “ibope”. Nunca se inseriu no Movimento Feminista profundamente e sequer foi aceita por ele, diante de escolhas consideradas equivocadas.

Primeiramente fez parte de um movimento que sequer era reconhecido como feminista e falava em nome destas; criticou a Marcha das Vadias por saírem com “roupas de puta”, segundo o texto, e posteriormente apareceu na mídia com cada vez menos roupas em seus protestos. E, por fim, nunca sendo aceita pelo Movimento Feminista, desvinculou-se de um movimento o qual nunca realmente fez parte e

passou à atacá-lo, uma vez que possivelmente contaria com todo apoio de uma sociedade machista e patriarcal. Conforme evidenciado neste mês, Sara já contou com o apoio de um partido de extrema direita, ao qual vinculou-se, e à figura de seu político de expressão, Jair Bolsonaro.

O arcabouço teórico utilizado na construção da revisão bibliográfica da presente dissertação em nenhum momento explicitou qualquer menção à terminologia ex-feminismo, portanto, a evidenciação pautar-se-á somente à luz empírica obtida no *corpus* de dados coletado.

FEVEREIRO

O mês de fevereiro contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 249 comentários, o “**Microcefalia, Aborto e a Ideia da Mãe Guerreira**”. Elencou-se três principais categorias, sendo estas: Ressignificação do Aborto; Patriarcado; e Aborto.

Tabela 4.

Categoria D: Ressignificação do Aborto

Ressignificação do Aborto

Definição

A ressignificação do aborto correlaciona-se à necessidade de ampliação da compreensão por parte da sociedade civil em relação à temática que representa uma questão de saúde pública em que, apesar da criminalização, muitas mulheres abortam; e muitas dessas mulheres morrem abortando, ou ficam com graves sequelas, principalmente as menos favorecidas socialmente. Questões relacionadas à religiosidade e senso comum corroboram como uma espécie de “venda”, dificultando um olhar mais apurado para a realidade desse problema social e de saúde pública.

| Temas | N de Verbalizações |
|---------------------|--------------------|
| • Descriminalização | 9 |
| • Religiosidade | 4 |
| • Egoísmo | 3 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“O **aborto** é uma **questão de saúde pública** -- **mulheres já abortam, mulheres morrem abortando** --, é uma **questão social**, mas também é uma questão individual baseada no querer da mulher”.

“Você pode ser contra o aborto e não abortar. É simples. **Não existirá uma lei obrigando as mulheres a abortarem** -- seja no contexto que for --, **existirão opções seguras para quem deseja seguir por esse caminho**”.

“Mas é **egoísmo** da sua parte (...) **preferir ver mulheres morrendo em situações de abortos clandestinos do que dar dignidade para essas mulheres**”.

“É de completo **egoísmo** e individualismo **ser contra o aborto**, seja na situação que for, seja porque você usa da sua vida como régua para a sociedade (‘porque eu tive um filho morando embaixo da ponte, mas escolhi ter’), seja porque você acha errado ou **pecado**. Não sabemos como é a vida do outro, o contexto que o outro está inserido. É **egoísmo** quando somos contra o aborto e **decidimos que podemos ser contra todas as mulheres**”.

“Quando publiquei sobre isso no Facebook, uma moça me perguntou: ‘Mas Isabela, e se sua mãe tivesse te abortado?’

“(...) é realmente doente a gente pensar que preferia nascer e ver nossa mãe sofrer, do que cogitar a possibilidade dela ter pensado em nos abortar”.

“Também **sofremos grandes influências na maternidade** por essa questão do **cristianismo**. (...) A mãe de Jesus, a **virgem Maria**. Mãe é aquele ser **imaculado**, a **santa**, a **que sofre**, a **que se doa**, a **que abre mão de si para o filho**. Todas essas questões são baseadas no **cristianismo**”.

“(...) Fulana **foi escolhida por Deus** para ser mãe dessa criança”.

Os resultados apresentados na categoria “D” expressariam a realidade de um país, que apesar de ser um Estado laico oficialmente, apresenta as crenças religiosas

muito arraigadas socialmente que, segundo o *corpus*, inviabilizariam uma ressignificação do aborto, considerando que se sobrepõem à possibilidade de análise mais crítica, mais distanciada, laica. Neste caso, a sororidade para com as mulheres que desejarium realizar um aborto esbarraria em questões de próprio embate de relacionamento com o “transcendente” para aquelas/es que vivem intensamente sua religiosidade a têm como balizador ético. Os conceitos religiosos vivenciados desde a infância no âmbito familiar poderiam constituir-se como influentes fatores para a incompreensão da necessidade de se ressignificar socialmente o aborto (Trat, 2009).

Este aspecto apresenta divergência em pesquisa realizada onde “a incidência de aborto entre as mulheres de diferentes religiões é praticamente igual. Não foi observada nenhuma diferença significativa entre grupos religiosos.” (DINIZ; MEDEIROS, 2010). Percebe-se que mulheres adeptas às religiões também se valem das técnicas de aborto, por vezes caseiras e sem a segurança de cuidados médicos profissionais. Segundo Diniz e Medeiros (2010, p. 964) “Refletindo a composição religiosa do país, a maioria dos abortos foi feita por católicas, seguidas de protestantes e evangélicas e, finalmente, por mulheres de outras religiões ou sem religião”.

Para os autores supracitados o aborto configura-se como um problema de saúde pública no Brasil, mensurando-se os altos níveis de internação pós-aborto por conta de complicações relacionadas ao mesmo: “Boa parte dessa internação poderia ter sido evitada se o aborto não fosse tratado como atividade clandestina e o acesso aos medicamentos seguros para aborto fosse garantido”. (DINIZ; MEDEIROS, 2010, p. 964).

Neste sentido verifica-se convergência entre a análise empírica do *corpus* retratado e o arcabouço teórico crítico a respeito do tema, nesse caso específico.

Tabela 5.

Categoria E: Patriarcado

Patriarcado

Definição

O emprego do patriarcado no âmbito contextual dessa análise, referencia-se à romantização do ser mãe e à responsabilização da mulher pela maternidade,

baseando-se na visão da mulher mãe dentro de uma sociedade estereotipada, fundamentada em valores machistas e de cunho patriarcal.

| Temas | N de Verbalizações |
|--|--------------------|
| • Romantização do “Ser Mãe” | 7 |
| • Responsabilização da Mulher pela Maternidade | 3 |
| Total de verbalizações | 10 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“Mas será que seria vantajoso socialmente falando -- para o **machismo** e o **capitalismo** -- se vendessem a nós essa imagem de apenas sofrimento? Claro que não! Então acrescente a **romantização desse sofrimento**. **'Mãe é mãe'**, **'A gente sofre, mas aquele sorrisinho compensa'**, **'Somos guerreiras'**”.

“Podemos **romantizar** a situação -- e é o que geralmente fazemos --, dizendo que **Mães de crianças com necessidades especiais são abençoadas, são escolhidas**. Mas não é cruel **romantizar o sofrimento do outro**”?

“(…) Mãe tem que **aguentar tudo**”.

“(…) sabemos que dentro da nossa sociedade a **responsabilidade** e o fardo (sim, para muitas é um fardo) da **maternidade caem sobre o colo da mulher**”.

“A mulher que dá continuidade à gravidez -- por opção ou não -- e porventura vem a abandonar esse filho **será julgada pela sociedade, julgada como péssima mãe, como monstro**. A mesma sociedade que não permite e não tolera quem aborta. Porém **tolera o homem que abandona a esposa grávida, tolera e justifica o abandono paterno. A mãe, a mãe não pode! A mãe é guerreira! Mãe tem que aguentar tudo**”!

Os resultados apresentados na categoria “E” exprimiriam a composição da estrutura familiar experienciada socialmente no decurso de tempo; incansavelmente discutida e atravessada por discursos questionadores quanto às características biológicas e naturais da mulher em relação aos afazeres domésticos e à maternidade.

Conceitos colocados em xeque com autoras como Beauvoir (1949) questionando as condições que presidiam seu destino pessoal e seu confinamento à esfera privada; como o relato de Descarries (2000) no qual feministas radicais reivindicavam a abolição das instituições patriarcais para acabar com o determinismo biológico e concretizar seus objetivos libertadores; Mello (2011) cujo relato da ocupação da mulher como dona de casa não sendo natural, mas histórica, configurando a maternidade como algo naturalmente feminino, contudo o exaustivo trabalho por este gerado, não posição natural da mulher. À Donna Haraway cujos questionamentos diziam respeito à naturalização e determinações sociais em relação à mulher.

A ideia do construto de que o lar possui uma função social cujos valores morais são delegados como papel da mulher, sua principal mantenedora, permeiam os princípios de uma sociedade patriarcal que, apesar das lutas contrárias ao sistema, ainda vivencia experimentações de repúdio à mulher/mãe como descritas nas falas representativas de discurso.

Tabela 6.

Categoria F: Aborto

Aborto

Definição

O contexto empregado no *corpus* diz respeito aos casos permitidos em lei e à criminalização do aborto no Brasil, explicitando as situações permissivas, a necessidade de ampliação da legalização para outros casos como a microcefalia e, por fim, a discussão, já abordada pela pesquisadora na categoria “D”, acerca da descriminalização do aborto.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|---------------------------|
| • Casos Permitidos em Lei | 2 |
| • Criminalização do Aborto | 2 |
| Total de verbalizações | 4 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“Hoje apenas em três situações o aborto é permitido no Brasil (sem punição para a mulher e sem punição para o profissional que realizar): em caso de estupro, claro risco à vida da mulher, e de fetos anencéfalos”.

“A criminalização do aborto não diminui a quantidade de abortos realizados, apenas criminaliza a mulher -- e o profissional -- que o executa, dificultando assim o acesso principalmente de mulheres pobres”.

A discussão inicial do *post* pautou-se nos casos de aborto permitidos em lei, sendo esses: em caso de estupro, claro risco à vida da mulher e em caso de fetos anencéfalos. Com o surgimento de uma “nova doença” de caráter grave em que haveria a possibilidade de fetos infectados não se desenvolverem da maneira esperada (em consequência do zika vírus), a cabeça e o cérebro da criança não crescem como o esperado, questionou-se a necessidade de ampliação da legalização do aborto em casos de microcefalia.

De acordo com as falas representativas, a criminalização do aborto não diminui os casos registrados, apenas dificulta o acesso de mulheres pobres.

Quanto à correlação entre o aborto e mulheres menos favorecidas socialmente há uma convergência com o discurso científico o qual aponta que o aborto “(...) é mais comum entre mulheres de menor escolaridade, fato que pode estar relacionado a outras características sociais das mulheres de baixo nível educacional”. (DINIZ; MEDEIROS, 2010, p. 964).

“(...) o aborto é um fenômeno comum na vida reprodutiva das mulheres. Em termos simples, isso significa que, ao final de sua vida reprodutiva, mais de um quinto das mulheres no Brasil urbano fez aborto”. (DINIZ; MEDEIROS, 2010, p. 962). A citação supracitada converge com a empiria analisada, na qual se afirma que apesar da criminalização do aborto, os casos de aborto em nosso país apresentam um alto índice de registros.

À exemplo de Touraine, a abordagem científica tem demonstrado entendimento sobre a necessidade de luta das mulheres em relação ao controle de si mesmas e de seu corpo, sobrepujando resquícios de dominação exercidos sobre seu ser. “(...) passou-se a uma luta das mulheres na qual está em jogo o controle de si mesmas e a defesa de direitos relacionados com todos os domínios de suas condutas. (TOURAINÉ, 2011, p. 232).

MARÇO

O mês de março contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 346 comentários, o “**Pornografia Existiria num Mundo Sem Estupro?**”, que elencou-se três principais categorias sendo estas: Estupro; Patriarcado; Mídia.

Salienta-se que após análise e inclusive discussão com uma juíza, ambas concordaram que poderia haver uma inversão no título da postagem, Estupro Existiria num Mundo Sem Pornografia? Uma vez que a mídia e a pornografia fomentando a objetificação de mulheres, fenômeno infra analisado, tem papel preponderante na formação da imagem da mulher que possivelmente levaria a criação de mitos os quais representariam um grave teor de dominação e abuso.

Tabela 7.

Categoria G: Estupro

Estupro

Definição

O estupro no âmbito contextual dessa análise correlaciona-se à sua universalidade e seu paralelismo ao medo que tange o universo feminino nesse quesito.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Universalidade do Estupro | 5 |
| Total de verbalizações | 5 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“(...) Se existe algo **universal**, é o **estupro**”.*

*“**Não temos como saber quem é um estuprador e quem não é. Não vem com uma plaquinha escrito. Então **suspeitamos de todos, vivemos paranoicas, porque não queremos ser estupradas**”.***

*“Deixamos de sair à noite. Calculamos como, quando e com quem iremos voltar para casa. Evitamos andar por tal rua. Pensamos se podemos usar tal roupa. E **vemos um homem na rua, à noite, como uma ameaça. Qualquer homem**”.*

O sentimento de ameaça que assola considerável quantitativo das mulheres, representado nas falas acima, para Saffioti (2015) advém de condicionamentos sociais que atestam suposta incontrolabilidade da sexualidade masculina, já que o homem foi educado para “ir à caça”. E a mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador.

Contudo o referido “ataque” nem sempre é desejado. Primeiramente porque, diferentemente do que é “pregado” pela mídia e pornografia, nem sempre a mulher está a fim, mesmo aquelas que exercem sua sexualidade de maneira livre e consciente, com parceiros por elas escolhidos. Outra porque o ataque contra a sua vontade, mesmo entre parceiros, constitui-se estupro, e este um crime.

Entretanto o sistema sempre aceitou piadas machistas (“Prendam suas cabras que meu bode está solto”) que atestaram e atribuíram ao homem a sexualidade plena e incontrolável, cabendo às mulheres se protegerem desta condição viril e desregrada.

E essa tentativa de “proteção” reconhece-se nas falas dessas mulheres.

Tabela 8.

Categoria H: Patriarcado

Patriarcado

Definição

O emprego do patriarcado no âmbito contextual dessa análise, referencia-se ao sistema opressor cuja base é o androcentrismo, conforme retratado no capítulo 1. Um novo elemento a de somar-se à categoria, a cumplicidade masculina.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|---------------------------|
| • Hegemonia Masculina | 3 |
| • Cumplicidade Masculina | 1 |
| Total de verbalizações | 4 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Porque **machismo** está ligado a racismo, homofobia e outros preconceitos, pois machismo **envolve achar que o ser mais importante numa sociedade é o homem branco, hétero, sem deficiências físicas**”.*

“Em todas as culturas em que o **homem é dominante**, em todas as classes sociais, em todas as raças, **homens estupram mulheres**, porque faz parte da cultura masculina. Em compensação, estupro é raríssimo em sociedades igualitárias, em que o homem não é considerado superior à mulher”.

“Quando se estupra crianças, usa-se o mesmo princípio do estupro de mulheres: **são seres inferiores, sub-humanos, merecem ser dominados**”.

“Mas os homens imaginam que um estuprador seja um monstro desconhecido, não um deles. **Se um homem fica sabendo de um amigo acusado de estupro, automaticamente assume que a mulher está mentindo. Que aí tem truta. Que ela que quis**, e agora o **acusa injustamente**”.

O sistema patriarcal opressor foi objeto de dedicação e delineamento no capítulo 1 da presente dissertação. Datado inicialmente desde a Grécia antiga, a desvalorização e dominação dos homens pelas mulheres é uma constituinte até tempos hodiernos.

Vivemos em uma sociedade patriarcal, onde as relações de domínio são explícitas, seja na esfera doméstica, seja na pública; na qual, como exemplo, ainda há forte presença a divisão sexual do trabalho.

O elemento pertencente à abordagem patriarcal, elencado no corpus, e até então não abordado teoricamente refere-se à cumplicidade masculina. Empiricamente, principalmente em casos de acusação de estupro, há relatos de forte cumplicidade masculina, culpabilizando o mais frágil, representado pela mulher ou pela criança, justamente em detrimento de uma cultura de dominação arraigada.

Saffioti (2015, p.19) demonstra que Freud contribuiu para a perda da credibilidade e inserção da culpabilidade à mulher na medida em que este afirmou que meninas as quais frequentavam seu consultório e relatavam terem sido abusadas sexualmente por seus pais, constituíam-se fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles. Em pesquisas posteriores, Saffioti não encontrou casos de fantasia. A criança, segundo ela, pode enfeitar o sucedido, mas sua base é real.

“Freud transformou-se em Bíblia e a criança perdeu credibilidade”. Não somente a criança assim como a mulher, uma vez que do universo de vítimas de violência incestuosa pesquisados 90% eram do sexo feminino e somente 10% do sexo masculino.

Segundo Saffioti (2015) as mulheres são treinadas para sentirem culpa, mesmo que não haja razões para se culpabilizarem, elas culpabilizam-se pela força da “cultura do estupro”, que seria essa naturalização social do evento do sexo forçado e da violência. Perante esse discurso, correlaciona-se convergência nos âmbitos científico e empírico em relação à culpabilidade feminina e a sua injustiça. Contudo, quanto ao quesito cumplicidade masculina não há elementos suficientes para estabelecer uma relação direta.

Tabela 9.

Categoria I: Mídia

| Mídia | |
|--|--------------------|
| Definição | |
| Os resultados apresentados na categoria “I” correlacionam o papel construtor da mídia para o processo de perpetuação do estupro, cuja exposição contínua de mulheres seminuas a fim de uma maior comercialização, fortaleceriam a indústria da pornografia. Outro tema a ser salientado seria o reforço da concepção equivocada que a sociedade brasileira advém aos negros desde os primórdios da escravidão. | |
| Temas | N de Verbalizações |
| • Exposição do Corpo Feminino | 1 |
| • Estereotipação do Homem e Mulher Negros | 1 |
| Total de verbalizações | 2 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Vivemos numa sociedade sexualizada, com **imagens de mulheres seminuas** a todo momento. (...) O sexo que vemos está relacionado sempre a comércio, nunca à intimidade. Intimidade não vende”.*

*“(...) os mitos sobre os negros -- que **homens negros são animais selvagens, muito sexuais, que têm pênis gigante, e agressivos, prontos para estuprar. Que mulheres negras querem sexo o tempo todo e seduzem os pobres homens brancos, tão indefesos.** Esses mitos vêm da época da escravidão, e eram usados pra justificar o estupro sistemático a que os senhores da senzala submetiam as negras. Isso faz parte de um discurso de dominação. Se vemos os negros como inferiores, como animais, é mais fácil maltratá-los. Nossa consciência dorme tranquila. A gente sabe como trata os animais mesmo”.*

A mídia esculpe um papel relevante que tanto pode convergir sob cenários propensos a discussões, mobilizações, propensão à criticidade; como igualmente pode trilhar por itinerários enviesados e veias estritamente comerciais (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014).

Sendo a sexualidade humana um assunto de despertar social, inclusive das mulheres, sob o aspecto da liberdade de seus corpos à luz da maternidade, a mídia em suas vertentes distintas beneficia-se do assunto objetivando lucros. A pornografia utiliza as mídias para divulgação de conteúdo que abarca desde adultos conscientes à jovens inexperientes sexualmente que acabam por aprender e associar certas situações às mulheres, pelas quais estas vêm lutando contra há alguns séculos.

Infere-se também deste corpus a sustentação dos mitos em relação ao homem e a mulher negros por parte da mídia, a qual tipifica o homem negro relacionado à virilidade e a mulher negra à sensualidade. Estigmas que transcorrem laços de escravidão e continuam perpetuando-se na contemporaneidade, nutrindo o patriarcado.

Por quase toda a extensão longitudinal do presente trabalho elencou-se a preponderância dos meios de comunicação, a apropriação das novas tecnologias e o aporte da internet para as novas arregimentações dos movimentos sociais, sob análise o Movimento Social Feminista.

Para Scherer-Warren (2013) o aumento do uso das tecnologias de informação e comunicação ampliou os repertórios de ação, contribuindo cada vez mais na difusão e experiências, modelos sociais, valores e signos, confrontando-os e compartilhando-os, contribuindo para a construção de transformação simbólica.

Apesar de todo aporte positivo fomentado e conquistas angariadas, Touraine (2011, p. 230) salienta que “muitos cliques de televisão, em geral de origem americana,

fortemente carregados de sexualidade, mostram claramente que o homem ainda reina sobre mulheres submissas à sua vontade”.

O autor continua seu discurso concluindo que o consumo de vídeos pornô se generalizou e que em todo lugar assiste-se à clipes de MTV, estes cada vez mais “picantes” e provocativos. E faz um alerta para que se tenha cautela para que o sexo não se reduza à uma mercadoria, pois, desta forma, inviabilizaria a libertação da mulher e a igualdade entre os sexos e gêneros.

Compreende-se que o arcabouço teórico mencionado vem ao encontro da verbalização a qual retrata a intensa exposição sexualizada da mulher, seminua, nos meios de comunicação e as consequências sociais inerentes à essa demasiada exibição.

ABRIL

O mês de abril contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 265 comentários, o “**Marcela, a Mulher Ideal da Veja**”, que elencou uma única categoria principal sendo esta: Patriarcado.

Tabela 10.

Categoria J: Patriarcado

| Patriarcado |
|-------------|
|-------------|

Definição

Patriarcado mais uma vez é inferido do *corpus* de análise e seu emprego no âmbito contextual dessa análise referencia-se ao mesmo sistema opressor cuja centralidade é o homem, assumindo um papel de dominador. Há a reaparição da mídia que, por meio do uso de uma revista de grande visibilidade nacional, reforça os valores conservadores do patriarcado.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Bela, Recatada e do Lar | 2 |
| • Primeira Dama | 2 |
| • O Reforço da Mídia | 2 |
| Total de verbalizações | 6 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Vale ressaltar que **primeira dama** já é um **termo machista porque não existe equivalente para homens**”.*

*“Não existe porque **o que se espera é que o homem seja o político que está no poder, enquanto a mulher seja apenas sua esposa (decorativa e mãe, as duas missões exigidas das mulheres em qualquer posição). Primeiro damo não existe. E primeira dama não é um cargo eletivo e nem tem poder.***

*“Marcela Temer: **bela, recatada e do lar.** É praticamente uma hagiografia da moça (e, por tabela, do vice), um elogio a **valores** que a Veja e outros conservadores veem como **adequados e louváveis numa mulher**”.*

*“A matéria começa dizendo que Marcela é uma mulher de sorte e termina, após citar um poema do marido golpista, dizendo que **Michel Temer é um homem de sorte**”.*

*“(...) há um pouco sobre o **dia-a-dia de Marcela: cuidar do filho de 7 anos, do marido, e de si, pois vai ao dermatologista e ao cabeleireiro. E talvez planejar um segundo filho, 'uma menininha'**.*

Inserir-se mídia como tema do patriarcado no momento em que uma revista de alta circulação e amplitude nacional resolve em uma de suas matérias elencar uma primeira dama, posto historicamente desenhado por seu papel figurativo ao lado do importante marido, e intitular a matéria como “bela, recatada e do lar”, enaltecendo tais estereótipos e sobrepunhando a ideia de que mulheres fora deste padrão, não enquadram-se no “esperado” socialmente. Analisa-se temerosamente o reforço que esta estaria reverberando sobre à sociedade.

A concepção do perfil ideal de mulher é reiterada como sendo de sorte masculina, o que possa provocar tal alinhamento em mulheres que ainda possam esperar por seus príncipes encantados; este é o modelo considerado ideal, o esposo muito realizado e feliz ao lado de sua esposa dedicada.

Tal construção analítica remete-nos à década de 50 caracterizada pelo sexismo e pela efervescência social causada com a publicação do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, o qual justamente opunha-se aos pressupostos androcêntricos

dos saberes dominantes e a naturalização das atividades dos indivíduos segundo o pertencimento a um sexo ou outro (Descarries, 2000).

MAIO

O mês de maio contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 173 comentários, o “**Vamos Desprincesar Nossas Meninas**”, em que se elencou três principais categorias, sendo estas: Patriarcado; O Mercado das Princesas; Empoderamento.

Apesar do título sugerir a necessidade de “desprincesar”, compreendida como tema da categoria empoderamento, o *corpus* não possui uma amplitude contextual neste sentido, debruçando-se na articulação de ideias referente ao suntuoso mercado das princesas, assim como o papel da mídia como propagador do negócio.

Tabela 11.

Categoria K: Patriarcado

Patriarcado

Definição

A contextualização do discurso patriarcal, no mês de maio, é estruturada em torno de aspectos relacionados ao “ser princesa”. Percebe-se a interarticulação entre aspectos de outras análises cujo tema foi o patriarcado. O ser “bela, recatada e do lar” reaparece, assim como o papel decorativo; mas o diferencial é a ideia de delicadeza e feminilidade ainda mais exacerbadas na ideia de “princesas”.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • O Ser Princesa | 5 |
| Total de verbalizações | 5 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“(...) um prato cheio para ensinar meninas a aspirarem ser **"belas, recatadas e do lar"** quando crescerem”.*

*“(...) não considera Branca de Neve um bom modelo – **sua única virtude**, além de **estar dentro do padrão de beleza**, é ser **maníaca por limpeza**”.*

*“(...) ela vive num mundo que diz pra ela, **independente d’ela ter três ou trinta e três anos**, que a maneira mais certa de chegar lá é **aparentar ser a Cinderela**”.*

*“E existem mais estudos mostrando que meninas adolescentes **inclusive algumas universitárias** que tem **ideias convencionais sobre feminilidade**, são **menos ambiciosas** e mais sujeitas a ficarem **deprimidas**. Essas jovens dizem gostar menos de sexo e **insistirem menos para que seus parceiros usem camisinha**”.*

*“**Princesas são decorativas**, cumprem **protocolos de delicadeza**, não tem poder real”.*

A noção de imposição de um padrão de comportamento e beleza voltam a aflorar no mês de maio. O patriarcado no sentido de manipulação do universo feminino, de “domar” as atitudes das mulheres, de induzir ao certo e ao errado, a perpetrar na mente das jovens meninas a ideia de que para ser uma princesa encantada ela deverá seguir padrões normativos comportamentais. Como prêmio, um lindo príncipe.

As falas e noções nelas implicadas articulam-se, pois o princípio que os rege é similar. Determinado tom e nuance faz-se mais evidente em um ou outro casos mas a base conceitual permanece a mesma: a centralidade no homem e a necessidade da mulher ser suave, delicada, uma princesa para atender às exigências.

Da esposa dedicada que cuida da casa e do marido, não se esquecendo da sua beleza, à princesa decorativa, meiga e angelical, que acompanha o príncipe em suas principais decisões, bela, recatada e sabendo se portar muito bem à mesa.

Os transtornos retratados nas falas representativas são pontuais, crianças princesas, adultas com propensão à depressão, a menor amor próprio, menor capacidade de impor opiniões e deixar-se seduzir pela fala do parceiro - *“insistirem menos para que seus parceiros usem camisinha”*.

“Essa natureza feminina nada mais é do que fruto de uma construção social patriarcal, e é a partir daí que entendemos a necessidade do feminismo para

desconstruir esses discursos naturalizantes, mas também os biologizantes”. (MALAQUIAS, 2016).

Tabela 12.

Categoria L: O Mercado das Princesas

| O Mercado das Princesas | |
|---|--------------------|
| Definição | |
| Esta categoria menciona o luxuoso, dispendioso e lucrativo mercado das princesas que cria, através de um poder imaginário, valores comportamentais influenciados pelo poder da mídia, que cumpre este o seu papel de designo. | |
| Temas | N de Verbalizações |
| • Força Comercial | 2 |
| • O Papel da Mídia | 3 |
| Total de verbalizações | 5 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“Não sei a popularidade das princesas mais recentes e *prafrentex*, como Merida e Anna e Elsa, mas **posso imaginar que são muito rentáveis** (e vale lembrar toda a **celeuma causada quando surgiram as bonecas Merida**, com cabelos infinitamente menos ‘rebeldes’ que no filme)”.

“Até 2010, existiam cerca de 26 mil produtos licenciados com as personagens das princesas mais tradicionais (só nos EUA, e só estamos falando de princesas Disney!). **Um ano depois do licenciamento**, ou seja, em 2001, **as vendas já haviam catapultado para 300 milhões de dólares**. **Em 2009**, elas já haviam alcançado a marca dos **US\$ 4 bilhões**. **É a maior franquia do planeta para meninas de dois a seis anos**”.

“Porém existem inúmeros estudos de que **quanto mais mídia mainstream as meninas consomem**, mais importância elas colocam em **ser bonitas e sexy**”.

“É bem provável que a **mídia** tenha muito **mais força em moldar** sua menina **do que os pais**”.

“E a influência da mídia em geral é maciça, nós sabemos”.

A mídia por vezes une-se ao patriarcalismo e aos ensejos da direita empresarial. Neste caso, ela entendeu que o universo das princesas seria uma fonte de dinheiro. A lucratividade é notória e a parceria entre ambos geram lucros incomensuráveis.

Interessante as falas representativas as quais revelam a força da mídia em moldar comportamentos e o poderio maciço de sua influência. Estas convergem com o construto central do presente trabalho e foram aprofundadas por um abrangente corpo teórico demonstrativo do poderio das mídias sociais, ciberespaço, para a construção de novas perspectivas, rearranjos sociais e novas configurações, sejam elas locais e universais (Scherer-Warren, 2013; Acioli, 2007; Gohn, 2011; Castells, 2013; Rodrigues; Gadenz; Rue, 2014; Lemos, 2009; Ferreira, 2015).

Para Scherer-Warren (2013, p.191) através das relações sociais mediadas por computadores, os conflitos e processos de mudança reverberam e se difundem até alcançar o cotidiano das pessoas e 'conquistar' suas mentes.

De fato, a mídia tem o poderio de conquistar a mentes das pessoas, e o marketing via mídia é fortemente utilizado pelos agentes do capitalismo, visando o seu lucro.

Justamente nessa brecha que o ativismo digital se insere, pois as articuladoras digitais deteriam também algum poderio influenciador, visando difundir ideais e criando um posicionamento em novos indivíduos, sendo estes passíveis de tornarem-se membros ou simpatizantes àquele movimento.

A mídia permitiria “não apenas a visibilidade mediática dos atores coletivos, mas a construção de ideários e propostas políticas trans-organizacionais e trans-locais”. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 191).

Tabela 13.

Categoria M: Empoderamento

Empoderamento

Definição

Esta categoria está compactuada com a noção do desprincesamento. Para que isto ocorra, faz-se essencial o empoderamento por parte dos atores mencionado no corpus.

Há uma única fala de empoderamento no corpus e sua constituição faz crítica ao mercado das princesas, mas, não apresenta soluções de como desprincesar as meninas, citando apenas um parágrafo.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • O “Desprincesamento” | 1 |
| Total de verbalizações | 1 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“A coordenadora do curso [curso “para meninas livres”, dirigido ao público infanto-juvenil feminino] explica o que deseja para as alunas de 9 a 15 anos: “Buscamos dar a elas ferramentas para que cresçam como **meninas livres de preconceitos, empoderadas e com a convicção de que são capazes de mudar o mundo, e que não precisam de um homem do lado para isso**”.*

Há, assim, uma fala que menciona a palavra “empoderamento” no *corpus* e sua constituição faz crítica ao mercado das princesas, mas não propõe soluções de como desprincesar as meninas, citando apenas um parágrafo. O curso que vai na direção contrária, organizado por feministas, é apontado como um caminho.

A ênfase foi colocada no patriarcado, no lucrativo negócio das princesas e a mídia como corroborador deste sistema. Vale a pena criar e manter as mulheres nesse sistema de submissão à espera de um príncipe, pois é rentável. Essa visão capitalista e questionada.

Mas como ocorre o processo de empoderamento? A fim de responder à questão que o *corpus* não elucidou, a base científica dá direcionamento para esse questionamento.

Sabe-se que a busca de empoderamento pode ocorrer, pelo menos parcialmente, através das redes (Scherer-Warren, 2013) que, articulando discursivamente as redes presenciais e virtuais, permite potencializar a visibilidade de demandas. Ao articular indivíduos (simpatizantes) e coletivos (militantes), ampliar a

base de apoio ao movimento e promover saberes e projetos para um futuro emancipatório e descolonizado, daria visibilidade aos sujeitos invisíveis, empoderando-os.

JUNHO

O mês de junho contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 168 comentários, o “**Pelo Fim da Transfobia em Todos os Feminismos**”, do que se elencou duas principais categorias, sendo estas: Transfobia e Feminismos.

Tabela 14.

Categoria N: Transfobia

| Transfobia |
|------------|
|------------|

Definição

Os resultados apresentados na categoria “N” cotejam a transfobia, que no *corpus* textual correlaciona-se aos temas opressão e invisibilidade. A opressão refere-se às formas de ocorrência da transfobia, o preconceito e as ações de ataque contra a identidade de gênero. A invisibilidade é ressaltada quando posto em dúvida um momento certo para denúncia à transfobia.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Opressão | 4 |
| • Invisibilidade | 3 |
| Total de verbalizações | 7 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“(...) Eloisa respondeu sendo **transfóbica**, **tratando Daniela por “Danielo”**.”

“**E transfobia é opressão**. Qualquer tipo de **opressão** não combina com **feminismo**, a meu ver”.

“Respeito a identidade de gênero de todas as pessoas, em especial das **pessoas trans**, mas seguida de uma série de **transfobias**, como de que **mulher trans**”

não é mulher e sim um fetiche! Mais uma variante do ‘Não sou preconceituoso, mas...’.

“Ao saber das críticas, Eloisa fez outro post público, **referindo-se à Daniela no masculino, desrespeitando a sua identidade de gênero**”.

“Quando alguém faz um trabalho muito bom, mas mesmo assim, é machista/ racista, homofóbico, sempre denunciamos. **Por que com transfobia seria diferente**”?

“Eu aprendi com o feminismo que por nada nesse mundo devemos aguentar preconceito caladas e me entristeceu profundamente descobrir que para muitas feministas **Daniela deveria ter ficado calada**”.

“Ainda mais no Brasil, país que concentra quase metade de todos os **assassinatos de pessoas trans**, onde a **população T é extremamente estigmatizada e marginalizada**”.

Em um país de forte representação de violência contra pessoas que não se enquadram na binaridade patriarcal, cujas regras excluem pessoas que não se encaixam no padrão homem e mulher, a transfobia configura-se como um problema de grande relevância social, marginalizando e oprimindo; além de invisibilizando suas necessidades enquanto pessoas, seus anseios e todas as dores já causadas por suas condições de gênero.

Butler (2003) questiona a binaridade dos gêneros masculino e feminino, sendo este fruto do patriarcalismo e da necessidade de dominação do sexo masculino sobre o feminino; pois o patriarcado teria criado uma matriz heterossexual normativa a qual os sujeitos deveriam ser “encaixados”. O corpo sexuado assumiria, através de uma construção cultural, determinado gênero não sendo viável qualifica-lo previamente. O termo corpo sexuado refere-se ao sexo, enquanto gênero se correlaciona ao sentido da construção e significação cultural (e pessoal).

A opressão ocorre quando há existência de rotulação e enquadramento de pessoas transgêneros em gêneros diferentes ao de seu reconhecimento e pertencimento. A invisibilidade de suas necessidades adequadas à suas identidades, assim como a invisibilidade causada pelo não reconhecimento da imprescindibilidade de discussão das pautas de gênero, constituem-se ferramentas de grande opressão

social. Tal demanda é reconhecida como parte do feminismo, a partir do *corpus* coletado.

Tabela 15.

Categoria O: Feminismos

| Feminismos | |
|---|--------------------|
| Definição | |
| Os resultados apresentados na categoria “O” correlacionam às mais variadas correntes do feminismo, cognominando-se como Feminismos. | |
| Temas | N de Verbalizações |
| • O Feminismo Radical | 2 |
| • Transfeminismo | 2 |
| Total de verbalizações | 4 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“(…) Será que já não passou da hora de tantas **radfems** abandonarem a bandeira da transfobia? Precisa disso? Que tal deixar a transfobia só pros reações e pra bancada religiosa”?

“(…) a briga entre **transativistas** e **radfems (feministas radicais)** é antiga e lamentavelmente importada dos EUA.

“(…) sem sobrenomes porque tenho muito **medo** das **radfems**. (...) **feministas que atacam outras feministas**”.

O texto apresenta duas vertentes da corrente do movimento social feminista, a corrente do feminismo radical (Descarries, 2000), conhecida como radfems, e a corrente do feminismo a qual defende os direitos dos transgêneros, conhecida como transfeminismo; delineando o extremismo de pensamento a qual ambas desenvolvem. Uma a favor do reconhecimento dos transgêneros e outra radicalmente contra.

Ao longo da construção do arcabouço teórico, à luz das diversas teorias que o compõem, encontrou-se e elucidou-se características particulares e pertinentes à

cada uma das várias correntes feministas, delineadas e pertencentes à várias épocas e contextos distintos, ilustrando suas necessidades temporais, sociais e comportamentais; exprimindo as mais variadas características de pensamento e mudanças estruturais à medida em que novas arregimentações suscitavam novas perspectivas de ação. O objetivo não foi o de posicionar-se, mas o de mapear e tentar compreender o campo, em caráter exploratório.

A título de elucidação, constata-se que somente na Segunda Onda do Movimento Feminista perpassaram-se por três correntes distintas do Feminismo, as quais, em suas concepções, lançaram estratégias para a liberação feminina. São elas: Corrente do Feminismo Igualitário, Corrente do Feminismo Radical e Corrente do Feminismo da Feminitude.

Descarries (2000) ressalta que o Feminismo Igualitário lutou pela igualdade de direitos políticos, educacionais e na esfera do trabalho; a Corrente do Feminismo Radical lutou contra os determinismos biológicos e seu enfoque transpassou a execução dos papéis sociais, como as feministas igualitárias, em luta ferrenha contra todo um sistema patriarcal e opressor; a Corrente do Feminismo da Feminitude representa a reconciliação com o feminino e o maternal.

Com a necessidade de ampliação de discussões e pautas do movimento, surgem novas correntes que Lemos (2009, p. 15) menciona que “tem-se tornado difícil nomear os feminismos atuais por um único adjetivo ou até mesmo insistir na utilização desse nome”.

Desta forma, percebe-se convergência entre a empiria estudada no presente corpus e as determinações teóricas.

JULHO

O mês de julho contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 189 comentários, o “**Não Importa o que Te Fizeram, Mas o que Você Fez Daquilo que Te Fizeram**”, do qual elencou-se três principais categorias, sendo estas: Violência Doméstica; Patriarcado e Feminismo.

Tabela 16.

Categoria P: Violência Doméstica

Violência Doméstica

Definição

Os resultados apresentados na categoria “P” correlacionam como categoria a violência doméstica, sendo esta abarcada por temas como violência psicológica, física e sexual. Elencando ainda a banalização sofrida por aqueles que sofrem a violência doméstica.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Psicológica | 4 |
| • Física | 3 |
| • Sexual | 3 |
| • Banalização | 3 |
| Total de verbalizações | 13 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“(...) No dia do aniversário de um aninho ele deu um **tapa na cara dela**, porque ela havia batido à porta do carro”.

“Lembro dele em cima dela no chão da sala, **esmurrando sua cara**. Ele chegou a **quebrar a mão dela e umas costelas**. (...) **ainda com os pontos da cesárea apanhou tanto que eles abriram**”.

“Meses depois eu estava tomando banho enquanto minha mãe trabalhava, e vi os olhos do meu padrasto me **vendo nua da janela do banheiro**. (...) Saí do banho e quando passei por ele, ele me entregou o meu irmão bebê **relando a mão no meu peito**”.

“Sabe qual foi minha reação? **Não acreditei, não sabia se tinha ou não visto ele**. Foi **TÃO absurdo** que meu cérebro realmente deu pane e **eu não sabia de verdade se tinha imaginado aquilo**”.

*“Minha mãe trabalhava de turno em um hospital e eu passava madrugadas inteiras com ele e os bebês em casa, **apavorada, com a porta do quarto com chave**”.*

*“Em algumas semanas ele sugeriu para minha mãe que eu desse meu quarto para meu irmão mais novo e me mudasse para o mezanino da casa, um espaço bem bacana -- **sem porta. Fiquei apavorada** imaginando suas intenções”.*

*“Todas essas vezes ela dizia que ia sair de casa, juntava tudo, ia pra casa de algum irmão ou amigo, e voltava. **Virou piada da família**, que sabia que ia continuar, e **com oito irmãos, ninguém nunca interferiu**”.*

*“Liguei para uma tia, que disse que era para a gente **não se intrometer**”.*

A esfera privada não deve ser compreendida como um lugar imaculado, onde o que é feito em seu interior, permanece em seu interior. Sabe-se que a violência doméstica vitimiza muitas mulheres, não esquecendo-se da violência de gênero defendida por Butler (2003), que denuncia a violência “apontada” contra mulheres que não são consideradas *cis* gênero – e retratada em outro *post* como transfobia.

De qualquer forma, a Lei Maria da Penha prevê punição para os crimes de violência contra a mulher sejam eles de caráter psicológico, físico e sexual, conforme retratado no corpus analisado. Fougeyrollas-Schwebel (2009) salienta a importância do reconhecimento do estupro conjugal, representando a conquista de novos direitos para as mulheres nessa esfera privada, acompanhada por exigências renovadas na esfera pública.

A banalização da violência de cunho doméstico ainda precisa ser vencida e compreendida para além do pertencimento interior da rotina da casa ou de cunho íntimo do casal. A ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” tem sido contestada por ações estaduais que visam mitigar, através de ações publicitárias, construções sociais de senso comum.



Fonte: Presser (2017).

Tabela 17.

Categoria Q: Patriarcado

Patriarcado

Definição

Os resultados apresentados na categoria “Q” correlacionam-se aos temas de responsabilização da maternidade pela mulher, assim como de aspectos relacionados à culpabilização do sexo feminino, conforme ambos anteriormente retratados.

| Temas | N de Verbalizações |
|------------------------------------|--------------------|
| • Responsabilização da Maternidade | 3 |
| • Culpabilização | 3 |
| Total de verbalizações | 6 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“(...) Minha mãe engravidou aos 20 anos, de uma transa na praia, numa viagem para outro estado. Era o primeiro cara da vida dela, e imagino o horror ao voltar para o interior, contar aos pais... (...) Meu pai continuou um cara jovem, pegando onda, fumando maconha e curtindo os anos 80, aparecendo de três em três anos com uma Barbie na mão. Ele teve mais duas filhas, com duas mulheres e hoje é um homem de cinquenta e poucos anos namorando uma moça de vinte, despreocupadamente.

“Como eu podia contar para alguém? (...) se ele fosse preso, meus irmãos cresceram sem pai como eu?”

As abordagens empíricas encontradas no corpus documental remetem, a todo momento, à uma responsabilização do papel do "ser mãe". Ser este imaculado, forte, guerreiro, que deve aguentar sozinha os percalços de sua existência. A responsabilização da mulher pela maternidade, conforme discutido em análise anterior – mês de fevereiro, remete à uma forte crença social de que a mãe que abandona um filho ou comete aborto é criminosa; enquanto o pai que abandona esse mesmo filho configura-se socialmente como um homem livre e pleno de sua sexualidade e sua própria vida.

Interessante ressaltar, mais uma vez, a presença da auto culpabilização da mulher em situações as quais esta se encontra vulnerável. Conforme evidenciado anteriormente, Saffioti (2015) menciona que as mulheres são treinadas para sentirem culpa, mesmo que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se.

Tabela 18.

Categoria R: Feminismo

Feminismo

Definição

Os resultados apresentados na categoria “R” estão interligados à essência de maior percepção acerca da temática feminismo, gerando como resultado uma maior compreensão e perdão entre mulheres atingidas pelo mesmo sistema opressor.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Compreensão | 3 |
| • Perdão | 2 |
| Total de verbalizações | 5 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“(...) o que **salvou meu relacionamento com minha mãe foi o feminismo.** Hoje eu enxergo a história dela não com raiva, mas com **pena**”.*

*“Eu consigo ver que minha mãe é **tão vítima quanto eu**”.*

*“Eu não estou aqui julgando ninguém e dizendo 'corra para o **perdão**', estou aqui dizendo que é possível sim diminuir um pouco o ódio que cresce dentro da gente, porque o meu quase me destruiu”.*

Independentemente de suas histórias, de suas escolhas, o sistema patriarcal opressor faz vítimas todas as mulheres; umas de maneira mais contundente, enquanto outras se juntam e lutam pelo fim do androcentrismo; a essas intitula-se feministas. Conforme apresentado no alicerce teórico, a luta contra o sistema patriarcal opressor vem constituindo-se à luz das necessidades sociais vigentes em determinados períodos temporais.

A sororidade, independente do tempo, uniu e ainda une mulheres ao redor de todo o mundo. Trat (2009) relembra-nos que pertencer ao movimento representa a realização de uma nova ideologia (...) a essa nova ideologia denominou-se sororidade (“Sisterhood is powerful - A sororidade é poderosa”). A ideia de que juntas somos mais fortes é característica do movimento feminista e permite a compreensão da dor e sofrimento pelos quais passam outras mulheres, sendo estas feministas ou não, e o concebimento do perdão entre elas.

Alinhada à perspectiva do século XXI, a questão do feminismo não se dará somente pela ótica das múltiplas identidades, mas também, pelas variadas formas e maneiras de poder e discursos subjetivos mediados pelos meios de comunicação. O espaço e a forma como essas lutas são travadas foram e são ampliados pela mídia e pelos meios tecnológicos. (LEMOS, 2009, p. 15).

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) representam, na atualidade, alternativas ao conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa tradicionais, possibilitando novas formas de ativismo através da rede, comumente denominadas ativismo digital ou ciberativismo. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 25).

Desta forma o movimento consegue propagar seus ideais, proposições de lutas e estabelecer uma comunicação interativa com aqueles(as) que buscam nele as respostas para os seus problemas.

AGOSTO

O mês de agosto contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 185 comentários, o “**As Muitas Mentiras do Caso Feliciano**” do qual elencou-se duas principais categorias sendo estas: Jogo Político; e Abuso Sexual. Salienta-se uma observação pertinente ao mês analisado; a autora do texto menciona que faria um breve resumo do caso envolvendo o deputado federal Pastor Marco Feliciano, sobre acusação de abuso e estupro; contudo, há percepção de que o conteúdo do *corpus* permeia a descrição do caso, mais do que posicionamentos divergentes.

Tabela 19.

Categoria S: Jogo Político

Jogo Político

Definição

Os resultados apresentados na categoria “S” correlacionam-se ao jogo político arregimentado através de alianças políticas, compra de silêncio a fim de encobrir uma possível situação criminosa e a coerção a fim de não atingimento de questões políticas e quebra de alianças partidárias.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Alianças | 4 |
| • A Compra do Silêncio | 4 |
| • Coerção | 2 |
| Total de verbalizações | 10 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Pouco depois, ainda segundo Patrícia, ela procurou a direção do PSC. Ela diz que o pastor Everaldo, Presidente Nacional do partido, a ameaçou e **ofereceu uma sacola de dinheiro para ela ficar quieta**”.*

“Mazzini se reuniu com Patrícia em Brasília e ela lhe passou prints e áudios. Mas, assim que ele publicou a coluna, ela apareceu para **desmentir tudo** em dois vídeos”.

“(…) se Feliciano é inocente, se nada aconteceu, se ele foi uma vítima da ‘histeria feminina’, **porque o PSC ofereceu 300 mil para Patrícia? Porque já deu 50 mil? Por que tentaram comprar seu silêncio?**”

“Ela e Patrícia eram amigas, pertenciam ao mesmo partido, defendiam as mesmas causas reações, insultavam feministas juntas. Sara, que nunca decepciona, escreveu no domingo, dia 7/8, que embora tenha se hospedado quatro dias na casa de Patrícia, **não tinha amizade com ela.** (...) **O que Sara postou está de total acordo com a nota do PSC: Patrícia nunca foi filiada ao PSC, ela tem problemas psicológicos, mente, é doida.** (...) Patrícia não só fazia parte do partido, como era uma liderança do PSC Jovem”.

“**Não se venda pra um partido querida!**”

“A atitude de Marisa com Patrícia foi boa, pena que **ficou só no privado. Em público, a psicóloga homofóbica só lança notinhas contra Patrícia e pró Feliciano.** Ainda por cima sugere que tudo é uma conspiração da esquerda, quando ela sabe muitíssimo bem que não é”.

O *corpus* empírico apresenta a dimensão de um forte jogo político, que envolve a compra do silêncio por conta de um possível envolvimento em um caso criminoso por parte de um famoso político de direita; o caso de possível coerção da vítima; e as alianças partidárias envolvidas na questão. Nota-se predominante e fortemente o contexto do jogo político no *corpus* referenciado ao mês de agosto.

Tabela 20.

Categoria T: Abuso Sexual

Abuso Sexual

Definição

Os resultados apresentados na categoria “T” correlacionam-se à denúncia de uma possível tentativa de estudo entre um renomado deputado federal, de extrema

direita, cuja possível vítima é filiada ao partido PSC, sendo esta referência no movimento Jovem do partido.

| Temas | N de Verbalizações |
|------------------------------------|--------------------|
| • Denúncia de Tentativa de Estupro | 3 |
| Total de verbalizações | 3 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“(...) Sabe do que tenho saudades? De **te agarrar** e ficar olhando sua carinha linda de choro **gritando não.**”*

*“Ele me **segurou na cama, e foi me mordendo, beijando.** Mas não chegou a fazer nada.”*

O caso referenciado qualifica uma situação de tentativa de estupro, no qual a possível vítima se contradiz ao relatar ocorrido; ora mencionando o socorro de uma vizinha, ora mencionando uma possível ameaça com faca por parte do agressor, que não consumou o ato em vias de fato.

Apesar da vítima ser considerada antifeminista e de extrema-direita, Dolores afirma que o movimento social feminista teria apoiado Patrícia. A autora exorta a apoiarem Patrícia, mas com muitos “pés atrás”. Não há uma proposição de dúvida apresentada pela autora quanto à ocorrência de tentativa de estupro, porém ela explicita que os fatos necessitam ser averiguados quanto à sua real consistência e configuração.

Interessante ater-nos à uma observação abarcada por Saffioti (2015, p.118) a qual menciona que “Se uma mulher é ameaçada de estupro por um homem armado, e resolve, racionalmente, ceder, a fim de preservar o bem maior, ou seja, a vida, sua atitude atuará contra ela perante o Direito brasileiro. (...) O juiz interpretaria a cessão como consentimento”.

A citação supracitada foi delineada diante da perspectiva da possibilidade de ameaça com arma branca para a configuração de tentativa de estupro.

SETEMBRO

O mês de setembro contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 379 comentários, o “**Devemos Ficar com Homem Comprometido?**” do qual elencou-se uma única categoria, sendo esta: Ficar com Homem Comprometido.

Notabiliza-se a expressiva relevância de comentários no *post* do mês mencionado, salientando tal notoriedade devido ao questionamento promovido pela autora do blog, a qual convidou seu(sua) leitor(a) a se posicionar a respeito do tema. Reitera-se que tal expressividade talvez não possa ser considerada devido ao maior interesse pelo tema, mas tal fato pode estar correlacionado ao convite da autora para que seus(suas) leitores(as) pudessem corroborar com a temática expressa.

A *blogueira* acentuou que seria interessante ouvir opiniões da população homossexual, o que poderia ter despertado maior interesse na participação por parte dos legendes.

Tabela 21.

Categoria U: Ficar com Homem Comprometido

Ficar com Homem Comprometido

Definição

Os resultados apresentados na categoria “U” correlacionam-se ao questionamento de uma das leitoras, a qual gostaria de saber a opinião da Ciberfeminista e autora do blog a respeito de mulheres envolverem-se em relacionamentos amorosos com homens comprometidos.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Sororidade | 5 |
| • “Ninguém é Dono de Ninguém” | 2 |
| Total de verbalizações | 7 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“(...) Choveeeuuuuu de meninas dizendo que é falta de **sororidade**, porque **sabemos que vamos machucar uma irmã**”.

(...) **“você não precisa conhecer uma mulher para ser solidária com ela, né? Então o seu argumento de 'Nem conheço a mulher do cara, não posso sentir sororidade com ela' não funciona. E outra: e se você conhecesse a moça? Muda muito a situação”?**

“Lógico que senti pena da mulher dele. Não fiquei com ele de novo por uma série de motivos, e um deles foi porque ele era casado”.

(...) **“tem muita feminista que acredita que não existe isso de 'homem (ou mulher) comprometido', já que ninguém seria de ninguém e querer ser 'dona' de alguém envolve um sentimento de posse e temos que nos curar dessa desgraça chamada monogamia”.**

“Então, L. querida, talvez um dos argumentos para não ficar com homem comprometido seja pela sororidade com a mulher (mesmo que a gente não a conheça). O que vocês acham”?

O presente *corpus* analisado propõe um debate entre os(as) seus(suas) leitores(as), apresentando previamente conceitos dos diversos feminismos e suas correntes. Da sororidade que une, e uniu, mulheres na luta pelos seus direitos, à corrente a qual defende uma maior liberdade nos relacionamentos amorosos; expressando a ideia de que ninguém seria de ninguém, portanto não haveria a necessidade de sororidade para com a outra mulher em questão, por não haver existência de dominação entre os casais mencionados.

Conforme delineamento teórico prévio, segundo Trat (2009), a sororidade estaria correlacionada ao pertencimento ao movimento feminista, representado pela realização de uma nova ideologia. Desta forma, mais uma vez, salienta-se a ideia de fraternidade entre mulheres, sendo esta uma das características do movimento feminista, fomentando, teoricamente, a empatia pela dor que outras mulheres passam ou poderiam vir a passar, no caso específico, a traição conjugal.

Para Alves e Pitanguy (1981) a sororidade presente no início do movimento feminista, quando em meio à dor sofrida pelas mulheres à época, o sentimento de solidariedade, as fizeram abraçar-se mutuamente em jus a uma causa maior. À princípio estas reuniam-se às escondidas, em congregações ditas religiosas, por exemplo sob a liderança de Ann Hutchinson, uma das primeiras vozes do feminismo.

Portanto, percebe-se que a ideia ou sentimento de sororidade continua muito presente nos debates feministas, sendo trazido como expressão máxima da capacidade de empatia entre as mulheres.

OUTUBRO

O mês de outubro contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 161 comentários, o “**Feminismo, Romantismo, Cavalheirismo**” do qual elencou-se duas categorias, sendo estas: Patriarcado e Feminismo.

Tabela 22.

Categoria V: Patriarcado

Patriarcado

Definição

Os resultados apresentados na categoria “V” correlacionam-se à estrutura do pensamento patriarcal onde o cavalheirismo, um novo componente, arregimentaria prescrições e normativas de comportamentos sociais binários: masculinos e femininos; a binaridade foi analisada por Butler (2003) em seus estudos e teorias, sendo elemento que permeia fortemente as relações entre os gêneros e a prescrição social sobre eles.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • O Cavalheirismo | 6 |
| Total de verbalizações | 6 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*"Mas quando a gente pensa em cavalheirismo, pensa no quê? Quais são as imagens que vêm a nossa cabeça? Creio que pra muita gente vêm imagens de homens brancos nobres da Era Vitoriana, com seus fraques e cartolas. E a gente pensa também nas damas, essas 'merecedoras' da cortesia dos nobres. As damas são sempre brancas, não? Ou seja, **o cavalheirismo é em primeiro lugar altamente***

seletivo. É só pra uma minoria de mulheres, de uma raça específica, da classe social 'certa', do comportamento 'adequado' (tipo: mulher que transa no primeiro encontro não será vista como 'dama'? Quem quer ser dama no contexto desses?)”.

“Mesmo pras poucas *mulheres consideradas damas*, o cavalheirismo parece ser uma compensação. É algo como: vamos te ver como inferior, vamos de tachar de frágil, vamos constantemente te ameaçar com violência (principalmente sexual), vamos te dar um salário 30% menor pelo mesmo trabalho, mas olha só que bacana -- vamos pagar a conta do motel, e, no seu dia (só um por ano, tá achando o quê?), vamos te presentear com uma rosa”.

“Cavalheirismo também é visto como proteger as mulheres (algumas delas, não todas, as que são 'dignas' de proteção), mas proteger do quê? De quem? De outros homens, ué”.

Haveria, no conteúdo das manifestações, uma diferenciação no contexto entre cavalheirismo e gentileza, o primeiro se relacionaria no âmbito do patriarcado e o segundo, às gentilezas inerentes ao ser humano, independente de gênero.

O texto traz um questionamento da correlação do cavalheirismo ao “prêmio” que o machismo dá as mulheres que sabem “seu devido lugar”. Tal paralelismo remete-nos à noção, já discutida anteriormente na análise, da bela, recatada e do lar; sendo que o padrão da mulher ideal referenciada por Touraine (2011), seria recompensada pelo seu ideal padrão de comportamento determinado pelo patriarcado.

Tais determinações biologizantes e naturalizantes (Descarries, 2000; Donna Haraway, 1984; Malaquias, 2016), conforme previamente definidas no corpo teórico do trabalho e em categorias antecessoras, fazem menção à construção social do patriarcado, como dominador e sexista. O padrão do cavalheirismo configurar-se-ia como de caráter do sexismo, estabelecendo características do macho e da fêmea em sociedade (Mello, 2011).

Tabela 23.

Categoria W: Feminismo

Feminismo

Definição

Os resultados apresentados na categoria “W” correlacionam-se aos temas igualdade de gênero e romantismo, sendo o segundo um novo elemento trazido ao debate.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Igualdade de Gêneros | 4 |
| • O Romantismo | 1 |
| Total de verbalizações | 5 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Troca-se rosas, bombons, abrir porta, por **oportunidades iguais!**”*

*“A maioria das mulheres não quer ser protegida -- **quer simplesmente não ser atacada**”.*

*“Não sei se chamou a atenção um **casal velhinho ser romântico, independente do nosso feminismo**”.*

Analisando em maior profundidade a menção do termo igualdade de gêneros no *corpus* de análise, compreende-se o apelo feminista por direitos e oportunidades iguais que, desde sempre, uniu mulheres do mundo inteiro, as quais colocaram-se à disposição para luta (Alves; Pitanguy, 1981).

Uma das falas representativas que chamou bastante atenção foi quando da exposição de que as mulheres não querem ser protegidas e sim, simplesmente, não serem atacadas. Tal afirmação remete-nos à discussão antecessora referente ao estupro, onde sua universalidade constituir-se-ia um dos maiores medos das mulheres; que segundo Saffioti (2015) derivaria da incontrolabilidade masculina defendida por condicionamentos sociais.

A romantização não se fez presente, como categoria, na teorização estudada pela pesquisadora, embora saiba-se que o amor romântico foi tematizado como algo que “se vende” à mulher como objetivo de vida. Entretanto, não há no momento elementos teóricos para problematizar o aparecimento do tema da romantização e amor romântico, mas se faz presente para investigações futuras.

NOVEMBRO

O mês de novembro contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 171 comentários, o “**Quem são essas Pessoas que Votaram em Trump?**” do qual elencou-se uma única categoria, sendo esta: Política.

Tabela 24.

Categoria X: Política

| Política |
|----------|
|----------|

Definição

Os resultados apresentados na categoria “X” correlacionam-se à uma análise política da eleição de Donald Trump, eleito presidente dos Estados Unidos da América no ano de 2017. Interessante ressaltar que a autora do blog publicou um texto da filósofa e teórica de gênero Judith Butler como *post* do mês de referência. Relembre-se que Judith Butler é uma das principais teóricas da Terceira Onda do Movimento Feminista e foi amplamente referenciada no capítulo 02 dessa dissertação.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Eleitores de Trump | 6 |
| Total de verbalizações | 6 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Há duas questões que os eleitores da esquerda nos Estados Unidos estão se perguntando: **quem são estas pessoas que votaram em Trump? E por que não nos preparamos de modo algum para este desfecho**”?*

*“(...) É verdade que a grande maioria dos eleitores eram homens brancos e que muitas pessoas de cor ficaram de fora? **Quem é este público irado e niilista que prefere ser governado por um homem louco do que por uma mulher**”?*

*“Mas talvez estejamos diante de uma **repulsa por parte de muitos homens brancos e também de algumas mulheres contra o primeiro presidente negro,***

associada a rejeição da possibilidade de termos, pela primeira vez, uma mulher presidente”.

O texto de Judith menciona a irritação generalizada contra as elites, a profunda raiva de homens brancos contra o feminismo e o movimento dos direitos civis. Segundo a autora, Trump desencadeou ainda repressão contra as feministas, contra o multiculturalismo, visto como uma ameaça aos privilégios brancos, contra os imigrantes, retratados por um perigo à segurança nacional.

Diante de toda essa perspectiva, Butler questiona, de fato, quem são os eleitores de Trump. Ela chega a levantar algumas hipóteses, dentre as quais elencou a possibilidade do público votante ter sido somente homens brancos, correlacionando a escolha do atual presidente associada à rejeição ao último presidente dos Estados Unidos, um homem negro, e à possibilidade deste país ter, pela primeira vez, uma mulher presidente. Desta forma a autora menciona a possibilidade dos eleitores de Trump serem misóginos. Segundo ela, Trump guarda semelhança com misoginia, racismo e intolerância. Contudo esses levantamentos constituem-se como hipóteses que não são confirmadas no texto.

DEZEMBRO

O mês de dezembro contemplou como *post* mais comentado, com exatamente 143 comentários, o “**Assassinosa Serviço do Ódio e um Herói**” do qual elencou-se duas categorias, sendo estas: Violência e Patriarcado, sendo que o último novamente incorpora como tema a culpabilidade da mulher.

Tabela 25.

Categoria Y: Violência

Violência

Definição

Os resultados apresentados na categoria “Y” correlacionam-se à violência relacionada à intolerância da diversidade sexual, caracterizada pela homofobia, e pela intolerância à diversidade de gênero, caracterizada pela transfobia.

| Temas | N de Verbalizações |
|-------------------------------|--------------------|
| • Transfobia | 3 |
| • Homofobia | 3 |
| Total de verbalizações | 6 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

“Os homens, que vestiam o mesmo 'uniforme' (camisa preta e bermuda branca), **agrediram uma travesti**, moradora de rua no local”.

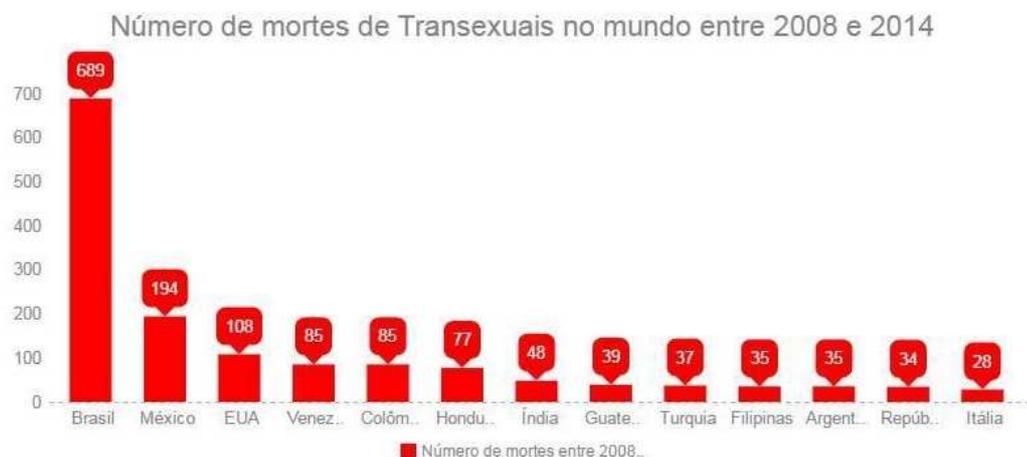
“**Outra travesti tentou acudi-la e também apanhou**. Uma imagem mostra um dos homens correndo atrás da travesti, pulando a catraca (uma testemunha contou que, nessa perseguição, eles gritavam '**Vamos matar**')”.

“O Brasil é o país que mais **mata homossexuais** no mundo”.

O último trecho do *corpus* a ser discutido vislumbra como categoria temas como a violência de gênero e a violência enquanto intolerância à diversidade sexual. Em dois *posts* analisados distintamente, está presente a ideia de que o Brasil é o país onde há maior número de intolerância à transgêneros e à homossexuais.

Em levantamento feito pela *Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM) Project*, que luta pela igualdade Trans na Europa e no mundo, confirma-se que, realmente, o Brasil é o país que mais mata Transexuais (Neves, 2016).

Figura 12 – Brasil é o País que Mais Mata LGBT no Mundo



Fonte: Neves (2016).

Tabela 25.

Categoria Z: Patriarcado

Patriarcado

Definição

Os resultados apresentados na categoria “Z” correlacionam-se à culpabilidade sobre a mulher, diretamente apontada no mês de julho como tema e correlacionada ao tema patriarcado no mês de março, expressando, no presente mês, a terceira aparição global no *corpus* de análise.

| Temas | N de Verbalizações |
|--------------------------------|--------------------|
| • Culpabilidade sobre a Mulher | 1 |
| Total de verbalizações | 1 |

Exemplos de verbalizações (Grifos nossos)

*“Já o delegado do caso informou que um deles **estava abalado porque tinha descoberto uma infidelidade da esposa**”.*

A culpabilidade sobre a mulher aparece no *corpus* global analisado por três vezes. De maneira situacional, a culpabilização emerge em casos de estupro; em casos de aborto, englobando a responsabilização da mulher pela maternidade; e como responsabilização do cometimento de um crime de transfobia, pela culpabilização da mulher em um suposto caso de infidelidade.

Desta forma, percebe-se, de fato, na perspectiva de Saffioti (2015) que a sociedade busca mesmo culpabilizar a mulher e ela tende também a culpabilizar-se como resultado de um sistema opressor.

Diante do exposto e discutido nos resultados, nota-se que o ciberespaço aborda uma vasta gama de temas. O que chama atenção é a interação dos(as) leitores(as) enquanto sujeitos ativos, e eventuais mudanças de opinião e modo de encarar a vida, a partir daquelas interações. Seja por meio de e-mails relatando histórias pessoais ou com comentários nos espaços virtuais, como mostrou o blog objeto de análise desta dissertação.

Destaca-se como categoria recorrente a crítica ao patriarcado em diversas perspectivas. Isso reforça a ideia da percepção crítica do sistema opressor, centrado no homem. A exemplo das diferenças salariais entre os gêneros, posição privilegiada dos homens nos relacionamentos familiares, a concepção de delicadeza e fragilidade feminina como algo que mantém a mulher em papel inferior, para além das questões transfóbicas. Isso nos revela uma realidade penosa, que diuturnamente se constitui como barreira a ser sobreposta. As redes proporcionam espaço de debate público e conscientização, mas também de conflitos e dissensos perante às pluralidades identitárias e multiplicidades de discursos.

5. CONCLUSÃO

Alicerçada em Scherer-Warren (2013) afirma-se que é inegável a importância do ciberativismo e a apropriação das novas tecnologias para a ampliação das reivindicações, difusão de informações, proposição de discussões e organização de ações interligadas à determinada causa. Este configura-se como um novo modelo de arregimentação dos movimentos sociais.

Por sua tamanha dimensão, expressividade e capacidade de articulação de suas pautas em rede e na Rede, os movimentos sociais do século XXI são considerados Redes de Solidariedade para Acioli (2007).

Esta mesma percepção é compartilhada por Castells (2013) na medida em que utiliza a terminologia Redes de Indignação e Esperança para designar o fenômeno das redes nos movimentos sociais, os quais exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela Internet.

Para que estas inspirações possam se propagar através da conectividade usufruída pelos movimentos sociais em rede, surge a necessidade de coordenação interna das ações de representação de interesses do grupo, seja no ambiente físico como, principalmente, nas hodiernas plataformas digitais. Scherer-Warren (2013) intitula os atores responsáveis por coordenar ações de representação no seio do movimento social como articuladoras.

Estas estabeleceriam, com embasamento teórico, papel preponderante para a propagação do movimento em si e de suas pautas.

A presente pesquisa partindo de um construto teórico sistêmico que percorreu desde o surgimento do sistema opressor e patriarcal, ainda latente em nossa sociedade contemporânea, ao surgimento do Movimento Social Feminista e suas Ondas, enfocando especificamente a Quarta Onda do Movimento Social Feminista, analisou a configuração do movimento feminista na especificidade do ativismo digital, suas proposições de discussão e pautas oportunizadas via ferramentas tecnológicas, especificamente a internet, no processo de disseminação da luta feminista pela ampliação de direitos.

Tendo em conta a análise de um ano de postagens no *blog* Escreva Lola Escreva, especificamente o recorte dos doze *posts* mais comentados pelos(as) leitores(as), pode-se afirmar, à luz da literatura, a existência da Quarta Onda do Movimento Feminista, caracterizado pelo ativismo digital. Por apresentar e oportunizar as discussões e pautas vivenciadas no âmbito social, atesta que os movimentos sociais digitais estão conquistando espaço e representatividade.

Tal representatividade do movimento pode ser constatada pelo amplo corpus documental produzido em um ano de *blog*, cujo ano de 2016 apresentou exatas 316 postagens, quase uma por dia. Diante da amplitude do corpus, optou-se por selecionar por mês os *posts* com maior número de comentários para, posteriormente, fazer uma análise das temáticas discutidas. Essa escolha metodológica se pauta no fato dos *posts* mais comentados terem suscitado maior discussão e interesse.

Somente no corpus dos doze *posts* analisados contabilizou-se o total de 2.372 comentários, o que demonstra ativa participação dos leitores(as) do *blog* em questão nas discussões propostas pela articuladora do movimento no espaço referenciado.

Diante dos resultados apontados pela análise de dados realizada no *corpus* documental empírico, o que chama atenção é a interação dos(as) leitores(as) enquanto sujeitos ativos, e eventuais mudanças de opinião e modo de encarar a vida, a partir daquelas interações. Seja por meio de e-mails relatando histórias pessoais ou com comentários nos espaços virtuais, como mostrou o *blog* objeto de análise desta dissertação.

Destaca-se como categoria recorrente a crítica ao patriarcado em diversas perspectivas. Isso reforça a ideia da percepção crítica do sistema opressor, centrado no homem. A exemplo das diferenças salariais entre os gêneros, posição privilegiada dos homens nos relacionamentos familiares, a concepção de delicadeza e fragilidade feminina como algo que mantém a mulher em papel inferior, para além das questões transfóbicas. Isso nos revela uma realidade penosa, que diuturnamente se constitui como barreira a ser sobreposta. As redes proporcionam espaço de debate público e conscientização, mas também de conflitos e dissensos.

A relevância desta pesquisa se inscreve em duas perspectivas que convergem entre si. Do ponto de vista científico ela contribui para: i) compreensão das pautas do movimento feminista; ii) a interlocução expressiva oportunizando a publicidade do movimento; iii) a notoriedade de uma Quarta Onda do Movimento Social Feminista,

do ponto de vista social: i) aproximação do(a) leitor(a) com a temática do feminismo; ii) a redescoberta da mulher enquanto protagonista da sua própria história.

Como perspectiva futura de pesquisa pretende-se analisar, em profundidade, as várias vertentes de violências imbricadas no patriarcado. Esta pesquisa pode ainda subsidiar novos estudos acerca das temáticas do feminismo, aqui descritas em categorias, corroborando para maior compreensão do movimento, em caráter exploratório, compatível com um mestrado *strictu sensu*.

E por fim para ilustrar a representatividade deste movimento digital e o quanto impacta a vida daqueles(as) que o acompanham ilustro aqui o depoimento de uma leitora “salva” – em suas próprias palavras – pelo movimento feminista.

(...) Eu tenho acompanhado os relatos aqui diariamente e cada um é uma facada em mim, é rasgar o curativo precário que eu fiz nas minhas feridas...
(...) Cada história tem seu contexto, mas eu quero que você que está aí lendo saiba que eu entendo completamente o quanto isso dói -- tanto quanto um abuso sexual.

6. REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sônia. **Redes sociais e teoria social**: revendo os fundamentos do conceito. Londrina: Inf.Inf., v. 12, n. esp., 2007.
- AGUERO, Dolores Aronovich. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>>.
- ANTUNES, Bruna Aquino Ferreira. **Crítica de Mídia Feminista na Web**: Uma análise sobre os Blogs Cem Homens, Escreva Lola Escreva e Blogueiras Feministas, 2014.
- ARONOVICH, Lola. **Fascistas machistas não passarão**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2016/04/fascistas-machistas-nao-passarao.html>>. Acesso em 06 de junho de 2016.
- ARONOVICH, Lola. **Mascus estão conseguindo derrubar um dos maiores blogs feministas do Brasil**. Escreva, Lola, Escreva. 2017. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2017/01/mascus-estao-conseguindo-derrubar-um.html>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.
- ARONOVICH, Lola. **"Meu marido fez sexo comigo enquanto eu estava dormindo."** Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/04/meu-marido-fez-sexo-comigo-enquanto-eu.html>>. Acesso em 05 de agosto de 2016.
- ARONOVICH, Lola. **Mídia e mulher**. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Orgs.). O Direito Achado na Rua, volume 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.
- ARONOVICH, Lola. **O masculinismo como ele é**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/05/o-masculinismo-como-ele-e.html>>. Acesso em 05 de julho de 2016.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2008.
- BERNARDES, Elizete de Souza; SARGENTINI, Vanice M. Oliveira. **Queimando Sutiãs**: o corpo como discurso e acontecimento. São Carlos: Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 37-44, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 06 abril 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo

Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Institui o Marco Civil da Internet. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPARICA, Márcio. Num gesto de feminilidade e feminismo, mulheres deixam crescer os pelos das axilas e os pintam de rosa, azul, verde... Até Miley Cyrus já entrou nessa. **Lado Bi: Cultura e cidadania LGBT na real e com local**, 2015. Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/2015/07/tingir-pelos-axilas/>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASA da mãe Joanna. **Piada Machista**. casadamaejoanna.com. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/cdmj.groupies/?fref=ts>>. Acesso em 15 de março de 2016.

CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

CAZARRÉ, Marieta. **A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015**. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015/>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

CUNHA, Cláudia. **Feminismo 2.0: A contribuição do ciberativismo para o movimento das mulheres e a importância do Marco Civil da Internet**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/19/feminismo-2-0-a-contribuicao-do-ciberativismo-para-o-movimento-de-mulheres-e-a-importancia-do-marco-civil-da-internet/>. Acesso em 05 de julho de 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

DESCARRIES, Francine. **Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural**. Tradução de Tânia Navarro Swain (Universidade de Brasília). Textos de História, vol.8, nº 1, 2000.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Brasília, UNB, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FARHAT, Said. **LOBBY O que é. Como se faz: Ética e transparência na representação junto a governos**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. **Feminismos Web**: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Dossiê: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. Cadernos Pagu (44), janeiro-junho de 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

GOHN, M. Da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis**: no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOHN, M. Da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Alberto. Estudos de caso: planejamento e métodos. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 215-221, jan./dez. 2008.

GOMES, Simões Helton. **Internet chega pela 1ª vez a mais de 50% das casas no Brasil, mostra IBGE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/internet-chega-pela-1-vez-mais-de-50-das-casas-no-brasil-mostra-ibge.html>>. Acesso em 21 de abril de 2016.

GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. **O que precisamos do marco civil da internet**. Carta Capital, São Paulo, 04 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-precisamos-do-marco-civil-da-internet-141.html>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

HARAWAY, Donna J. **Manifesto Ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Antropologia do Ciborgue: As Vertigens do Pós-humano. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Lei Maria da Penha diminui 10% a taxa de homicídio doméstico, diz Ipea**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/lei-maria-da-penha-diminui-10-a-taxa-de-homicidio-domestico-diz-ipea>>. Acesso em 27 de agosto de 2016.

JOANNA, Casa da Mãe: Feminismos. Gênero. E mais! Disponível em: <<http://casadamaejoanna.com/quem-somos/>>.

LANGNER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda. **O Movimento Feminista e o Ativismo Digital**: Conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas *online*, 2015.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo**: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) -- Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), São Paulo, 2009.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”**. Veja.com, São Paulo, ed. 2474, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em 03 de maio de 2016.

MALAQUIAS, Thaysa. **O que é o Ciberfeminismo? Da origem por Donna Haraway às práticas atuais.** Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2016/08/01/O-que-%C3%A9-o-Ciberfeminismo-Da-origem-por-Donna-Haraway-%C3%A0s-pr%C3%A1ticas-atuais>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

MARCHA Mundial das Mulheres RS: **28 de setembro – Tuitaço pela legalização do aborto no Brasil.** Disponível em: <<http://mmm-rs.blogspot.com.br/2013/09/28-de-setembro-tuitaco-pela-legalizacao.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

MARQUES, Isabella. **Liberdade à beleza feminina sem padrões. Obvious.** Disponível em <http://obviousmag.org/simplesmente/assets_c/2016/04/dove-advertising-real-beauty-thumb-800x425-145904.jpg>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

MATOSO, Filipe. **Para 58,5%, comportamento feminino influencia estupros, diz pesquisa. G1,** Brasília, 27 de março de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/para-585-comportamento-feminino-influencia-estupros-diz-pesquisa.html>>. Acesso em 03 de maio de 2016.

MELLO, Soraia Carolina de. **Um trabalho naturalmente feminino?** Discussões feministas no Cone Sul (1970-1990). Revista Tempo e Argumento, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 210-231. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.

“MISOGINIA”. Def. 1. Aversão às mulheres; 2. Repulsão patológica pelas relações sexuais com mulheres. In: DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/misoginia>>. Acesso em 14 de maio de 2016.

MOTA, Luana. **As comunidades na propagação do feminismo:** O apoio que as mulheres recebem em rede. Disponível em: <<http://www.com.ufv.br/cibercultura/as-comunidades-na-propagacao-do-feminismo-o-apoio-que-as-mulheres-recebem-em-rede/>>. Acesso em: 27 de março de 2016.

MULHERES e Política. **Educacional.** Disponível em: <http://www.educacional.com.br/reportagens/eleicoes_mulheres-politica/parte-05.asp>. Acesso em: 17 de agosto de 2016.

MULTIFOCO. **Trabalho Doméstico: coisa de mulher?** Debates feministas no Cone Sul (1970 – 1989). Editora Multifoco. 2014. Disponível em: <<https://editoramultifoco.com.br/loja/product/trabalho-domastico-coisa-de-mulher-debates-feministas-no-cone-sul-1970-1989/>>. Acesso em 23 de maio de 2016.

NÃO ME KAHLO. **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/sobre>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

NEVES, Pedro. **Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo e os números assustam.** AJN. Agência Jovem de Notícias. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciajovem.org/wp/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbt-no-mundo-e-os-numeros-assustam/>>. Acesso em: 01 de julho de 2017.

PADILLA, Beatriz; GOMES, Mariana Selister. **Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberativismo:** Uma Análise do “Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal”, 2016.

PRESSER, Tiago. **A violência doméstica**. Saiba Direito. Os melhores artigos e curiosidades de direito escritos pelos grandes Juristas Brasileiros. 2017. Disponível em: <<http://colunaqianizalenskin.blogspot.com.br/2017/02/a-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 01 de julho de 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUES, Alexandra Gato; GADENZ, Danielli; RUE, Letícia Almeida de la. **Feminismo. Com**: O movimento feminista na sociedade em rede. Derecho y Cambio Social, 36, pp. 1-28, 2014.

RUVIARO, Eduardo Missau; RUVIARO, Henrique Missau. **Ativismo www: O uso da web na efetivação de direitos fundamentais e garantias sociais**, 2014.

SAFFIOTI, HELEIETH I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v.65, p. 3-76, 2003.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1a. ed e 5a. ed, 1993.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes e movimentos sociais projetando o futuro**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 01, n. 01, Jan/Jul 2013.

“SORORIDADE”. Def. 1. Relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs; 2. União de mulheres que compartilham os mesmos ideias e propósitos, normalmente de teor feminista. In: DICIO - DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/sororidade/>>. Acesso em 07 de agosto de 2016.

SILVA, Andressa; FOSSÀ, Maria Ivete. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração. Brasília, 2013.

TRAT, Josette. Movimentos Sociais. In: HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Os movimentos sociais**. In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza. (Orgs.). Sociologia e Sociedade; Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

_____. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 4. ed. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

_____. **Uma Sociedade de Mulheres. Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 4. ed. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

VIDA: apresentação. **Carmem da Silva.com.br**. Disponível em: <<http://carmendasilva.com.br/site/php/content.php?id=10>>. S/D. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

VIDA: biografia. **Carmem da Silva.com.br**. Disponível em: <<http://carmendasilva.com.br/site/php/content.php?id=11>>. S/D. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

VNS Matrix. **Cyberfeminist Manifest for the 21st Century**. VNS Matrix. Merchant of Slime. 1991. Disponível em: <<https://vnsmatrix.net/>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

VNS Matrix. **Dna Sluts**. VNS Matrix. Merchant of Slime. 1991. Disponível em: <<https://vnsmatrix.net/>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. 4ª reimpressão - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

WIKIPEDIA. *Women's suffrage in the United Kingdom*. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Women%27s_suffrage_in_the_United_Kingdom>. Acesso em: 27 de março de 2016.

WORDPRESS. **Torturing Women in Prison. Vote Against the Government**. Wordpress. 2011. Disponível em: <<https://brontehoraine.files.wordpress.com/2011/08/exhssuffragettesfeeding300.jpg>>. Acesso em 30 de março de 2016.